



Relatório do Software Anti-plágio CopySpider

Para mais detalhes sobre o CopySpider, acesse: <https://copyspider.com.br>

Instruções

Este relatório apresenta na próxima página uma tabela na qual cada linha associa o conteúdo do arquivo de entrada com um documento encontrado na internet (para "Busca em arquivos da internet") ou do arquivo de entrada com outro arquivo em seu computador (para "Pesquisa em arquivos locais"). A quantidade de termos comuns representa um fator utilizado no cálculo de Similaridade dos arquivos sendo comparados. Quanto maior a quantidade de termos comuns, maior a similaridade entre os arquivos. É importante destacar que o limite de 3% representa uma estatística de semelhança e não um "índice de plágio". Por exemplo, documentos que citam de forma direta (transcrição) outros documentos, podem ter uma similaridade maior do que 3% e ainda assim não podem ser caracterizados como plágio. Há sempre a necessidade do avaliador fazer uma análise para decidir se as semelhanças encontradas caracterizam ou não o problema de plágio ou mesmo de erro de formatação ou adequação às normas de referências bibliográficas. Para cada par de arquivos, apresenta-se uma comparação dos termos semelhantes, os quais aparecem em vermelho.

Veja também:

[Analisando o resultado do CopySpider](#)

[Qual o percentual aceitável para ser considerado plágio?](#)



Versão do CopySpider: 2.1.0

Relatório gerado por: rodrigo.campos544@hotmail.com

Modo: web / normal

Arquivos	Termos comuns	Similaridade
Template - Thêma et Scientia - Edição Especial Rodrigo - sol.docx X http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/5520/5/Franciaele_Grande_2021.pdf	571	1,66
Template - Thêma et Scientia - Edição Especial Rodrigo - sol.docx X https://pt.wikipedia.org/wiki/Planejamento_urbano	94	0,97
Template - Thêma et Scientia - Edição Especial Rodrigo - sol.docx X https://openaccess.blucher.com.br/download-pdf/274	237	0,46
Template - Thêma et Scientia - Edição Especial Rodrigo - sol.docx X https://www.britannica.com/topic/urban-planning	4	0,06
Template - Thêma et Scientia - Edição Especial Rodrigo - sol.docx X https://en.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Paulo	12	0,05
Template - Thêma et Scientia - Edição Especial Rodrigo - sol.docx X https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2090447920301088	2	0,04
Template - Thêma et Scientia - Edição Especial Rodrigo - sol.docx X https://www.unccd.int/news-events/land-restoration-solution-west-africas-rural-exodus	1	0,02
Template - Thêma et Scientia - Edição Especial Rodrigo - sol.docx X https://www.nationalgeographic.org/article/urban-planning	0	0,00
Arquivos com problema de download		
https://www.jstor.org/stable/2675947	Não foi possível baixar o arquivo. É recomendável baixar o arquivo manualmente e realizar a análise em conluio (Um contra todos). - Erro: Parece que o documento não existe ou não pode ser acessado. HTTP response code: 403 - Server returned HTTP response code: 403 for URL: https://www.jstor.org/stable/2675947	
Arquivos com problema de conversão		
https://acesso.gov.br	Não foi possível converter o arquivo. É recomendável converter o arquivo para texto manualmente e realizar a análise em conluio (Um contra todos).	



=====

Arquivo 1: [Template - Thêma et Scientia - Edição Especial Rodrigo - sol.docx](#) (3951 termos)

Arquivo 2: http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/5520/5/Franciaele_Grande_2021.pdf (31012 termos)

Termos comuns: 571

Similaridade: 1,66%

O texto abaixo é o conteúdo do documento [Template - Thêma et Scientia - Edição Especial Rodrigo - sol.docx](#) (3951 termos)

Os termos em vermelho foram encontrados no documento

http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/5520/5/Franciaele_Grande_2021.pdf (31012 termos)

=====

Rodrigo José de Campos, Priscila Branco

Ocupação desordenada dos espaços urbanos e suas consequências socioambientais.

OCUPAÇÃO DESORDENADA DOS ESPAÇOS URBANOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS
SOCIOAMBIENTAIS.

CAMPOS, Rodrigo José de

[1: Bacharel **em Arquitetura e Urbanismo** pelo Centro universitário Assis Gurgacz. Mestrando em Geografia pela **Universidade Estadual do Oeste do Paraná**. E-mail: rodrigo.campos544@hotmail.com.]

BRANCO, Priscila

[2: Bacharel em Direito pelo Centro universitário Univel. E-mail: priscilaabranco@hotmail.com]

Resumo

Este artigo está inserido na linha **de pesquisa de urbanismo e planejamento urbano**, no qual aborda sobre as consequências do processo do êxodo rural, para o aspecto ambiental. No referencial teórico apresenta-se abordagens, nas quais descartam este processo, juntamente **com o processo** do crescimento desordenado das cidades, os impactos ambientais e por último aborda sobre planejamento urbano. Posteriormente apresentou-se a análises e discussões, nas quais mostraram **a importância do planejamento urbano no âmbito da** organização espacial, relatando que o mesmo pode evitar consequências ambientais.

Palavras-Chave: Êxodo Rural, Impactos ambientais, Crescimento Desordenado, Planejamento Urbano.

DISORDERLY OCCUPATION OF URBAN SPACES AND ITS SOCIO-ENVIRONMENTAL
CONSEQUENCES

ABSTRACT

This article is part of the line of research on urbanism and urban planning, in which it addresses the

consequences of the rural exodus process for the environmental aspect. In the theoretical framework, approaches are presented, which discard this process, along with the process of disorderly growth of cities, the environmental impacts and finally addresses urban planning. Subsequently, it was presented to analyzes and discussions, in which they showed the importance of urban planning within the scope of spatial organization, reporting that it can avoid environmental consequences.

KEYWORDS: Rural Exodus, Environmental Impacts, Disorganized Growth, Urban Planning.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa identificar a relação das vulnerabilidades socioambientais com a deficiência na abordagem das políticas públicas e da gestão referentes ao **planejamento urbano** e cumprimento das leis e diretrizes já estabelecidas **na cidade**. De forma geral, considera-se que estas resultam de uma sobreposição histórico-geográfica de intervenções e que não consideraram as características ambientais, o que explica a precária utilização de instrumentos de planejamento e gestão territorial. Os problemas oriundos a serem citados são: inundações e alagamentos, processos erosivos agressivos, assoreamento e movimentos gravitacionais de massa.

Este artigo está inserido na linha **de pesquisa de urbanismo e planejamento urbano**, no qual aborda o assunto relacionado a migração das pessoas do campo para as cidades, contextualizando os impactos gerados **a partir do** êxodo rural, para o meio ambiente. Fator que foi gerado devido, ao lento **processo de planejamento urbano das cidades**, no qual não acompanhou o ritmo acelerado da urbanização. O crescimento rápido **das grandes metrópoles**, ocasionou grandes problemas para o meio ambiente, causando desta forma riscos para a habitação humana. Fator que é agravado devido a preocupante ocupação irregular do uso e solo. Deste modo, **o problema desta pesquisa** baseia-se em: Como o crescimento populacional urbano pode vir a acarretar uma depredação no aspecto socioambiental da cidade? Com isso, as hipóteses sugerem **que, com o** estudo sobre o crescimento populacional **das grandes metrópoles**, será possível entender quais os aspectos contribuíram para a depredação ambiental, podendo ser enfatizado de maneira teórica. **O objetivo geral** deste trabalho, é analisar o contexto teórico de como **a ocupação irregular** causada **pelo crescimento desordenado**, causou consequências para o meio ambiente. **Os objetivos específicos** condizem em: buscar o entendimento **sobre o processo** do êxodo rural; mostrar **como a falta de** planejamento pode contribuir **com o crescimento** desordenado das cidades; exemplificar os impactos ambientais causado pela desordem urbana; contextualizar **planejamento urbano**; e analisar **a importância do planejamento urbano** para o meio ambiente.

2. REFERENCIAL TEÓRICO OU REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ÊXODO RURAL

Êxodo rural **é entendido como** para diversos autores como **um processo de** migração de pessoas do campo **para a cidade**. Dentre muitos fatores surgem e assim podem ser associadas a ele, como a

modernização da produção agrícola, a concentração fundiária, a busca por melhores condições de vida e melhores empregos, entre outros fatores nos grandes centros urbanos (JUNIOR E SANTOS, 2014). Desde a colonização pelos portugueses, o Brasil teve ciclo de exploração da cana-de-açúcar, mineração e café, com extrema influência de exploração de novos territórios em busca de lucro, e, já no Século XX, até o início da década de 1940, o Brasil era um País agrário que exercia exportação de café, que com a expansão da Revolução Industrial surge o chamado êxodo rural, onde a população migrava do campo para as cidades, em busca de melhores condições de vida, empregos, escolas, onde até então havia núcleos familiares no campo urbanos (JUNIOR E SANTOS, 2014).

O processo do êxodo rural, pode ser entendido como o deslocamento das pessoas que residiam no campo, para as cidades. Este processo ocorreu desde a antiguidade, com o início da história dos povos. Pode-se usar como exemplo, a Roma antiga, na qual ocorreu uma grande migração para as cidades Romanas. Já na idade média, o fato que fez com que as pessoas saíssem do campo para a zona urbano, foi o surgimento das atividades comerciais, nas quais impulsionam o desenvolvimento das cidades, e que deram início a divisão das classes sociais. Portanto, com o início do processo de industrialização no século XVII, os camponeses se sentiram atraídos pelas grandes cidades, buscando melhorias na qualidade de vida e melhores salários (MARTINS, s/d).

No Brasil, este processo se destacou no mandato do presidente Juscelino Kubitschek, no qual houve um grande investimento no desenvolvimento industrial, principalmente na região Sudeste. Com isso, em 1970 e 1980, as pessoas migraram da região Nordeste para a região Sudoeste do país, trazendo desta forma, o despreparo das cidades para receber estas pessoas. Através deste processo migratório, o índice de desemprego, aumento das favelas e violência veio a aumentar. Um grande exemplo da falta de infraestrutura das cidades, para acolher os migrantes, ocorreu no Brasil com a construção de Brasília, muitos habitantes foram até lá para tentar emprego na construção civil. O resultado disto, foi o crescimento desordenado das cidades, formando muitos problemas sociais, e deixando mais evidente a segregação socioespacial (GAGGERO e MANTIÑAN, 2001).

2.2 CRESCIMENTO DESORDENADO DAS CIDADES

Martins (2012), diz que o crescimento urbano desordenado teve origem após a década de 1950, devido aos grandes avanços tecnológicos que ocorreram naquela época. Esses avanços surgiram na agricultura devido à grande demanda de alimentos, com isso o campo acabou sofrendo uma grande modernização, o que acarretou a migração do campo para as cidades. Nesta fase iniciou-se a relocação da população, que até o devido momento vivia no campo e trabalhava em fazendas de pequenas propriedades.

As cidades não estavam preparadas para receber tamanha demanda e em muitas delas, foram selecionadas quem poderia viver em determinados bairros com infraestrutura básica na época, gerando desta forma a supervalorização em terrenos de bairros para uma classe mais elevada. Com isso, as pessoas que não tinham condições financeiras, passaram a morar em locais mais afastados, ou até mesmo invadindo locais inapropriados, como encostas, áreas de preservação e campos. Desta forma, sugere então, as periferias, que não provém de infraestrutura básica e nem de serviços públicos.

Desta maneira, o processo de urbanização das cidades provocou um crescimento desordenado, eis que o desenvolvimento industrial amparado na reunião de capital por parte das empresas e bancos, onde o crescimento do capitalismo era intenso fez com que houvesse uma migração desordenada da população do campo para a cidade.

E devido ao grande fluxo de pessoas migrando, percebe-se que as cidades tiveram transformações em seu espaço decorrentes do rápido aumento de habitantes decorrentes do êxodo rural e guiados pela força da revolução industrial, trazendo consigo inúmeros problemas, como a separação espacial das cidades por classes sociais, onde a classe alta concentra em torno dos centros urbanos e as demais em uma zona periférica.

Figura 01 ? Ocupação Irregular, Nova Friburgo - RJ.

Fonte: Gazeta do Povo 2016.

A ocupação desordenada nos grandes centros urbanos, foi provocada por todos os tipos de classes sociais, rompendo com alguns mitos urbanos, que diziam que a ocupação de encostas era um problema normalmente associado à população carente de recursos financeiros. É notório que a própria paisagem natural atrai também as camadas mais abastadas da população para a ocupação de áreas, que se beneficiam de privilégios facilitando a realização de seus projetos e interesses pessoais, alterando o ambiente com obras e edificações sem planejamento, ocupando áreas de preservação permanente, que deveriam estar protegidas por leis ambientais ou áreas, que pelo seu natural topografia, representa risco à habitação humana (DOMINGOS, 2010).

As áreas naturais resultantes desta competição refletem a desigualdade social, ambas vistas como sendo impossíveis de serem abolidas por resultarem da própria natureza humana. Consideradas como expressão de um estado de equilíbrio desfeito e refeito a cada momento da evolução as áreas naturais constituem importante base teórica para os membros da Escola de Ecologia Humana. E foi com base neste conceito que as pesquisas sobre segregação residencial foram inicialmente sistematizadas, possibilitando grande avanço no conhecimento a respeito do espaço social da cidade (CORRÊA, 2013, p .53).

De maneira geral, as cidades se desenvolveram mais rapidamente do que o ato de planejar o meio urbano, o que resultou em impactos negativos no meio ambiental e social. A falta de moradias, gerou o processo de favelização e carência na infraestrutura urbana, contribuindo para o aumento da poluição, periferação, aumento do fluxo no trânsito, população pobre e ocupações irregulares. A modernização no processo econômico do Brasil, não influenciou para que estes problemas fossem resolvidos, pois a mesma deu ênfase para as desigualdades já existentes, sempre apoiando a concentração de renda. Contudo, a diferença no poder aquisitivo entre os ricos e os pobres, é hoje muito maior no que no início da modernização (JUNIOR s/d).

As cidades no Brasil desempenharam historicamente funções importantes no processo de ocupação do território, servindo como sítios de suporte ao povoamento, centros de controle político e de armazenamento da produção agroextrativa, núcleos de conexão com os circuitos mercantis, polos de crescimento industrial e nós das redes financeira e informacional. Desde o século XVI até os dias atuais, podem-se distinguir diversas formações territoriais, que expressam as distintas relações entre cidade e campo e das cidades entre si no processo de desenvolvimento brasileiro. (IPEA, 2001, p.85).

De certa maneira, nota-se que as desigualdades originadas ainda no período colonial se manifestam nas

idades brasileiras até a atualidade. Com efeito, os setores mais abastados desfrutam de melhores acessos à vida urbana, ao passo que a população carente, desprovida de recursos privados, fica refém da precariedade. É visto também que esse quadro se torna ainda mais dramático quando os dados de estudos e de pesquisas mostram que, majoritariamente, a população mais pobre é composta por negros ou descendentes de negros.

2.2.1 Impactos Ambientais

Em um planeta que se torna todos os dias mais urbanizado, e nas regiões mais pobres o processo de ocupação se torna ainda mais acelerado, grande parte dos impactos ambientais mais significativos vem sendo gerado nas cidades. Especialmente em países que estão se desenvolvendo, a urbanização vem sendo associada a mais degradação ambiental e social (JATOBÁ, 2011).

No século XXI, os problemas ambientais começaram a se destacar. Os primeiros indícios, foram através da exploração dos recursos minerais, e posteriormente com o crescimento desordenado das cidades, ocasionando o aumento da demanda dos recursos básicos. Contudo, enfatiza-se também neste contexto, o desmatamento de encostas e rios, o que provoca um grande volume de água a ser escoada, provocando grandes inundações e enchentes, influenciando desta forma, o ciclo hidrológico (OLIVA JUNIOR, s/d).

Com o grande aumento populacional, e o crescimento das cidades sem o devido planejamento urbano, as perdas ambientais vem acontecendo nas últimas décadas, que são: destruição e contaminação de nascentes, a extinção de espécies de animais geradas através da ocupação irregular de lugares, sendo destruídos o habitat natural da fauna, ocasionando desta forma outros problemas, como: erosão, alagamentos e alterações climáticas. (NETO COELHO, 2001).

Figura 02: Poluição dos Rios.

Fonte: Ariene Studio / Shutterstock.com (s.d).

Contudo Silva (1997), ressalta que este processo motivou a elaboração de novos loteamentos sem preocupação com o meio ambiente, e com a organização socioespacial das cidades, causando à carência de habitação, desemprego e carências na infraestrutura básica. O autor enfatiza também sobre as mudanças climáticas que foram ocasionadas pelo impacto da urbanização, porém nem todo espaço urbano foi agredido por esses fatores, sendo desta forma a população menos favorecida os mais atingidos por estes fatores negativos.

A exposição a risco pode ocorrer pelas condições ambientais e sociais. Situações nas quais existe a possibilidade de ocorrência de eventos perigosos pela ocupação humana de áreas sujeitas a desabamentos, inundações, poluição hídrica, poluição atmosférica, poluição dos solos, contaminação por resíduos ou produtos perigosos, e desastres naturais, como terremotos, furações, maremotos, entre outros, são exemplos de exposição a risco por condições ambientais (JATOBÁ, 2011, p.144).

É importante ressaltar, a **necessidade de um** planejamento urbano que lide com todos os espaços, incluindo as dimensões sociais. O mesmo tem por objetivo **a qualidade de vida da população**, promovendo o **bem-estar social**, e viabilizando a integração **do contexto urbano** com o meio ambiente de forma que, ambos sejam preservados (SILVA, 1997).

2.3 PLANEJAMENTO URBANO

O urbanismo pode ser definido como uma atividade, **na qual é** relacionada com o controle e planejamento das cidades, possuindo um caráter multidisciplinar, podendo ser classificado com uma ciência humana. O urbanismo é inserido **no processo de crescimento demográfico**, no qual enfrenta **os problemas relacionados** com a urbanidade e civilização. Já o Planejamento Urbano, lida com aspectos políticos e técnicos relacionado com a **utilização do espaço, qualidade de vida**, desenho ambiental e desenho urbano, sendo uma parte desta multidisciplinariedade do urbanismo (CHOAY, 2001).

No Brasil, o processo que se deu o urbanismo ficou evidenciado alguns estágios. O primeiro estágio destacou-se pela intenção de melhoramentos no contexto urbano em determinados locais das cidades. Tentavam melhorar o município com profissionais qualificados principalmente que atuavam no curso de engenharia. O segundo estágio ocorreu **em meados de 1930 a 1950** e **foi marcado pela** elaboração de planos, tendo por objetivo planejar a extensão das cidades através de sistemas viários e articulação dos bairros da área urbana da época. Foi neste período que foram elaborados os primeiros planos e propostas de zoneamento. O terceiro estágio aconteceu nas **décadas de 50 e 60**, no qual evidenciou-se o início dos planos regionais, iniciando desta forma uma nova fase do urbanismo **no Brasil: A migração do campo para a cidade, aumentando a área** urbana, trazendo desta forma a conturbação e crescimento desordenado como consequência (LEME, 1999).

As relações sociais de hoje são resultado de ações produzidas ao longo de séculos. Ao olhar o passado, é possível compreender as contradições do Brasil atual. O passado passou, e só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isso de singular: ela é formada de momentos que foram estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais? (SANTOS, 1982, p.10).

Foi desenvolvido em 1950 no Brasil, um discurso que discorria sobre **a necessidade de** ligar os planos urbanos com outros objetos. Tal discurso atingiu grande importância na imagem **do plano diretor e passou a ser** chamado de **?Planejamento Urbano?** ou **?Planejamento Urbano Integrado?** (CSABA et al SCHIFFER, 2004).

Para Del Rio (1990), as atividades permanentes relacionadas com o planejamento urbano, **tem o objetivo de** alcançar parâmetros sociais e econômicos, podendo ser alcançados apenas através do planejamento. Contudo, esta ferramenta **passou a ser uma** ferramenta indispensável para a tomada de decisões para atividades permanentes.

Desta maneira, após o **crescimento das cidades** forte nas razões do capitalismo, é visto a necessidade **sobre a relação** com **a ocupação do** uso do solo, e assim diretrizes de ordem constitucional foram criadas para possibilitar **a gestão urbana ? administração do espaço urbano ? a exemplo da** instituição **do plano diretor para** as cidades com população superior a 20 **(vinte) mil habitantes**, visando abrangência ambiental, institucional, social, mobilidade, urbanístico e econômico, e também, **o Estatuto da Cidade**, regulamentando os artigos **da Constituição Federal no que se referem a reforma urbana**, estipulando metas de gestão democrática, cooperação governamental, planejamento e desenvolvimento de cidades sustentáveis, com uso correto do solo, qualidade **do meio ambiente, bem como a regularização**

fundiária e urbanização de parte de terras ocupadas por cidadãos (JUNIOR E SANTOS, 2014).

O planejamento urbano seria um processo contínuo do qual **o plano diretor** constituiria um momento; o processo seria uma atividade multidisciplinar e envolveria uma pesquisa prévia ? o diagnóstico técnico ? que revelaria e fundamentaria **os ?problemas urbanos?** e seus desdobramentos futuros, cujas soluções seria objeto de proposições que integram os aspectos econômicos, físicos, sociais e políticos das cidades e cuja execução tocara a um órgão central coordenador e acompanhador da sua execução e contínuas revisões (CSABA apud SCHIFFER, 2004, p. 188).

Surgiram em 1960, os primeiros protestos e críticas sobre **a qualidade de vida no meio urbano** que vinha sendo construído pela iniciativa privada e pelo poder público. Tais críticas evidenciavam **a falta de qualidade dos** espaços urbanos na arquitetura e os impactos ambientais que os empreendimentos causavam no meio ambiente. **No entanto, as** cidades eram vistas como potencialização de problemas e ferramenta de aumento de investimentos para acumulação do capital. Portanto, foi através dessas críticas de valores, que o Desenho Urbano se consolidou como uma profissão e campo de conhecimento. Com a II Guerra Mundial, o **Planejamento Urbano e Regional** passou a ter uma posição e destaque **no processo de desenvolvimento**, objetivando desta forma, **a implementação de** novos projetos e objetivos (Del Rio, 1990).

Lamas (2004) assegura **que, a produção** da cidade pode ser entendida como um mecanismo de partilhar edifícios no território, podendo desta forma resolver problemas funcionais e elaborar condições **para o investimento** econômico. Já Acioly (1998), diz **que o crescimento das cidades** está ligado com a capacidade que ela tem de se alto sustentar pelos recursos que são gerados e necessários para mantes **os processos de** produtividade sustentável e com a eficiência em que elas conseguem aumentar **investimentos públicos e** privado.

3. METODOLOGIA

Para o embasamento dessa pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico, **que de acordo com os conceitos de** Fonseca (2002, p. 32) ?a pesquisa bibliográfica é feita **a partir do** levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites? e que pesquisas apenas baseadas em referências bibliográficas têm ?**o objetivo de** recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema **a respeito do qual se** procura a resposta? (FONSECA, 2002, p. 32).

Já a pesquisa documental, pode ser caracteriza através de levantamentos encontrados em documentos, podendo ser escritos ou não, **como por exemplo**, as fotografias (LAKATOS E MARCONI, 2002).

Na aplicação dos métodos será considerada **a relação entre o problema da pesquisa e a revisão** teórica. E para assim prosseguindo será elencado e retirado do texto conceitos para com que, posteriormente, sirvam de indicadores na análise dos dados e assim chegue a conclusão da pesquisa.

4. ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O crescimento desordenado no Brasil, foi desencadeado por **uma série de** mudanças, com isso, destaca-se a produção da visão do mundo que surgiu **a partir da** mecanização na agricultura e industrialização das cidades. Porém, **a política de desenvolvimento econômico**, não visou o **desenvolvimento social e** ambiental, **o que resultou** numa série de problemas socioambientais e socioespaciais (MARTINS, 2012).

Com base no que foi apresentado no referencial teórico, pode-se analisar que o grande fator que estabelece a degradação ambiental, foi o crescimento desordenado das cidades. **O crescimento do** Brasil, **nos últimos 50 anos** se deu de forma muito acelerada no âmbito urbanístico, e em muitas cidades, os problemas ambientais encontrados, são resultados **da falta de** utilização de fatores adequados no meio físico. Contudo, na maioria dos casos não foi considerado o planejamento urbano **da cidade e a** sua capacidade de suporte para receber as migrantes, **fazendo com que a** natureza se modificasse **por meio das** construções de estradas, casas e indústrias. O meio ambiente foi agredido de forma direta, e logo, a população também, pois com isso, é visível a diminuição **da qualidade de vida da** humanidade.

As cidades são consideradas reflexo da modificação do espaço natural, sendo propriedade da organização **da sociedade e das formas** físicas. Com a degradação ambiental, resulta em devolver para o meio ambiente esses espaços ocupados irregularmente, sendo assim, podendo ser utilizado o paisagismo das cidades. Muitos problemas como a erosão, assoreamento de cursos d'água, poluição do ar, **falta de áreas** verdes, uso de áreas para deposição do lixo e outros que já foram citados no referencial teórico, são consequências **da falta de** organização entre as cidades, e o meio ambiente (MARTINS, 2012).

Com isso, destaca-se a utilização **do planejamento urbano** para as cidades, pois o mesmo tem por finalidade analisar os aspectos essenciais pra **qualidade de vida**, organiza-los e integra-los **com o** meio ambiente, afim **de que o** contexto urbano e ambiental seja preservado de maneira adequada e saudável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir, que este trabalho foi de grande valia **para o entendimento sobre o processo de urbanização no Brasil**, de maneira desordenada e posteriormente entender as causas deste processo para o meio ambiente, o que resulta **na qualidade de vida** humana, atingindo desta maneira, **o objetivo geral** desta pesquisa.

O problema desta pesquisa baseava-se em como o crescimento populacional urbano pode vir a acarretar uma depredação no aspecto socioambiental da cidade, com **as abordagens do** referencial teórico foi possível resolver este problema, pois com o estudo sobre o crescimento populacional **das grandes metrópoles**, foi possível entender quais os aspectos contribuíram para a depredação ambiental, como viabilizava as hipóteses.

A pesquisa abordou o processo histórico de aglomerações de pessoas, na passagem dos anos, onde foram surgindo os personagens de cada época, ciclos de exploração de territórios, sendo os fatores de deslocamento de **grande número de pessoas** de uma região para outro, **com o objetivo** único do lucro. Objetivou-se nesta pesquisa **entender o processo de urbanização das cidades brasileiras**, iniciado com a revolução industrial e desencadeando **o êxodo rural**, e, após **o processo de crescimento das cidades**, a

preocupação das políticas públicas em tentar conservar o meio ambiente, regular o aspecto econômico, político, social das populações que se encontram em níveis de desigualdades com as demais.

Fatores estes desencadearam o chamado êxodo rural, **ou seja, a mudança do homem do campo para a cidade**, onde a **mecanização do campo** também teve sua parcela de resultado para o inchaço das cidades decorrentes da urbanização acelerada **no início da década de 1940**, em especial na macrorregião sudeste **do Brasil**, **em** especial pela movimentação que a Revolução Industrial fazia no País

Os planejadores responsáveis pelo desenvolvimento urbano, trabalham **juntamente com as** autoridades do local, entendendo quais as necessidades **que a população** e o espaço requerem, e posteriormente apresentando planos. Contudo, **é importante frisar, que o resultado de** qualquer ação precisa de um planejamento antes da execução, para que possíveis danos sejam evitados. No contexto urbano não é diferente, é necessário projetos e planejamentos **de infraestrutura básica**, aspectos ambientais, socioeconômicos, socioespaciais, regionais, entre outros; para que problemas futuros não sejam causados por falta de organização espacial. Com isso, destaca-se **a importância do planejamento urbano**, pois o mesmo contribui para que casos como estes, de degradação ambiental, podem ser evitados.

REFERÊNCIAS

CHOAY, Françoise. O Urbanismo. 5.ed. **São Paulo**: Perspectiva, 2003. ____ 37 3.9 OBRA: HAROUEL, Jean-Louis. História do Urbanismo. 3.ed. Campinas: Papirus, 2001.

COELHO NETO, A. L. Hidrologia de encosta na interface com a geomorfologia. In: GURRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. Geomorfologia: Uma atualização de bases e conceitos. 4. ed. **Rio de Janeiro**, Bertrand Brasil, 2001. p. 93-148.

CORRÊA, **Roberto Lobato**. **A segregação residencial: classes sociais e espaço urbano**. In: **VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. (Org.). A cidade contemporânea: segregação socioespacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 39-60.**

CSABA, D.; SCHIFFER, S. R. **O Processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.**

DEL RIO, Vicente. Introdução ao desenho urbano **no processo de planejamento**: São Paulo, Pini, 1990.

DOMINGOS, Thiago Augusto. ? São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. GAGGERO, H.; GARRO, A. F.; MANTIÑAN, S. C. Historia de la América en los siglos XIX e XX. Buenos Aires: Aique, 2001.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila__METODOLOGIA_DA_PESQUISA%281%29.pdf>; Acesso em: 26 de nov. de 2021;

IPEA? INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: estudos básicos para a caracterização da rede urbana. Brasília, DF, 2001.p. 85-86. V.1

JATOBÁ, Sérgio Ulisses, Urbanização, **Meio Ambiente e Vulnerabilidade Social**. Ipa Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5567/1/BRU_n05_urbanizacao.pdf>; Acesso em: 27 Nov

de 2021.

JUNIOR, José Carlos Ugeda. Urbanização Brasileira, **Planejamento Urbano e** Planejamento Da Paisagem . s/d. Disponível em: < <http://www.ambiente-augm.ufscar.br/uploads/A2-151.pdf>> . Acesso em: 12 de Nov de 2021.

JUNIOR, Rui Ferreira Barbosa; SANTOS, Moacir José. A Urbanização das Cidades. Taubaté, SP, 2014. Disponível, em: <http://www.unitau.br/files/arquivos/category_154/MPH1081_1427392152.pdf>,. Acesso em: 12 de Nov de 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2002.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LEME, Maria Cristina da Silva. Urbanismo **no Brasil** ? 1985-1965. **São Paulo**: Estudio Nobel; FAUSP, FUPAM, 1999.

MARTINS, Cecilia Maria Pereira. Êxodo Rural, s/d. Disponível em: <http://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/14353018122013Geografia_Rural_aula_06.pdf>,. Acesso em: 13 de nov de 2021.

MARTINS, Karla Gonçalves. Expansão Urbana desordenada e aumento dos riscos ambientais à saúde humana: O caso Brasileiro. 2012. Disponível em: < http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4135/1/2012_KarlaGoncalvesMartins.pdf>,. Acesso em: 13 de nov de 2021.

OLIVA JUNIOR, Elenaldo Fonseca de. Os Impactos Ambientais Decorrentes Da Ação Antrópica Na Nascente Do Rio Piauí - Riachão Do Dantas/Se, s/d.

SILVA, J. A. da. Direito Urbanístico Brasileiro. 2ª ed. rev. At. 2ª tiragem. São Paulo MALHEIROS EDITORES, 1997, 421p.

8 Revista Thêma et Scientia ? Vol. 11, no 2E, jul/dez 2021
20 Revista Thêma et Scientia ? Vol. 11, no 2E, jul/dez 2021
Revista Thêma et Scientia ? Vol. 11, no 2E, jul/dez



=====

Arquivo 1: [Template - Thêma et Scientia - Edição Especial Rodrigo - sol.docx](#) (3951 termos)

Arquivo 2: https://pt.wikipedia.org/wiki/Planejamento_urbano (5798 termos)

Termos comuns: 94

Similaridade: 0,97%

O texto abaixo é o conteúdo do documento [Template - Thêma et Scientia - Edição Especial Rodrigo - sol.docx](#) (3951 termos)

Os termos em vermelho foram encontrados no documento

https://pt.wikipedia.org/wiki/Planejamento_urbano (5798 termos)

=====

Rodrigo José de Campos, Priscila Branco

Ocupação desordenada dos espaços **urbanos e suas** consequências socioambientais.

OCUPAÇÃO DESORDENADA DOS ESPAÇOS **URBANOS E SUAS** CONSEQUÊNCIAS
SOCIOAMBIENTAIS.

CAMPOS, Rodrigo José de

[1: Bacharel em **Arquitetura e Urbanismo** pelo Centro universitário Assis Gurgacz. Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: rodrigo.campos544@hotmail.com.]

BRANCO, Priscila

[2: Bacharel em Direito pelo Centro universitário Univel. E-mail: priscilaabranco@hotmail.com]

Resumo

Este artigo está inserido na linha de pesquisa de urbanismo **e planejamento urbano**, no qual aborda sobre as consequências do processo do êxodo rural, para o aspecto ambiental. No referencial teórico apresenta-se abordagens, nas quais descartam este processo, juntamente **com o processo** do crescimento desordenado das cidades, os impactos ambientais e por último aborda **sobre planejamento urbano**. Posteriormente apresentou-se a análises e discussões, nas quais mostraram a importância **do planejamento urbano no** âmbito da organização espacial, relatando que o mesmo pode evitar consequências ambientais.

Palavras-Chave: Êxodo Rural, Impactos ambientais, Crescimento Desordenado, Planejamento Urbano.

DISORDERLY OCCUPATION OF URBAN SPACES AND ITS SOCIO-ENVIRONMENTAL
CONSEQUENCES

ABSTRACT

This article is part of the line of research on urbanism and urban planning, in which it addresses the

consequences of the rural exodus process for the environmental aspect. In the theoretical framework, approaches are presented, which discard this process, along with the process of disorderly growth of cities, the environmental impacts and finally addresses urban planning. Subsequently, it was presented to analyzes and discussions, in which they showed the importance of urban planning within the scope of spatial organization, reporting that it can avoid environmental consequences.

KEYWORDS: Rural Exodus, Environmental Impacts, Disorganized Growth, Urban Planning.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa identificar a relação das vulnerabilidades socioambientais com a deficiência na abordagem das políticas públicas e da gestão referentes **ao planejamento urbano e** cumprimento das leis e diretrizes já estabelecidas na cidade. De forma geral, considera-se que estas resultam de uma sobreposição histórico-geográfica de intervenções e que não consideraram as características ambientais, o que explica a precária utilização de instrumentos **de planejamento e** gestão territorial. Os problemas oriundos a serem citados são: inundações e alagamentos, processos erosivos agressivos, assoreamento e movimentos gravitacionais de massa.

Este artigo está inserido na linha de pesquisa de urbanismo **e planejamento urbano**, no qual aborda o assunto relacionado a migração das pessoas do campo para as cidades, contextualizando os impactos gerados **a partir do** êxodo rural, para **o meio ambiente**. Fator que foi gerado devido, ao lento **processo de planejamento urbano das cidades**, no qual não acompanhou o ritmo acelerado da urbanização. O crescimento rápido das grandes metrópoles, ocasionou grandes problemas para **o meio ambiente**, causando desta forma riscos para a habitação humana. Fator que é agravado devido a preocupante ocupação irregular **do uso e** solo. Deste modo, o problema desta pesquisa baseia-se em: **Como o crescimento populacional** urbano pode vir a acarretar uma depredação no aspecto socioambiental da cidade? Com isso, as hipóteses sugerem que, com o estudo sobre **o crescimento populacional** das grandes metrópoles, será possível entender quais os aspectos contribuíram para a depredação ambiental, podendo ser enfatizado de maneira teórica. O objetivo geral deste trabalho, é analisar o contexto teórico de como a ocupação irregular causada pelo crescimento desordenado, causou consequências para **o meio ambiente**. Os objetivos específicos condizem em: buscar o entendimento sobre o processo do êxodo rural; mostrar como a **falta de planejamento** pode contribuir **com o crescimento** desordenado das cidades; exemplificar os impactos ambientais causado pela desordem urbana; contextualizar **planejamento urbano**; e analisar a importância **do planejamento urbano** para **o meio ambiente**.

2. REFERENCIAL TEÓRICO OU REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ÊXODO RURAL

Êxodo rural é entendido como para diversos autores como um processo de migração de pessoas do campo para a cidade. Dentre muitos fatores surgem e assim podem ser associadas a ele, como a

modernização da produção agrícola, a concentração fundiária, a busca por melhores condições de vida e melhores empregos, entre outros fatores nos grandes centros urbanos (JUNIOR E SANTOS, 2014). Desde a colonização pelos portugueses, o Brasil teve ciclo de exploração da cana-de-açúcar, mineração e café, com extrema influência de exploração de novos territórios em busca de lucro, e, já no Século XX, até o início da década de 1940, o Brasil era um País agrário que exercia exportação de café, que com a expansão da Revolução Industrial surge o chamado êxodo rural, onde a população migrava do campo para as cidades, em busca de melhores condições de vida, empregos, escolas, onde até então havia núcleos familiares no campo urbanos (JUNIOR E SANTOS, 2014).

O processo do êxodo rural, pode ser entendido como o deslocamento das pessoas que residiam no campo, para as cidades. Este processo ocorreu desde a antiguidade, com o início da história dos povos. Pode-se usar como exemplo, a Roma antiga, na qual ocorreu uma grande migração para as cidades Romanas. Já na idade média, o fato que fez com que as pessoas saíssem do campo para a zona urbana, foi o surgimento das atividades comerciais, nas quais impulsionam o desenvolvimento das cidades, e que deram início a divisão das classes sociais. Portanto, com o início do processo de industrialização no século XVII, os camponeses se sentiram atraídos pelas grandes cidades, buscando melhorias na qualidade de vida e melhores salários (MARTINS, s/d).

No Brasil, este processo se destacou no mandato do presidente Juscelino Kubitschek, no qual houve um grande investimento no desenvolvimento industrial, principalmente na região Sudeste. Com isso, em 1970 e 1980, as pessoas migraram da região Nordeste para a região Sudoeste do país, trazendo desta forma, o despreparo das cidades para receber estas pessoas. Através deste processo migratório, o índice de desemprego, aumento das favelas e violência veio a aumentar. Um grande exemplo da falta de infraestrutura das cidades, para acolher os migrantes, ocorreu no Brasil com a construção de Brasília, muitos habitantes foram até lá para tentar emprego na construção civil. O resultado disto, foi o crescimento desordenado das cidades, formando muitos problemas sociais, e deixando mais evidente a segregação socioespacial (GAGGERO e MANTIÑAN, 2001).

2.2 CRESCIMENTO DESORDENADO DAS CIDADES

Martins (2012), diz que o crescimento urbano desordenado teve origem após a década de 1950, devido aos grandes avanços tecnológicos que ocorreram naquela época. Esses avanços surgiram na agricultura devido à grande demanda de alimentos, com isso o campo acabou sofrendo uma grande modernização, o que acarretou a migração do campo para as cidades. Nesta fase iniciou-se a relocação da população, que até o devido momento vivia no campo e trabalhava em fazendas de pequenas propriedades.

As cidades não estavam preparadas para receber tamanha demanda e em muitas delas, foram selecionadas quem poderia viver em determinados bairros com infraestrutura básica na época, gerando desta forma a supervalorização em terrenos de bairros para uma classe mais elevada. Com isso, as pessoas que não tinham condições financeiras, passaram a morar em locais mais afastados, ou até mesmo invadindo locais inapropriados, como encostas, áreas de preservação e campos. Desta forma, sugere então, as periferias, que não provêm de infraestrutura básica e nem de serviços públicos.

Desta maneira, o processo de urbanização das cidades provocou um crescimento desordenado, eis que o desenvolvimento industrial amparado na reunião de capital por parte das empresas e bancos, onde o crescimento do capitalismo era intenso fez com que houvesse uma migração desordenada da população do campo para a cidade.

E devido ao grande fluxo de pessoas migrando, percebe-se **que as cidades** tiveram transformações em seu espaço decorrentes do rápido aumento de habitantes decorrentes do êxodo rural e guiados pela força da revolução industrial, trazendo consigo inúmeros problemas, como a separação espacial das cidades por classes sociais, onde a classe alta concentra em torno dos centros urbanos e as demais em uma zona periférica.

Figura 01 ? Ocupação Irregular, Nova Friburgo - RJ.

Fonte: Gazeta do Povo 2016.

A ocupação desordenada nos grandes centros urbanos, foi provocada por todos **os tipos de** classes sociais, rompendo com alguns mitos urbanos, que diziam que a ocupação de encostas era um problema normalmente associado à população carente de recursos financeiros. É notório que a própria paisagem natural atrai também as camadas mais abastadas da população para a ocupação de áreas, que se beneficiam de privilégios facilitando a realização de seus projetos e interesses pessoais, alterando o ambiente com obras e edificações sem planejamento, ocupando **áreas de preservação permanente**, que deveriam estar protegidas por leis ambientais ou áreas, que pelo seu natural topografia, representa risco à habitação humana (DOMINGOS, 2010).

As áreas naturais resultantes desta competição refletem a desigualdade social, ambas vistas como sendo impossíveis de serem abolidas por resultarem da própria natureza humana. Consideradas como expressão de um estado de equilíbrio desfeito e refeito a cada momento da evolução as áreas naturais constituem importante base teórica para os membros da Escola de Ecologia Humana. E foi com base neste conceito que as pesquisas sobre segregação residencial foram inicialmente sistematizadas, possibilitando grande avanço no conhecimento a respeito do espaço social da cidade (CORRÊA, 2013, p .53).

De maneira geral, as cidades se desenvolveram mais rapidamente do que o ato de planejar o meio urbano , o que resultou em impactos negativos no meio ambiental e social. A falta de moradias, gerou **o processo de** favelização e carência na infraestrutura urbano, contribuindo para o aumento da poluição, periferização , aumento do fluxo no trânsito, população pobre e ocupações irregulares. A modernização no processo econômico do Brasil, não influenciou para que estes problemas fossem resolvidos, pois a mesma deu ênfase para as desigualdades já existentes, sempre apoiando a concentração de renda. Contudo, a diferença no poder aquisitivo entre os ricos e os pobres, é hoje muito maior no que no início da modernização (JUNIOR s/d).

As cidades no Brasil desempenharam historicamente funções importantes **no processo de** ocupação do território, servindo como sítios de suporte ao povoamento, centros de controle político e de armazenamento da produção agroextrativa, núcleos de conexão com os circuitos mercantis, polos de crescimento industrial e nós das redes financeira e informacional. **Desde o século** XVI até os dias atuais, podem-se distinguir diversas formações territoriais, que expressam as distintas relações entre cidade e campo e das cidades entre si **no processo de** desenvolvimento brasileiro. (IPEA, 2001, p.85).

De certa maneira, nota-se que as desigualdades originadas ainda no período colonial se manifestam nas

idades brasileiras até a atualidade. Com efeito, os setores mais abastados desfrutam de melhores acessos à vida urbana, ao passo que a população carente, desprovida de recursos privados, fica refém da precariedade. É visto também que esse quadro se torna ainda mais dramático quando os dados de estudos e de pesquisas mostram que, majoritariamente, a população mais pobre é composta por negros ou descendentes de negros.

2.2.1 Impactos Ambientais

Em um planeta que se torna todos os dias mais urbanizado, e nas regiões mais pobres o processo de ocupação se torna ainda mais acelerado, grande parte dos impactos ambientais mais significativos vem sendo gerado nas cidades. Especialmente em países que estão se desenvolvendo, a urbanização vem sendo associada a mais degradação ambiental e social (JATOBÁ, 2011).

No século XXI, os problemas ambientais começaram a se destacar. Os primeiros indícios, foram através da exploração dos recursos minerais, e posteriormente com o crescimento desordenado das cidades, ocasionando o aumento da demanda dos recursos básicos. Contudo, enfatiza-se também neste contexto, o desmatamento de encostas e rios, o que provoca um grande volume de água a ser escoada, provocando grandes inundações e enchentes, influenciando desta forma, o ciclo hidrológico (OLIVA JUNIOR, s/d).

Com o grande aumento populacional, e o crescimento das cidades sem o devido planejamento urbano, as perdas ambientais vem acontecendo nas últimas décadas, que são: destruição e contaminação de nascentes, a extinção de espécies de animais geradas através da ocupação irregular de lugares, sendo destruídos o habitat natural da fauna, ocasionando desta forma outros problemas, como: erosão, alagamentos e alterações climáticas. (NETO COELHO, 2001).

Figura 02: Poluição dos Rios.

Fonte: Ariene Studio / Shutterstock.com (s.d).

Contudo Silva (1997), ressalta que este processo motivou a elaboração de novos loteamentos sem preocupação com o meio ambiente, e com a organização socioespacial das cidades, causando à carência de habitação, desemprego e carências na infraestrutura básica. O autor enfatiza também sobre as mudanças climáticas que foram ocasionadas pelo impacto da urbanização, porém nem todo espaço urbano foi agredido por esses fatores, sendo desta forma a população menos favorecida os mais atingidos por estes fatores negativos.

A exposição a risco pode ocorrer pelas condições ambientais e sociais. Situações nas quais existe a possibilidade de ocorrência de eventos perigosos pela ocupação humana de áreas sujeitas a desabamentos, inundações, poluição hídrica, poluição atmosférica, poluição dos solos, contaminação por resíduos ou produtos perigosos, e desastres naturais, como terremotos, furações, maremotos, entre outros, são exemplos de exposição a risco por condições ambientais (JATOBÁ, 2011, p.144).

É importante ressaltar, a **necessidade de um planejamento urbano** que lide com todos os espaços, incluindo as dimensões sociais. O mesmo tem por objetivo **a qualidade de vida da população**, promovendo **o bem-estar** social, e viabilizando a integração do contexto urbano com **o meio ambiente de forma que**, ambos sejam preservados (SILVA, 1997).

2.3 PLANEJAMENTO URBANO

O urbanismo pode ser definido como uma atividade, na qual é relacionada com o controle e planejamento das cidades, possuindo um caráter multidisciplinar, podendo ser classificado com uma ciência humana. O urbanismo é inserido **no processo de** crescimento demográfico, no qual enfrenta os problemas relacionados com a urbanidade e civilização. Já **o Planejamento Urbano**, **lida** com aspectos políticos e técnicos relacionado com a utilização do espaço, **qualidade de vida**, desenho ambiental e desenho urbano, sendo uma parte desta multidisciplinariedade do urbanismo (CHOAY, 2001).

No Brasil, o processo que se deu o urbanismo ficou evidenciado alguns estágios. O primeiro estágio destacou-se pela intenção de melhoramentos no contexto urbano em determinados locais das cidades. Tentavam melhorar o município com profissionais qualificados principalmente que atuavam no curso de engenharia. O segundo estágio ocorreu em meados de 1930 a 1950 e foi marcado pela elaboração de planos, tendo por objetivo planejar a extensão das cidades através de sistemas viários e articulação dos bairros da área urbana da época. Foi neste período que foram elaborados os primeiros planos e propostas de zoneamento. O terceiro estágio aconteceu nas décadas de 50 e 60, no qual evidenciou-se o início dos planos regionais, iniciando desta forma uma nova fase do urbanismo no Brasil: A migração do campo para a cidade, aumentando a área urbana, trazendo desta forma a conturbação e crescimento desordenado como consequência (LEME, 1999).

As relações sociais de hoje são resultado de ações produzidas ao longo de séculos. Ao olhar o passado, é possível compreender as contradições do Brasil atual. O passado passou, e só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isso de singular: ela é formada de momentos que foram estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais? (SANTOS, 1982, p.10).

Foi desenvolvido em 1950 no Brasil, um discurso que discorria sobre **a necessidade de** ligar os planos urbanos com outros objetos. Tal discurso atingiu grande importância na imagem **do plano diretor** e passou a ser chamado **de ?Planejamento Urbano?** ou **?Planejamento Urbano Integrado?** (CSABA et al SCHIFFER, 2004).

Para Del Rio (1990), as atividades permanentes relacionadas com **o planejamento urbano**, tem **o objetivo de** alcançar parâmetros sociais e econômicos, podendo ser alcançados apenas através do planejamento. Contudo, esta ferramenta passou a ser uma ferramenta indispensável para a tomada de decisões para atividades permanentes.

Desta maneira, após o crescimento das cidades forte nas razões do capitalismo, é visto a necessidade sobre a relação com a ocupação do uso do solo, e assim diretrizes de ordem constitucional foram criadas para possibilitar a gestão urbana ? administração **do espaço urbano** ? a exemplo da instituição **do plano diretor** para as cidades com população superior a 20 (vinte) mil habitantes, visando abrangência ambiental, institucional, social, mobilidade, urbanístico e econômico, e também, o **Estatuto da Cidade**, regulamentando os artigos da Constituição Federal no que se referem a reforma urbana, estipulando metas de gestão democrática, cooperação governamental, planejamento **e desenvolvimento de** cidades sustentáveis, com uso correto do solo, qualidade **do meio ambiente**, **bem como a** regularização

fundiária e urbanização de parte de terras ocupadas por cidadãos (JUNIOR E SANTOS, 2014).

O planejamento urbano seria um processo contínuo do qual o plano diretor constituiria um momento; o processo seria uma atividade multidisciplinar e envolveria uma pesquisa prévia ? o diagnóstico técnico ? que revelaria e fundamentaria os ?problemas urbanos? e seus desdobramentos futuros, cujas soluções seria objeto de proposições que integram os aspectos econômicos, físicos, sociais e políticos das cidades e cuja execução tocara a um órgão central coordenador e acompanhador da sua execução e contínuas revisões (CSABA apud SCHIFFER, 2004, p. 188).

Surgiram em 1960, os primeiros protestos e críticas sobre a qualidade de vida no meio urbano que vinha sendo construído pela iniciativa privada e pelo poder público. Tais críticas evidenciavam a falta de qualidade dos espaços urbanos na arquitetura e os impactos ambientais que os empreendimentos causavam no meio ambiente. No entanto, as cidades eram vistas como potencialização de problemas e ferramenta de aumento de investimentos para acumulação do capital. Portanto, foi através dessas críticas de valores, que o Desenho Urbano se consolidou como uma profissão e campo de conhecimento. Com a II Guerra Mundial, o Planejamento Urbano e Regional passou a ter uma posição e destaque no processo de desenvolvimento, objetivando desta forma, a implementação de novos projetos e objetivos (Del Rio, 1990).

Lamas (2004) assegura que, a produção da cidade pode ser entendida como um mecanismo de partilhar edifícios no território, podendo desta forma resolver problemas funcionais e elaborar condições para o investimento econômico. Já Acioly (1998), diz que o crescimento das cidades está ligado com a capacidade que ela tem de se alto sustentar pelos recursos que são gerados e necessários para manter os processos de produtividade sustentável e com a eficiência em que elas conseguem aumentar investimentos públicos e privado.

3. METODOLOGIA

Para o embasamento dessa pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico, que de acordo com os conceitos de Fonseca (2002, p. 32) ?a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites? e que pesquisas apenas baseadas em referências bibliográficas têm ?o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta? (FONSECA, 2002, p. 32).

Já a pesquisa documental, pode ser caracteriza através de levantamentos encontrados em documentos, podendo ser escritos ou não, como por exemplo, as fotografias (LAKATOS E MARCONI, 2002).

Na aplicação dos métodos será considerada a relação entre o problema da pesquisa e a revisão teórica. E para assim prosseguindo será elencado e retirado do texto conceitos para com que, posteriormente, sirvam de indicadores na análise dos dados e assim chegue a conclusão da pesquisa.

4. ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS



O crescimento desordenado no Brasil, foi desencadeado por uma série de mudanças, com isso, destaca-se a produção da visão do mundo que surgiu a partir da mecanização na agricultura e industrialização das cidades. Porém, a política de desenvolvimento econômico, não visou o desenvolvimento social e ambiental, o que resultou numa série de problemas socioambientais e socioespaciais (MARTINS, 2012).

Com base no que foi apresentado no referencial teórico, pode-se analisar que o grande fator que estabelece a degradação ambiental, foi o crescimento desordenado **das cidades**. O crescimento do Brasil, nos últimos 50 anos se deu de forma muito acelerada no âmbito urbanístico, e em muitas cidades, os problemas ambientais encontrados, são resultados **da falta de** utilização de fatores adequados no meio físico. Contudo, **na maioria dos** casos não foi considerado **o planejamento urbano da cidade** e a sua capacidade de suporte para receber as migrantes, fazendo **com que a** natureza se modificasse por meio das construções de estradas, casas e indústrias. **O meio ambiente** foi agredido de forma direta, e logo, a população também, pois com isso, é visível a diminuição da **qualidade de vida da** humanidade.

As cidades são consideradas reflexo da modificação do espaço natural, sendo propriedade da organização da sociedade e das formas físicas. Com a degradação ambiental, resulta em devolver para **o meio ambiente** esses espaços ocupados irregularmente, sendo assim, podendo ser utilizado o paisagismo das cidades. Muitos problemas como a erosão, assoreamento de cursos d'água, poluição do ar, falta de áreas verdes, uso de áreas para deposição do lixo e outros que já foram citados no referencial teórico, são consequências **da falta de** organização entre **as cidades, e o meio ambiente** (MARTINS, 2012).

Com isso, destaca-se a utilização **do planejamento urbano** para as cidades, pois o mesmo tem por finalidade analisar os aspectos essenciais pra **qualidade de vida**, organiza-los e integra-los com **o meio ambiente**, afim de que o contexto urbano e ambiental seja preservado de maneira adequada e saudável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir, que este trabalho foi de grande valia para o entendimento sobre **o processo de urbanização** no Brasil, de maneira desordenada e posteriormente entender as causas deste processo para **o meio ambiente**, o que resulta **na qualidade de vida** humana, atingindo **desta maneira**, o objetivo geral desta pesquisa.

O problema desta pesquisa baseava-se em **como o crescimento populacional** urbano pode vir a acarretar uma depredação no aspecto socioambiental da cidade, com as abordagens do referencial teórico foi possível resolver este problema, pois com o estudo sobre **o crescimento populacional** das grandes metrópoles, foi possível entender quais os aspectos contribuíram para a depredação ambiental, como viabilizava as hipóteses.

A pesquisa abordou o processo histórico de aglomerações de pessoas, na passagem dos anos, onde foram surgindo os personagens de cada época, ciclos de exploração de territórios, sendo os fatores de deslocamento de grande número de pessoas de uma região para outro, **com o objetivo** único do lucro. Objetivou-se nesta pesquisa entender **o processo de urbanização** das cidades brasileiras, iniciado **com a revolução industrial** e desencadeando o êxodo rural, e, após **o processo de** crescimento das cidades, a

preocupação das políticas públicas em tentar conservar o meio ambiente, regular o aspecto econômico, político, social das populações que se encontram em níveis de desigualdades com as demais. Fatores estes desencadearam o chamado êxodo rural, ou seja, a mudança do homem do campo para a cidade, onde a mecanização do campo também teve sua parcela de resultado para o inchaço das cidades decorrentes da urbanização acelerada no início da década de 1940, em especial na macrorregião sudeste do Brasil, em especial pela movimentação que a Revolução Industrial fazia no País. Os planejadores responsáveis pelo desenvolvimento urbano, trabalham juntamente com as autoridades do local, entendendo quais as necessidades que a população e o espaço requerem, e posteriormente apresentando planos. Contudo, é importante frisar, que o resultado de qualquer ação precisa de um planejamento antes da execução, para que possíveis danos sejam evitados. No contexto urbano não é diferente, é necessário projetos e planejamentos de infraestrutura básica, aspectos ambientais, socioeconômicos, socioespaciais, regionais, entre outros; para que problemas futuros não sejam causados por falta de organização espacial. Com isso, destaca-se a importância do planejamento urbano, pois o mesmo contribui para que casos como estes, de degradação ambiental, podem ser evitados.

REFERÊNCIAS

- CHOAY, Françoise. O Urbanismo. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2003. ____ 37 3.9 OBRA: HAROUEL, Jean-Louis. História do Urbanismo. 3.ed. Campinas: Papirus, 2001.
- COELHO NETO, A. L. Hidrologia de encosta na interface com a geomorfologia. In: GURRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. Geomorfologia: Uma atualização de bases e conceitos. 4. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001. p. 93-148.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. (Org.). A cidade contemporânea: segregação socioespacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 39-60.
- CSABA, D.; SCHIFFER, S. R. O Processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- DEL RIO, Vicente. Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento: São Paulo, Pini, 1990.
- DOMINGOS, Thiago Augusto. ? São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. GAGGERO, H.; GARRO, A. F.; MANTIÑAN, S. C. Historia de la América en los siglos XIX e XX. Buenos Aires: Aique, 2001.
- FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila__METODOLOGIA_DA_PESQUISA%281%29.pdf>; Acesso em: 26 de nov. de 2021;
- IPEA? INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: estudos básicos para a caracterização da rede urbana. Brasília, DF, 2001.p. 85-86. V.1
- JATOBÁ, Sérgio Ulisses, Urbanização, Meio Ambiente e Vulnerabilidade Social. Ipa Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5567/1/BRU_n05_urbanizacao.pdf>; Acesso em: 27 Nov



de 2021.

JUNIOR, José Carlos Ugeda. Urbanização Brasileira, **Planejamento Urbano e** Planejamento Da Paisagem . s/d. Disponível em: <http://www.ambiente-augm.ufscar.br/uploads/A2-151.pdf>. Acesso em: 12 de Nov de 2021.

JUNIOR, Rui Ferreira Barbosa; SANTOS, Moacir José. A Urbanização das Cidades. Taubaté, SP, 2014. Disponível, em: <http://www.unitau.br/files/arquivos/category_154/MPH1081_1427392152.pdf>. Acesso em: 12 de Nov de 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2002.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LEME, Maria Cristina da Silva. Urbanismo no Brasil ? 1985-1965. São Paulo: Estudio Nobel; FAUSP, FUPAM, 1999.

MARTINS, Cecilia Maria Pereira. Êxodo Rural, s/d. Disponível em: <http://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/14353018122013Geografia_Rural_aula_06.pdf>. Acesso em: 13 de nov de 2021.

MARTINS, Karla Gonçalves. Expansão Urbana desordenada e aumento dos riscos ambientais à saúde humana: O caso Brasileiro. 2012. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4135/1/2012_KarlaGoncalvesMartins.pdf>. Acesso em: 13 de nov de 2021.

OLIVA JUNIOR, Elenaldo Fonseca de. Os Impactos Ambientais Decorrentes Da Ação Antrópica Na Nascente Do Rio Piauí - Riachão Do Dantas/Se, s/d.

SILVA, J. A. da. Direito Urbanístico Brasileiro. 2ª ed. rev. At. 2ª tiragem. São Paulo MALHEIROS EDITORES, 1997, 421p.

8 Revista Thêma et Scientia ? Vol. 11, no 2E, jul/dez 2021
20 Revista Thêma et Scientia ? Vol. 11, no 2E, jul/dez 2021
Revista Thêma et Scientia ? Vol. 11, no 2E, jul/dez



=====

Arquivo 1: [Template - Thêma et Scientia - Edição Especial Rodrigo - sol.docx](#) (3951 termos)

Arquivo 2: <https://openaccess.blucher.com.br/download-pdf/274> (47177 termos)

Termos comuns: 237

Similaridade: 0,46%

O texto abaixo é o conteúdo do documento [Template - Thêma et Scientia - Edição Especial Rodrigo - sol.docx](#) (3951 termos)

Os termos em vermelho foram encontrados no documento

<https://openaccess.blucher.com.br/download-pdf/274> (47177 termos)

=====

Rodrigo José de Campos, Priscila Branco

Ocupação desordenada dos espaços urbanos e suas consequências socioambientais.

OCUPAÇÃO DESORDENADA DOS ESPAÇOS URBANOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS
SOCIOAMBIENTAIS.

CAMPOS, Rodrigo José de

[1: Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro universitário Assis Gurgacz. Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: rodrigo.campos544@hotmail.com.]

BRANCO, Priscila

[2: Bacharel em Direito pelo Centro universitário Univel. E-mail: priscilaabranco@hotmail.com]

Resumo

Este artigo está inserido na linha de pesquisa de urbanismo e planejamento urbano, no qual aborda sobre as consequências do processo do êxodo rural, para o aspecto ambiental. No referencial teórico apresenta-se abordagens, nas quais descartam este processo, juntamente com o processo do crescimento desordenado das cidades, os impactos ambientais e por último aborda sobre planejamento urbano. Posteriormente apresentou-se a análises e discussões, nas quais mostraram a importância do planejamento urbano no âmbito da organização espacial, relatando que o mesmo pode evitar consequências ambientais.

Palavras-Chave: Êxodo Rural, Impactos ambientais, Crescimento Desordenado, Planejamento Urbano.

DISORDERLY OCCUPATION OF URBAN SPACES AND ITS SOCIO-ENVIRONMENTAL
CONSEQUENCES

ABSTRACT

This article is part of the line of research on urbanism and urban planning, in which it addresses the

consequences of the rural exodus process for the environmental aspect. In the theoretical framework, approaches are presented, which discard this process, along with the process of disorderly growth of cities, the environmental impacts and finally addresses urban planning. Subsequently, it was presented to analyzes and discussions, in which they showed the importance of urban planning within the scope of spatial organization, reporting that it can avoid environmental consequences.

KEYWORDS: Rural Exodus, Environmental Impacts, Disorganized Growth, Urban Planning.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa identificar a relação das vulnerabilidades socioambientais com a deficiência na abordagem **das políticas públicas** e da gestão referentes ao **planejamento urbano** e cumprimento das leis e diretrizes já estabelecidas na cidade. De forma geral, considera-se que estas resultam de uma sobreposição histórico-geográfica de intervenções e que não consideraram as características ambientais, **o que explica** a precária utilização de instrumentos **de planejamento** e gestão territorial. Os problemas oriundos a serem citados são: inundações e alagamentos, processos erosivos agressivos, assoreamento e movimentos gravitacionais de massa.

Este artigo está inserido na linha de pesquisa de urbanismo e planejamento urbano, no qual aborda o assunto relacionado a migração das pessoas do campo **para as cidades**, contextualizando os impactos gerados **a partir do** êxodo **rural**, **para o** meio ambiente. Fator que foi gerado devido, ao lento processo de planejamento **urbano das cidades**, no qual não acompanhou o ritmo acelerado da urbanização. O crescimento rápido **das grandes metrópoles**, ocasionou grandes problemas para o meio ambiente, causando desta forma riscos para a habitação humana. Fator que é agravado devido a preocupante ocupação irregular do uso e solo. **Deste modo**, o problema desta pesquisa baseia-se em: Como **o crescimento populacional** urbano pode vir a acarretar uma depredação no aspecto socioambiental da cidade? Com isso, as hipóteses sugerem que, **com o estudo sobre o crescimento populacional das grandes metrópoles**, será possível entender quais os aspectos **contribuíram para a** depredação ambiental, podendo ser enfatizado de maneira teórica. O objetivo geral deste trabalho, **é analisar o** contexto teórico de como a ocupação irregular causada pelo crescimento desordenado, causou **consequências para o** meio ambiente. Os objetivos específicos condizem em: buscar o entendimento **sobre o processo** do êxodo rural; mostrar como **a falta de** planejamento pode contribuir **com o crescimento** desordenado das cidades; exemplificar os impactos ambientais causado pela desordem urbana; contextualizar **planejamento urbano**; e analisar **a importância do** planejamento urbano para o meio ambiente.

2. REFERENCIAL TEÓRICO OU REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ÊXODO RURAL

Êxodo rural é entendido como **para diversos autores** como **um processo de migração de** pessoas do campo para a cidade. Dentre muitos fatores surgem e assim podem ser associadas a ele, como a

modernização da produção agrícola, a concentração fundiária, a busca por melhores condições de vida e melhores empregos, entre outros fatores nos grandes centros urbanos (JUNIOR E SANTOS, 2014). Desde a colonização pelos portugueses, o Brasil teve ciclo de exploração da cana-de-açúcar, mineração e café, com extrema influência de exploração de novos territórios em busca de lucro, e, já no Século XX, até o início da década de 1940, o Brasil era um País agrário que exercia exportação de café, que com a expansão da Revolução Industrial surge o chamado êxodo rural, onde a população migrava do campo para as cidades, em busca de melhores condições de vida, empregos, escolas, onde até então havia núcleos familiares no campo urbanos (JUNIOR E SANTOS, 2014).

O processo do êxodo rural, pode ser entendido como o deslocamento das pessoas que residiam no campo, para as cidades. Este processo ocorreu desde a antiguidade, com o início da história dos povos. Pode-se usar como exemplo, a Roma antiga, na qual ocorreu uma grande migração para as cidades Romanas. Já na idade média, o fato que fez com que as pessoas saíssem do campo para a zona urbano, foi o surgimento das atividades comerciais, nas quais impulsionam o desenvolvimento das cidades, e que deram início a divisão das classes sociais. Portanto, com o início do processo de industrialização no século XVII, os camponeses se sentiram atraídos pelas grandes cidades, buscando melhorias na qualidade de vida e melhores salários (MARTINS, s/d).

No Brasil, este processo se destacou no mandato do presidente Juscelino Kubitschek, no qual houve um grande investimento no desenvolvimento industrial, principalmente na região Sudeste. Com isso, em 1970 e 1980, as pessoas migraram da região Nordeste para a região Sudoeste do país, trazendo desta forma, o despreparo das cidades para receber estas pessoas. Através deste processo migratório, o índice de desemprego, aumento das favelas e violência veio a aumentar. Um grande exemplo da falta de infraestrutura das cidades, para acolher os migrantes, ocorreu no Brasil com a construção de Brasília, muitos habitantes foram até lá para tentar emprego na construção civil. O resultado disto, foi o crescimento desordenado das cidades, formando muitos problemas sociais, e deixando mais evidente a segregação socioespacial (GAGGERO e MANTIÑAN, 2001).

2.2 CRESCIMENTO DESORDENADO DAS CIDADES

Martins (2012), diz que o crescimento urbano desordenado teve origem após a década de 1950, devido aos grandes avanços tecnológicos que ocorreram naquela época. Esses avanços surgiram na agricultura devido à grande demanda de alimentos, com isso o campo acabou sofrendo uma grande modernização, o que acarretou a migração do campo para as cidades. Nesta fase iniciou-se a relocação da população, que até o devido momento vivia no campo e trabalhava em fazendas de pequenas propriedades.

As cidades não estavam preparadas para receber tamanha demanda e em muitas delas, foram selecionadas quem poderia viver em determinados bairros com infraestrutura básica na época, gerando desta forma a supervalorização em terrenos de bairros para uma classe mais elevada. Com isso, as pessoas que não tinham condições financeiras, passaram a morar em locais mais afastados, ou até mesmo invadindo locais inapropriados, como encostas, áreas de preservação e campos. Desta forma, sugere então, as periferias, que não provém de infraestrutura básica e nem de serviços públicos.

Desta maneira, o processo de urbanização das cidades provocou um crescimento desordenado, eis que o desenvolvimento industrial amparado na reunião de capital por parte das empresas e bancos, onde o crescimento do capitalismo era intenso fez com que houvesse uma migração desordenada da população do campo para a cidade.

E devido ao grande fluxo de pessoas migrando, **percebe-se que as cidades** tiveram transformações em seu espaço decorrentes do rápido aumento de habitantes decorrentes do **êxodo rural e** guiados pela força da revolução industrial, trazendo consigo inúmeros problemas, como a separação espacial das cidades por classes sociais, onde a classe alta concentra em torno dos **centros urbanos e as demais** em uma zona periférica.

Figura 01 ? Ocupação Irregular, Nova Friburgo - RJ.

Fonte: Gazeta do Povo 2016.

A ocupação desordenada **nos grandes centros urbanos**, foi provocada por **todos os tipos** de classes sociais, rompendo com alguns mitos urbanos, que diziam que **a ocupação de** encostas era um problema normalmente associado à população carente de recursos financeiros. É notório que a própria paisagem natural atrai também as camadas mais abastadas **da população para a ocupação de** áreas, que se beneficiam de privilégios facilitando a realização de seus projetos e interesses pessoais, alterando o ambiente com obras e edificações sem planejamento, ocupando áreas de preservação permanente, que deveriam estar protegidas por leis ambientais ou áreas, que pelo seu natural topografia, representa risco à habitação humana (DOMINGOS, 2010).

As áreas naturais resultantes desta competição refletem a desigualdade social, ambas vistas como sendo impossíveis de serem abolidas por resultarem da própria natureza humana. Consideradas **como expressão de** um estado de equilíbrio desfeito e refeito a cada momento da evolução as áreas naturais constituem importante base teórica para os membros da Escola de Ecologia Humana. E foi com base neste conceito que as pesquisas sobre segregação residencial foram inicialmente sistematizadas, possibilitando grande avanço no conhecimento **a respeito do** espaço social da cidade (CORRÊA, 2013, p .53).

De maneira geral, as cidades se desenvolveram mais rapidamente do que o ato **de planejar o** meio urbano , o que resultou em impactos negativos no meio **ambiental e social**. **A falta de** moradias, gerou **o processo de** favelização e carência na infraestrutura urbano, contribuindo **para o aumento da** poluição, periferização , aumento **do fluxo no** trânsito, população pobre e ocupações irregulares. A modernização no processo econômico **do Brasil**, **não** influenciou para que estes problemas fossem resolvidos, pois a mesma deu ênfase para as desigualdades já existentes, sempre apoiando **a concentração de renda**. Contudo, a diferença no poder aquisitivo entre os ricos e os pobres, é hoje muito maior no que **no início da** modernização (JUNIOR s/d).

As cidades no Brasil desempenharam historicamente funções importantes **no processo de ocupação do território**, servindo como sítios de suporte ao povoamento, centros de controle político e de armazenamento da produção agroextrativa, núcleos de conexão com os circuitos mercantis, polos de crescimento industrial e nós das redes financeira e informacional. Desde o século XVI **até os dias atuais**, podem-se distinguir diversas formações territoriais, que expressam as distintas relações entre cidade e campo **e das cidades entre si no processo de desenvolvimento** brasileiro. (IPEA, 2001, p.85).

De certa maneira, **nota-se que** as desigualdades originadas ainda no período colonial se manifestam nas

idades brasileiras até a atualidade. Com efeito, os setores mais abastados desfrutam de melhores acessos à vida urbana, **ao passo que a população** carente, desprovida de recursos privados, fica refém da precariedade. É visto também que esse quadro se torna ainda mais dramático quando **os dados de** estudos e de pesquisas mostram que, majoritariamente, a população mais pobre **é composta por** negros ou descendentes de negros.

2.2.1 Impactos Ambientais

Em um planeta que se torna todos os dias mais urbanizado, e **nas regiões mais pobres o processo de ocupação** se torna ainda mais acelerado, **grande parte dos** impactos ambientais mais significativos vem sendo gerado nas cidades. Especialmente em países que estão se desenvolvendo, a urbanização vem sendo associada a mais degradação **ambiental e social** (JATOBÁ, 2011).

No século XXI, os problemas ambientais começaram a se destacar. Os primeiros indícios, foram através da exploração dos recursos minerais, e posteriormente **com o crescimento** desordenado das cidades, ocasionando **o aumento da** demanda dos recursos básicos. Contudo, enfatiza-se também neste contexto, o desmatamento de encostas e rios, o que provoca um grande volume de água a ser escoada, provocando grandes inundações e enchentes, influenciando **desta forma**, o ciclo hidrológico (OLIVA JUNIOR, s/d).

Com o grande aumento **populacional**, e **o crescimento das cidades sem** o devido planejamento urbano, as perdas ambientais vem acontecendo **nas últimas décadas**, que são: destruição e contaminação de nascentes, a extinção de espécies de animais geradas através da ocupação irregular de lugares, sendo destruídos o habitat natural da fauna, ocasionando desta forma outros problemas, como: erosão, alagamentos e alterações climáticas. (NETO COELHO, 2001).

Figura 02: Poluição dos Rios.

Fonte: Ariene Studio / Shutterstock.com (s.d).

Contudo Silva (1997), ressalta que este processo motivou a elaboração de novos loteamentos sem preocupação com o meio ambiente, **e com a** organização socioespacial das cidades, causando à carência de habitação, desemprego e carências na infraestrutura básica. O autor enfatiza também sobre as mudanças climáticas que foram ocasionadas pelo impacto da urbanização, porém nem todo espaço urbano foi agredido por esses fatores, sendo desta forma a população menos favorecida os mais atingidos por estes fatores negativos.

A exposição a risco pode ocorrer pelas condições ambientais e sociais. Situações nas quais existe **a possibilidade de ocorrência de** eventos perigosos pela ocupação humana de áreas² sujeitas a desabamentos, inundações, poluição hídrica, poluição atmosférica, poluição dos solos, contaminação por resíduos ou produtos perigosos, e desastres naturais, como terremotos, furações, maremotos, entre outros, são exemplos de exposição a risco por condições ambientais (JATOBÁ, 2011, p.144).

É importante ressaltar, a **necessidade de** um planejamento urbano que lide com todos os espaços, incluindo as dimensões sociais. O mesmo tem por objetivo **a qualidade de vida da população**, promovendo o bem-estar social, e viabilizando **a integração do** contexto urbano com o meio ambiente **de forma que**, ambos sejam preservados (SILVA, 1997).

2.3 PLANEJAMENTO URBANO

O urbanismo pode ser definido como uma atividade, na qual é **relacionada com o** controle e planejamento das cidades, possuindo um caráter multidisciplinar, podendo ser classificado com uma ciência humana. O urbanismo é inserido **no processo de crescimento** demográfico, no qual enfrenta os problemas **relacionados com a** urbanidade e civilização. Já o Planejamento Urbano, lida com aspectos políticos e técnicos relacionado com a utilização do espaço, **qualidade de vida**, desenho ambiental e desenho urbano, sendo uma parte desta multidisciplinariedade do urbanismo (CHOAY, 2001).

No Brasil, o processo que se deu o urbanismo ficou evidenciado alguns estágios. O primeiro estágio destacou-se pela intenção de melhoramentos no contexto urbano em determinados locais das cidades. Tentavam melhorar **o município com** profissionais qualificados principalmente que atuavam no curso de engenharia. O segundo estágio ocorreu **em meados de 1930 a 1950 e** foi marcado pela elaboração de planos, tendo por objetivo planejar a extensão das cidades através de sistemas viários e articulação dos bairros da área urbana da época. Foi neste período que foram elaborados os primeiros planos e propostas de zoneamento. O terceiro estágio aconteceu **nas décadas de 50 e 60**, no qual evidenciou-se **o início dos** planos regionais, iniciando desta forma **uma nova fase do urbanismo no Brasil: A migração do** campo para a cidade, aumentando a área urbana, trazendo desta forma a conturbação e crescimento desordenado como consequência (LEME, 1999).

As relações sociais **de hoje são** resultado de ações produzidas **ao longo de** séculos. Ao olhar o passado, é possível compreender as contradições do Brasil atual. O passado passou, e só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isso de singular: ela é formada de momentos que foram estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais? (SANTOS, 1982, p.10).

Foi desenvolvido em 1950 **no Brasil**, um discurso que discorria sobre **a necessidade de** ligar os planos urbanos com outros objetos. Tal discurso atingiu grande importância na imagem do **plano diretor e passou a ser chamado de** ?Planejamento Urbano? ou ?Planejamento Urbano Integrado? (CSABA et al SCHIFFER, 2004).

Para Del Rio (1990), as atividades permanentes relacionadas com o planejamento urbano, tem **o objetivo de** alcançar parâmetros **sociais e econômicos**, podendo ser alcançados apenas através do planejamento. Contudo, esta ferramenta **passou a ser** uma ferramenta indispensável para a tomada de decisões para atividades permanentes.

Desta maneira, após **o crescimento das cidades** forte nas razões do capitalismo, é visto a necessidade **sobre a relação com a** ocupação do uso do solo, e assim diretrizes de ordem constitucional foram criadas para possibilitar a gestão urbana ? administração do espaço urbano ? a exemplo da instituição do plano diretor **para as cidades** com população superior a 20 (vinte) mil habitantes, visando abrangência ambiental, institucional, social, mobilidade, urbanístico e econômico, e também, o Estatuto da Cidade, regulamentando os artigos da Constituição Federal **no que se referem a** reforma urbana, estipulando metas de gestão democrática, cooperação governamental, planejamento e desenvolvimento de cidades sustentáveis, com uso correto do solo, qualidade do meio ambiente, **bem como a** regularização

fundiária e urbanização de parte de terras ocupadas por cidadãos (JUNIOR E SANTOS, 2014).

O planejamento urbano seria um processo contínuo do qual o plano diretor constituiria um momento; o processo seria uma atividade multidisciplinar e envolveria uma pesquisa prévia ? o diagnóstico técnico ? que revelaria e fundamentaria os ?problemas urbanos? e seus desdobramentos futuros, cujas soluções seria objeto de proposições que integram os aspectos econômicos, físicos, **sociais e políticos** das cidades e cuja execução tocara a um órgão central coordenador e acompanhador da sua execução e contínuas revisões (CSABA apud SCHIFFER, 2004, p. 188).

Surgiram em 1960, os primeiros protestos e críticas sobre **a qualidade de vida no** meio urbano que vinha sendo construído pela iniciativa privada e pelo poder público. Tais críticas evidenciavam **a falta de** qualidade dos espaços urbanos na arquitetura e os impactos ambientais que os empreendimentos causavam no meio ambiente. No entanto, as cidades eram vistas como potencialização de problemas e ferramenta de aumento **de investimentos para** acumulação do capital. Portanto, foi através dessas críticas de valores, que o Desenho Urbano se consolidou como uma profissão e campo de conhecimento. Com **a II Guerra Mundial**, o **Planejamento Urbano e** Regional passou a ter uma posição e destaque **no processo de desenvolvimento**, objetivando desta forma, a implementação de novos projetos e objetivos (Del Rio, 1990).

Lamas (2004) assegura que, a produção da cidade pode ser entendida como um mecanismo de partilhar edifícios no território, podendo desta forma resolver problemas funcionais e elaborar condições para o investimento econômico. Já Acioly (1998), diz que **o crescimento das cidades** está ligado com a capacidade que ela tem de se alto sustentar pelos recursos que são gerados e necessários para mantes os processos de produtividade sustentável **e com a** eficiência em que elas conseguem aumentar **investimentos públicos e** privado.

3. METODOLOGIA

Para o embasamento dessa pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico, que **de acordo com os** conceitos de Fonseca (2002, p. 32) ?a pesquisa bibliográfica é feita **a partir do** levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites? e que pesquisas apenas baseadas em referências bibliográficas têm ?**o objetivo de** recolher informações ou conhecimentos prévios sobre **o problema a respeito do qual se** procura a resposta? (FONSECA, 2002, p. 32).

Já a pesquisa documental, pode ser caracteriza através de levantamentos encontrados em documentos, podendo ser escritos ou não, **como por exemplo, as** fotografias (LAKATOS E MARCONI, 2002).

Na aplicação dos métodos será considerada **a relação entre o** problema da pesquisa e a revisão teórica. E para assim prosseguindo será elencado e retirado do texto conceitos para com que, posteriormente, sirvam de indicadores na análise dos dados e assim chegue a conclusão da pesquisa.

4. ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O crescimento desordenado no Brasil, foi desencadeado por uma série de mudanças, com isso, **destaca-se a** produção da visão do mundo que surgiu **a partir da** mecanização na agricultura e industrialização das cidades. Porém, **a política de desenvolvimento econômico**, não visou o desenvolvimento social e ambiental, o que resultou numa série de problemas socioambientais e socioespaciais (MARTINS, 2012).

Com base no que foi apresentado no referencial teórico, pode-se analisar que o grande fator que estabelece a degradação ambiental, foi o crescimento desordenado das cidades. **O crescimento do Brasil, nos últimos 50 anos** se deu **de forma muito** acelerada no âmbito urbanístico, e em muitas cidades, os problemas ambientais encontrados, são resultados da falta de utilização de fatores adequados no meio físico. Contudo, **na maioria dos** casos não foi considerado o planejamento urbano da cidade **e a sua** capacidade de suporte para receber as migrantes, **fazendo com que a** natureza se modificasse **por meio das** construções de estradas, casas e indústrias. O meio ambiente foi agredido de forma direta, e logo, a população também, pois com isso, é visível **a diminuição da qualidade de vida da** humanidade.

As cidades são consideradas reflexo da modificação do espaço natural, sendo propriedade da organização da sociedade e das formas físicas. Com a degradação ambiental, resulta em devolver para o meio ambiente esses espaços ocupados irregularmente, sendo assim, podendo ser utilizado o paisagismo das cidades. Muitos problemas como a erosão, assoreamento de cursos d'água, poluição do ar, falta de áreas verdes, uso de áreas para deposição do lixo e outros que já foram citados no referencial teórico, são consequências da falta de organização **entre as cidades, e o meio** ambiente (MARTINS, 2012).

Com isso, **destaca-se a** utilização do planejamento urbano **para as cidades**, pois o mesmo tem por finalidade analisar os aspectos essenciais pra **qualidade de vida**, organiza-los e integra-los com o meio ambiente, afim **de que o contexto urbano** e ambiental seja preservado **de maneira adequada** e saudável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir, que este trabalho foi **de grande valia** para o entendimento **sobre o processo de urbanização no** Brasil, de maneira desordenada e posteriormente entender as causas deste processo para o meio ambiente, o que resulta na **qualidade de vida** humana, atingindo desta maneira, o objetivo geral desta pesquisa.

O problema desta pesquisa baseava-se em como **o crescimento populacional** urbano pode vir a acarretar uma depredação no aspecto socioambiental da cidade, com as abordagens do referencial teórico foi possível resolver este problema, pois **com o estudo sobre o crescimento populacional das grandes metrópoles**, foi possível entender quais os aspectos **contribuíram para a** depredação ambiental, como viabilizava as hipóteses.

A pesquisa abordou o **processo histórico de** aglomerações de pessoas, na passagem dos anos, onde foram surgindo os personagens de cada época, ciclos de exploração de territórios, sendo **os fatores de** deslocamento de grande **número de pessoas de uma região para** outro, **com o objetivo** único do lucro. Objetivou-se nesta pesquisa entender **o processo de urbanização** das cidades brasileiras, iniciado com a revolução industrial e desencadeando **o êxodo rural, e, após o processo de crescimento das cidades**, a

preocupação **das políticas públicas** em tentar conservar o meio ambiente, regular o aspecto econômico, político, social das populações que **se encontram em** níveis de desigualdades **com as demais**. Fatores estes desencadearam o chamado êxodo rural, **ou seja, a** mudança do homem do campo para a cidade, onde a mecanização do campo também teve sua parcela de resultado para o inchaço das cidades decorrentes da urbanização acelerada **no início da década de** 1940, **em especial na** macrorregião sudeste **do Brasil, em especial pela** movimentação que a Revolução Industrial fazia no País. Os planejadores responsáveis pelo desenvolvimento urbano, trabalham juntamente com as autoridades do local, entendendo quais as necessidades **que a população e** o espaço requerem, e posteriormente apresentando planos. Contudo, é importante frisar, que o resultado de qualquer ação precisa de um planejamento antes da execução, para que possíveis danos sejam evitados. No contexto urbano não é diferente, é necessário projetos e planejamentos **de infraestrutura básica**, aspectos ambientais, socioeconômicos, socioespaciais, regionais, entre outros; para que problemas futuros não sejam causados **por falta de** organização espacial. Com isso, **destaca-se a importância do** planejamento urbano, pois o mesmo contribui para que casos como estes, de degradação ambiental, podem ser evitados.

REFERÊNCIAS

- CHOAY, Françoise. O Urbanismo. 5.ed. **São Paulo**: Perspectiva, 2003. ____ 37 3.9 OBRA: HAROUEL, Jean-Louis. História do Urbanismo. 3.ed. Campinas: Papirus, 2001.
- COELHO NETO, A. L. Hidrologia de encosta na interface com a geomorfologia. In: GURRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. Geomorfologia: Uma atualização de bases e conceitos. 4. ed. **Rio de Janeiro, Bertrand Brasil**, 2001. p. 93-148.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. (Org.). A cidade contemporânea: segregação socioespacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 39-60.
- CSABA, D.; SCHIFFER, S. R. **O Processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo**, 2004.
- DEL RIO, Vicente. Introdução ao desenho urbano **no processo de** planejamento: São Paulo, Pini, 1990.
- DOMINGOS, Thiago Augusto. ? São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. GAGGERO, H.; GARRO, A. F.; MANTIÑAN, S. C. Historia de la América en los siglos **XIX e XX**. Buenos Aires: Aique, 2001.
- FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila__METODOLOGIA_DA_PESQUISA%281%29.pdf>; **Acesso em:** 26 de nov. de 2021;
- IPEA? INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: estudos básicos para a caracterização da rede urbana. Brasília, DF, 2001.p. 85-86. V.1
- JATOBÁ, Sérgio Ulisses, Urbanização, Meio Ambiente e Vulnerabilidade Social. Ipa Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5567/1/BRU_n05_urbanizacao.pdf>; **Acesso em:** 27 Nov

de 2021.

JUNIOR, José Carlos Ugeda. Urbanização Brasileira, **Planejamento Urbano e** Planejamento Da Paisagem . s/d. Disponível em: < <http://www.ambiente-augm.ufscar.br/uploads/A2-151.pdf>> . **Acesso em:** 12 de Nov de 2021.

JUNIOR, Rui Ferreira Barbosa; SANTOS, Moacir José. A Urbanização das Cidades. Taubaté, SP, 2014. Disponível, em: <http://www.unitau.br/files/arquivos/category_154/MPH1081_1427392152.pdf>,. **Acesso em:** 12 de Nov de 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2002.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LEME, Maria Cristina da Silva. Urbanismo no Brasil ? 1985-1965. São Paulo: Estudio Nobel; FAUSP, FUPAM, 1999.

MARTINS, Cecilia Maria Pereira. Êxodo Rural, s/d. Disponível em: <http://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/14353018122013Geografia_Rural_aula_06.pdf>,. **Acesso em:** 13 de nov de 2021.

MARTINS, Karla Gonçalves. Expansão Urbana desordenada e aumento dos riscos ambientais à saúde humana: O caso Brasileiro. 2012. Disponível em: < http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4135/1/2012_KarlaGoncalvesMartins.pdf>,. **Acesso em:** 13 de nov de 2021.

OLIVA JUNIOR, Elenaldo Fonseca de. Os Impactos Ambientais Decorrentes Da Ação Antrópica Na Nascente Do Rio Piauí - Riachão Do Dantas/Se, s/d.

SILVA, J. A. da. Direito Urbanístico Brasileiro. 2ª ed. rev. At. 2ª tiragem. São Paulo MALHEIROS EDITORES, 1997, 421p.

8 Revista Thêma et Scientia ? Vol. 11, no 2E, jul/dez 2021
20 Revista Thêma et Scientia ? Vol. 11, no 2E, jul/dez 2021
Revista Thêma et Scientia ? Vol. 11, no 2E, jul/dez



=====

Arquivo 1: [Template - Thêma et Scientia - Edição Especial Rodrigo - sol.docx](#) (3951 termos)

Arquivo 2: <https://www.britannica.com/topic/urban-planning> (1770 termos)

Termos comuns: 4

Similaridade: 0,06%

O texto abaixo é o conteúdo do documento [Template - Thêma et Scientia - Edição Especial Rodrigo - sol.docx](#) (3951 termos)

Os termos em vermelho foram encontrados no documento <https://www.britannica.com/topic/urban-planning> (1770 termos)

=====

Rodrigo José de Campos, Priscila Branco

Ocupação desordenada dos espaços urbanos e suas consequências socioambientais.

OCUPAÇÃO DESORDENADA DOS ESPAÇOS URBANOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS
SOCIOAMBIENTAIS.

CAMPOS, Rodrigo José de

[1: Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro universitário Assis Gurgacz. Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: rodrigo.campos544@hotmail.com.]

BRANCO, Priscila

[2: Bacharel em Direito pelo Centro universitário Univel. E-mail: priscilaabranco@hotmail.com]

Resumo

Este artigo está inserido na linha de pesquisa de urbanismo e planejamento urbano, no qual aborda sobre as consequências do processo do êxodo rural, para o aspecto ambiental. No referencial teórico apresenta-se abordagens, nas quais descartam este processo, juntamente com o processo do crescimento desordenado das cidades, os impactos ambientais e por último aborda sobre planejamento urbano. Posteriormente apresentou-se a análises e discussões, nas quais mostraram a importância do planejamento urbano no âmbito da organização espacial, relatando que o mesmo pode evitar consequências ambientais.

Palavras-Chave: Êxodo Rural, Impactos ambientais, Crescimento Desordenado, Planejamento Urbano.

DISORDERLY OCCUPATION OF URBAN SPACES AND ITS SOCIO-ENVIRONMENTAL
CONSEQUENCES

ABSTRACT

This article is **part of the** line of research on urbanism and urban planning, in which it addresses **the**

consequences of the rural exodus process for the environmental aspect. In the theoretical framework, approaches are presented, which discard this process, along with the process of disorderly growth of cities, the environmental impacts and finally addresses urban planning. Subsequently, it was presented to analyzes and discussions, in which they showed the importance **of urban planning** within **the scope of** spatial organization, reporting that it can avoid environmental consequences.

KEYWORDS: Rural Exodus, Environmental Impacts, Disorganized Growth, Urban Planning.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa identificar a relação das vulnerabilidades socioambientais com a deficiência na abordagem das políticas públicas e da gestão referentes ao planejamento urbano e cumprimento das leis e diretrizes já estabelecidas na cidade. De forma geral, considera-se que estas resultam de uma sobreposição histórico-geográfica de intervenções e que não consideraram as características ambientais, o que explica a precária utilização de instrumentos de planejamento e gestão territorial. Os problemas oriundos a serem citados são: inundações e alagamentos, processos erosivos agressivos, assoreamento e movimentos gravitacionais de massa.

Este artigo está inserido na linha de pesquisa de urbanismo e planejamento urbano, no qual aborda o assunto relacionado a migração das pessoas do campo para as cidades, contextualizando os impactos gerados a partir do êxodo rural, para o meio ambiente. Fator que foi gerado devido, ao lento processo de planejamento urbano das cidades, no qual não acompanhou o ritmo acelerado da urbanização. O crescimento rápido das grandes metrópoles, ocasionou grandes problemas para o meio ambiente, causando desta forma riscos para a habitação humana. Fator que é agravado devido a preocupante ocupação irregular do uso e solo. Deste modo, o problema desta pesquisa baseia-se em: Como o crescimento populacional urbano pode vir a acarretar uma depredação no aspecto socioambiental da cidade? Com isso, as hipóteses sugerem que, com o estudo sobre o crescimento populacional das grandes metrópoles, será possível entender quais os aspectos contribuíram para a depredação ambiental, podendo ser enfatizado de maneira teórica. O objetivo geral deste trabalho, é analisar o contexto teórico de como a ocupação irregular causada pelo crescimento desordenado, causou consequências para o meio ambiente. Os objetivos específicos condizem em: buscar o entendimento sobre o processo do êxodo rural; mostrar como a falta de planejamento pode contribuir com o crescimento desordenado das cidades; exemplificar os impactos ambientais causado pela desordem urbana; contextualizar planejamento urbano; e analisar a importância do planejamento urbano para o meio ambiente.

2. REFERENCIAL TEÓRICO OU REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ÊXODO RURAL

Êxodo rural é entendido como para diversos autores como um processo de migração de pessoas do campo para a cidade. Dentre muitos fatores surgem e assim podem ser associadas a ele, como a



modernização da produção agrícola, a concentração fundiária, a busca por melhores condições de vida e melhores empregos, entre outros fatores nos grandes centros urbanos (JUNIOR E SANTOS, 2014). Desde a colonização pelos portugueses, o Brasil teve ciclo de exploração da cana-de-açúcar, mineração e café, com extrema influência de exploração de novos territórios em busca de lucro, e, já no Século XX, até o início da década de 1940, o Brasil era um País agrário que exercia exportação de café, que com a expansão da Revolução Industrial surge o chamado êxodo rural, onde a população migrava do campo para as cidades, em busca de melhores condições de vida, empregos, escolas, onde até então havia núcleos familiares no campo urbanos (JUNIOR E SANTOS, 2014).

O processo do êxodo rural, pode ser entendido como o deslocamento das pessoas que residiam no campo, para as cidades. Este processo ocorreu desde a antiguidade, com o início da história dos povos. Pode-se usar como exemplo, a Roma antiga, na qual ocorreu uma grande migração para as cidades Romanas. Já na idade média, o fato que fez com que as pessoas saíssem do campo para a zona urbano, foi o surgimento das atividades comerciais, nas quais impulsionam o desenvolvimento das cidades, e que deram início a divisão das classes sociais. Portanto, com o início do processo de industrialização no século XVII, os camponeses se sentiram atraídos pelas grandes cidades, buscando melhorias na qualidade de vida e melhores salários (MARTINS, s/d).

No Brasil, este processo se destacou no mandato do presidente Juscelino Kubitschek, no qual houve um grande investimento no desenvolvimento industrial, principalmente na região Sudeste. Com isso, em 1970 e 1980, as pessoas migraram da região Nordeste para a região Sudoeste do país, trazendo desta forma, o despreparo das cidades para receber estas pessoas. Através deste processo migratório, o índice de desemprego, aumento das favelas e violência veio a aumentar. Um grande exemplo da falta de infraestrutura das cidades, para acolher os migrantes, ocorreu no Brasil com a construção de Brasília, muitos habitantes foram até lá para tentar emprego na construção civil. O resultado disto, foi o crescimento desordenado das cidades, formando muitos problemas sociais, e deixando mais evidente a segregação socioespacial (GAGGERO e MANTIÑAN, 2001).

2.2 CRESCIMENTO DESORDENADO DAS CIDADES

Martins (2012), diz que o crescimento urbano desordenado teve origem após a década de 1950, devido aos grandes avanços tecnológicos que ocorreram naquela época. Esses avanços surgiram na agricultura devido à grande demanda de alimentos, com isso o campo acabou sofrendo uma grande modernização, o que acarretou a migração do campo para as cidades. Nesta fase iniciou-se a relocação da população, que até o devido momento vivia no campo e trabalhava em fazendas de pequenas propriedades.

As cidades não estavam preparadas para receber tamanha demanda e em muitas delas, foram selecionadas quem poderia viver em determinados bairros com infraestrutura básica na época, gerando desta forma a supervalorização em terrenos de bairros para uma classe mais elevada. Com isso, as pessoas que não tinham condições financeiras, passaram a morar em locais mais afastados, ou até mesmo invadindo locais inapropriados, como encostas, áreas de preservação e campos. Desta forma, sugere então, as periferias, que não provém de infraestrutura básica e nem de serviços públicos.

Desta maneira, o processo de urbanização das cidades provocou um crescimento desordenado, eis que o desenvolvimento industrial amparado na reunião de capital por parte das empresas e bancos, onde o crescimento do capitalismo era intenso fez com que houvesse uma migração desordenada da população do campo para a cidade.

E devido ao grande fluxo de pessoas migrando, percebe-se que as cidades tiveram transformações em seu espaço decorrentes do rápido aumento de habitantes decorrentes do êxodo rural e guiados pela força da revolução industrial, trazendo consigo inúmeros problemas, como a separação espacial das cidades por classes sociais, onde a classe alta concentra em torno dos centros urbanos e as demais em uma zona periférica.

Figura 01 ? Ocupação Irregular, Nova Friburgo - RJ.

Fonte: Gazeta do Povo 2016.

A ocupação desordenada nos grandes centros urbanos, foi provocada por todos os tipos de classes sociais, rompendo com alguns mitos urbanos, que diziam que a ocupação de encostas era um problema normalmente associado à população carente de recursos financeiros. É notório que a própria paisagem natural atrai também as camadas mais abastadas da população para a ocupação de áreas, que se beneficiam de privilégios facilitando a realização de seus projetos e interesses pessoais, alterando o ambiente com obras e edificações sem planejamento, ocupando áreas de preservação permanente, que deveriam estar protegidas por leis ambientais ou áreas, que pelo seu natural topografia, representa risco à habitação humana (DOMINGOS, 2010).

As áreas naturais resultantes desta competição refletem a desigualdade social, ambas vistas como sendo impossíveis de serem abolidas por resultarem da própria natureza humana. Consideradas como expressão de um estado de equilíbrio desfeito e refeito a cada momento da evolução as áreas naturais constituem importante base teórica para os membros da Escola de Ecologia Humana. E foi com base neste conceito que as pesquisas sobre segregação residencial foram inicialmente sistematizadas, possibilitando grande avanço no conhecimento a respeito do espaço social da cidade (CORRÊA, 2013, p .53).

De maneira geral, as cidades se desenvolveram mais rapidamente do que o ato de planejar o meio urbano, o que resultou em impactos negativos no meio ambiental e social. A falta de moradias, gerou o processo de favelização e carência na infraestrutura urbana, contribuindo para o aumento da poluição, periferação, aumento do fluxo no trânsito, população pobre e ocupações irregulares. A modernização no processo econômico do Brasil, não influenciou para que estes problemas fossem resolvidos, pois a mesma deu ênfase para as desigualdades já existentes, sempre apoiando a concentração de renda. Contudo, a diferença no poder aquisitivo entre os ricos e os pobres, é hoje muito maior no que no início da modernização (JUNIOR s/d).

As cidades no Brasil desempenharam historicamente funções importantes no processo de ocupação do território, servindo como sítios de suporte ao povoamento, centros de controle político e de armazenamento da produção agroextrativa, núcleos de conexão com os circuitos mercantis, polos de crescimento industrial e nós das redes financeira e informacional. Desde o século XVI até os dias atuais, podem-se distinguir diversas formações territoriais, que expressam as distintas relações entre cidade e campo e das cidades entre si no processo de desenvolvimento brasileiro. (IPEA, 2001, p.85).

De certa maneira, nota-se que as desigualdades originadas ainda no período colonial se manifestam nas

idades brasileiras até a atualidade. Com efeito, os setores mais abastados desfrutam de melhores acessos à vida urbana, ao passo que a população carente, desprovida de recursos privados, fica refém da precariedade. É visto também que esse quadro se torna ainda mais dramático quando os dados de estudos e de pesquisas mostram que, majoritariamente, a população mais pobre é composta por negros ou descendentes de negros.

2.2.1 Impactos Ambientais

Em um planeta que se torna todos os dias mais urbanizado, e nas regiões mais pobres o processo de ocupação se torna ainda mais acelerado, grande parte dos impactos ambientais mais significativos vem sendo gerado nas cidades. Especialmente em países que estão se desenvolvendo, a urbanização vem sendo associada a mais degradação ambiental e social (JATOBÁ, 2011).

No século XXI, os problemas ambientais começaram a se destacar. Os primeiros indícios, foram através da exploração dos recursos minerais, e posteriormente com o crescimento desordenado das cidades, ocasionando o aumento da demanda dos recursos básicos. Contudo, enfatiza-se também neste contexto, o desmatamento de encostas e rios, o que provoca um grande volume de água a ser escoada, provocando grandes inundações e enchentes, influenciando desta forma, o ciclo hidrológico (OLIVA JUNIOR, s/d).

Com o grande aumento populacional, e o crescimento das cidades sem o devido planejamento urbano, as perdas ambientais vem acontecendo nas últimas décadas, que são: destruição e contaminação de nascentes, a extinção de espécies de animais geradas através da ocupação irregular de lugares, sendo destruídos o habitat natural da fauna, ocasionando desta forma outros problemas, como: erosão, alagamentos e alterações climáticas. (NETO COELHO, 2001).

Figura 02: Poluição dos Rios.

Fonte: Ariene Studio / Shutterstock.com (s.d).

Contudo Silva (1997), ressalta que este processo motivou a elaboração de novos loteamentos sem preocupação com o meio ambiente, e com a organização socioespacial das cidades, causando à carência de habitação, desemprego e carências na infraestrutura básica. O autor enfatiza também sobre as mudanças climáticas que foram ocasionadas pelo impacto da urbanização, porém nem todo espaço urbano foi agredido por esses fatores, sendo desta forma a população menos favorecida os mais atingidos por estes fatores negativos.

A exposição a risco pode ocorrer pelas condições ambientais e sociais. Situações nas quais existe a possibilidade de ocorrência de eventos perigosos pela ocupação humana de áreas² sujeitas a desabamentos, inundações, poluição hídrica, poluição atmosférica, poluição dos solos, contaminação por resíduos ou produtos perigosos, e desastres naturais, como terremotos, furações, maremotos, entre outros, são exemplos de exposição a risco por condições ambientais (JATOBÁ, 2011, p.144).

É importante ressaltar, a necessidade de um planejamento urbano que lide com todos os espaços, incluindo as dimensões sociais. O mesmo tem por objetivo a qualidade de vida da população, promovendo o bem-estar social, e viabilizando a integração do contexto urbano com o meio ambiente de forma que, ambos sejam preservados (SILVA, 1997).

2.3 PLANEJAMENTO URBANO

O urbanismo pode ser definido como uma atividade, na qual é relacionada com o controle e planejamento das cidades, possuindo um caráter multidisciplinar, podendo ser classificado com uma ciência humana. O urbanismo é inserido no processo de crescimento demográfico, no qual enfrenta os problemas relacionados com a urbanidade e civilização. Já o Planejamento Urbano, lida com aspectos políticos e técnicos relacionado com a utilização do espaço, qualidade de vida, desenho ambiental e desenho urbano, sendo uma parte desta multidisciplinariedade do urbanismo (CHOAY, 2001).

No Brasil, o processo que se deu o urbanismo ficou evidenciado alguns estágios. O primeiro estágio destacou-se pela intenção de melhoramentos no contexto urbano em determinados locais das cidades. Tentavam melhorar o município com profissionais qualificados principalmente que atuavam no curso de engenharia. O segundo estágio ocorreu em meados de 1930 a 1950 e foi marcado pela elaboração de planos, tendo por objetivo planejar a extensão das cidades através de sistemas viários e articulação dos bairros da área urbana da época. Foi neste período que foram elaborados os primeiros planos e propostas de zoneamento. O terceiro estágio aconteceu nas décadas de 50 e 60, no qual evidenciou-se o início dos planos regionais, iniciando desta forma uma nova fase do urbanismo no Brasil: A migração do campo para a cidade, aumentando a área urbana, trazendo desta forma a conturbação e crescimento desordenado como consequência (LEME, 1999).

As relações sociais de hoje são resultado de ações produzidas ao longo de séculos. Ao olhar o passado, é possível compreender as contradições do Brasil atual. O passado passou, e só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isso de singular: ela é formada de momentos que foram estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais? (SANTOS, 1982, p.10).

Foi desenvolvido em 1950 no Brasil, um discurso que discorria sobre a necessidade de ligar os planos urbanos com outros objetos. Tal discurso atingiu grande importância na imagem do plano diretor e passou a ser chamado de ?Planejamento Urbano? ou ?Planejamento Urbano Integrado? (CSABA et al SCHIFFER, 2004).

Para Del Rio (1990), as atividades permanentes relacionadas com o planejamento urbano, tem o objetivo de alcançar parâmetros sociais e econômicos, podendo ser alcançados apenas através do planejamento. Contudo, esta ferramenta passou a ser uma ferramenta indispensável para a tomada de decisões para atividades permanentes.

Desta maneira, após o crescimento das cidades forte nas razões do capitalismo, é visto a necessidade sobre a relação com a ocupação do uso do solo, e assim diretrizes de ordem constitucional foram criadas para possibilitar a gestão urbana ? administração do espaço urbano ? a exemplo da instituição do plano diretor para as cidades com população superior a 20 (vinte) mil habitantes, visando abrangência ambiental, institucional, social, mobilidade, urbanístico e econômico, e também, o Estatuto da Cidade, regulamentando os artigos da Constituição Federal no que se referem a reforma urbana, estipulando metas de gestão democrática, cooperação governamental, planejamento e desenvolvimento de cidades sustentáveis, com uso correto do solo, qualidade do meio ambiente, bem como a regularização

fundiária e urbanização de parte de terras ocupadas por cidadãos (JUNIOR E SANTOS, 2014).

O planejamento urbano seria um processo contínuo do qual o plano diretor constituiria um momento; o processo seria uma atividade multidisciplinar e envolveria uma pesquisa prévia ? o diagnóstico técnico ? que revelaria e fundamentaria os ?problemas urbanos? e seus desdobramentos futuros, cujas soluções seria objeto de proposições que integram os aspectos econômicos, físicos, sociais e políticos das cidades e cuja execução tocara a um órgão central coordenador e acompanhador da sua execução e contínuas revisões (CSABA apud SCHIFFER, 2004, p. 188).

Surgiram em 1960, os primeiros protestos e críticas sobre a qualidade de vida no meio urbano que vinha sendo construído pela iniciativa privada e pelo poder público. Tais críticas evidenciavam a falta de qualidade dos espaços urbanos na arquitetura e os impactos ambientais que os empreendimentos causavam no meio ambiente. No entanto, as cidades eram vistas como potencialização de problemas e ferramenta de aumento de investimentos para acumulação do capital. Portanto, foi através dessas críticas de valores, que o Desenho Urbano se consolidou como uma profissão e campo de conhecimento. Com a II Guerra Mundial, o Planejamento Urbano e Regional passou a ter uma posição e destaque no processo de desenvolvimento, objetivando desta forma, a implementação de novos projetos e objetivos (Del Rio, 1990).

Lamas (2004) assegura que, a produção da cidade pode ser entendida como um mecanismo de partilhar edifícios no território, podendo desta forma resolver problemas funcionais e elaborar condições para o investimento econômico. Já Acioly (1998), diz que o crescimento das cidades está ligado com a capacidade que ela tem de se alto sustentar pelos recursos que são gerados e necessários para mantes os processos de produtividade sustentável e com a eficiência em que elas conseguem aumentar investimentos públicos e privado.

3. METODOLOGIA

Para o embasamento dessa pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico, que de acordo com os conceitos de Fonseca (2002, p. 32) ?a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites? e que pesquisas apenas baseadas em referências bibliográficas têm ?o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta? (FONSECA, 2002, p. 32).

Já a pesquisa documental, pode ser caracteriza através de levantamentos encontrados em documentos, podendo ser escritos ou não, como por exemplo, as fotografias (LAKATOS E MARCONI, 2002).

Na aplicação dos métodos será considerada a relação entre o problema da pesquisa e a revisão teórica. E para assim prosseguindo será elencado e retirado do texto conceitos para com que, posteriormente, sirvam de indicadores na análise dos dados e assim chegue a conclusão da pesquisa.

4. ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O crescimento desordenado no Brasil, foi desencadeado por uma série de mudanças, com isso, destaca-se a produção da visão do mundo que surgiu a partir da mecanização na agricultura e industrialização das cidades. Porém, a política de desenvolvimento econômico, não visou o desenvolvimento social e ambiental, o que resultou numa série de problemas socioambientais e socioespaciais (MARTINS, 2012).

Com base no que foi apresentado no referencial teórico, pode-se analisar que o grande fator que estabelece a degradação ambiental, foi o crescimento desordenado das cidades. O crescimento do Brasil, nos últimos 50 anos se deu de forma muito acelerada no âmbito urbanístico, e em muitas cidades, os problemas ambientais encontrados, são resultados da falta de utilização de fatores adequados no meio físico. Contudo, na maioria dos casos não foi considerado o planejamento urbano da cidade e a sua capacidade de suporte para receber as migrantes, fazendo com que a natureza se modificasse por meio das construções de estradas, casas e indústrias. O meio ambiente foi agredido de forma direta, e logo, a população também, pois com isso, é visível a diminuição da qualidade de vida da humanidade.

As cidades são consideradas reflexo da modificação do espaço natural, sendo propriedade da organização da sociedade e das formas físicas. Com a degradação ambiental, resulta em devolver para o meio ambiente esses espaços ocupados irregularmente, sendo assim, podendo ser utilizado o paisagismo das cidades. Muitos problemas como a erosão, assoreamento de cursos d'água, poluição do ar, falta de áreas verdes, uso de áreas para deposição do lixo e outros que já foram citados no referencial teórico, são consequências da falta de organização entre as cidades, e o meio ambiente (MARTINS, 2012).

Com isso, destaca-se a utilização do planejamento urbano para as cidades, pois o mesmo tem por finalidade analisar os aspectos essenciais pra qualidade de vida, organiza-los e integra-los com o meio ambiente, afim de que o contexto urbano e ambiental seja preservado de maneira adequada e saudável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir, que este trabalho foi de grande valia para o entendimento sobre o processo de urbanização no Brasil, de maneira desordenada e posteriormente entender as causas deste processo para o meio ambiente, o que resulta na qualidade de vida humana, atingindo desta maneira, o objetivo geral desta pesquisa.

O problema desta pesquisa baseava-se em como o crescimento populacional urbano pode vir a acarretar uma depredação no aspecto socioambiental da cidade, com as abordagens do referencial teórico foi possível resolver este problema, pois com o estudo sobre o crescimento populacional das grandes metrópoles, foi possível entender quais os aspectos contribuíram para a depredação ambiental, como viabilizava as hipóteses.

A pesquisa abordou o processo histórico de aglomerações de pessoas, na passagem dos anos, onde foram surgindo os personagens de cada época, ciclos de exploração de territórios, sendo os fatores de deslocamento de grande número de pessoas de uma região para outro, com o objetivo único do lucro. Objetivou-se nesta pesquisa entender o processo de urbanização das cidades brasileiras, iniciado com a revolução industrial e desencadeando o êxodo rural, e, após o processo de crescimento das cidades, a

preocupação das políticas públicas em tentar conservar o meio ambiente, regular o aspecto econômico, político, social das populações que se encontram em níveis de desigualdades com as demais. Fatores estes desencadearam o chamado êxodo rural, ou seja, a mudança do homem do campo para a cidade, onde a mecanização do campo também teve sua parcela de resultado para o inchaço das cidades decorrentes da urbanização acelerada no início da década de 1940, em especial na macrorregião sudeste do Brasil, em especial pela movimentação que a Revolução Industrial fazia no País. Os planejadores responsáveis pelo desenvolvimento urbano, trabalham juntamente com as autoridades do local, entendendo quais as necessidades que a população e o espaço requerem, e posteriormente apresentando planos. Contudo, é importante frisar, que o resultado de qualquer ação precisa de um planejamento antes da execução, para que possíveis danos sejam evitados. No contexto urbano não é diferente, é necessário projetos e planejamentos de infraestrutura básica, aspectos ambientais, socioeconômicos, socioespaciais, regionais, entre outros; para que problemas futuros não sejam causados por falta de organização espacial. Com isso, destaca-se a importância do planejamento urbano, pois o mesmo contribui para que casos como estes, de degradação ambiental, podem ser evitados.

REFERÊNCIAS

- CHOAY, Françoise. O Urbanismo. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2003. ____ 37 3.9 OBRA: HAROUEL, Jean-Louis. História do Urbanismo. 3.ed. Campinas: Papirus, 2001.
- COELHO NETO, A. L. Hidrologia de encosta na interface com a geomorfologia. In: GURRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. Geomorfologia: Uma atualização de bases e conceitos. 4. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001. p. 93-148.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. (Org.). A cidade contemporânea: segregação socioespacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 39-60.
- CSABA, D.; SCHIFFER, S. R. O Processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- DEL RIO, Vicente. Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento: São Paulo, Pini, 1990.
- DOMINGOS, Thiago Augusto. ? São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. GAGGERO, H.; GARRO, A. F.; MANTIÑAN, S. C. Historia de la América en los siglos XIX e XX. Buenos Aires: Aique, 2001.
- FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila__METODOLOGIA_DA_PESQUISA%281%29.pdf>; Acesso em: 26 de nov. de 2021;
- IPEA? INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: estudos básicos para a caracterização da rede urbana. Brasília, DF, 2001.p. 85-86. V.1
- JATOBÁ, Sérgio Ulisses, Urbanização, Meio Ambiente e Vulnerabilidade Social. Ipa Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5567/1/BRU_n05_urbanizacao.pdf>; Acesso em: 27 Nov

de 2021.

JUNIOR, José Carlos Ugeda. Urbanização Brasileira, Planejamento Urbano e Planejamento Da Paisagem . s/d. Disponível em: <http://www.ambiente-augm.ufscar.br/uploads/A2-151.pdf>. Acesso em: 12 de Nov de 2021.

JUNIOR, Rui Ferreira Barbosa; SANTOS, Moacir José. A Urbanização das Cidades. Taubaté, SP, 2014. Disponível, em: <http://www.unitau.br/files/arquivos/category_154/MPH1081_1427392152.pdf>. Acesso em: 12 de Nov de 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2002.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LEME, Maria Cristina da Silva. Urbanismo no Brasil ? 1985-1965. São Paulo: Estudio Nobel; FAUSP, FUPAM, 1999.

MARTINS, Cecilia Maria Pereira. Êxodo Rural, s/d. Disponível em: <http://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/14353018122013Geografia_Rural_aula_06.pdf>. Acesso em: 13 de nov de 2021.

MARTINS, Karla Gonçalves. Expansão Urbana desordenada e aumento dos riscos ambientais à saúde humana: O caso Brasileiro. 2012. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4135/1/2012_KarlaGoncalvesMartins.pdf>. Acesso em: 13 de nov de 2021.

OLIVA JUNIOR, Elenaldo Fonseca de. Os Impactos Ambientais Decorrentes Da Ação Antrópica Na Nascente Do Rio Piauí - Riachão Do Dantas/Se, s/d.

SILVA, J. A. da. Direito Urbanístico Brasileiro. 2ª ed. rev. At. 2ª tiragem. São Paulo MALHEIROS EDITORES, 1997, 421p.

8 Revista Thêma et Scientia ? Vol. 11, no 2E, jul/dez 2021
20 Revista Thêma et Scientia ? Vol. 11, no 2E, jul/dez 2021
Revista Thêma et Scientia ? Vol. 11, no 2E, jul/dez



=====

Arquivo 1: [Template - Thêma et Scientia - Edição Especial Rodrigo - sol.docx](#) (3951 termos)

Arquivo 2: https://en.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Paulo (19207 termos)

Termos comuns: 12

Similaridade: 0,05%

O texto abaixo é o conteúdo do documento [Template - Thêma et Scientia - Edição Especial Rodrigo - sol.docx](#) (3951 termos)

Os termos em vermelho foram encontrados no documento

https://en.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Paulo (19207 termos)

=====

Rodrigo José de Campos, Priscila Branco

Ocupação desordenada dos espaços urbanos e suas consequências socioambientais.

OCUPAÇÃO DESORDENADA DOS ESPAÇOS URBANOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS
SOCIOAMBIENTAIS.

CAMPOS, Rodrigo José de

[1: Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro universitário Assis Gurgacz. Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: rodrigo.campos544@hotmail.com.]

BRANCO, Priscila

[2: Bacharel em Direito pelo Centro universitário Univel. E-mail: priscilaabranco@hotmail.com]

Resumo

Este artigo está inserido na linha de pesquisa de urbanismo e planejamento urbano, no qual aborda sobre as consequências do processo do êxodo rural, para o aspecto ambiental. No referencial teórico apresenta-se abordagens, nas quais descartam este processo, juntamente com o processo do crescimento desordenado das cidades, os impactos ambientais e por último aborda sobre planejamento urbano. Posteriormente apresentou-se a análises e discussões, nas quais mostraram a importância do planejamento urbano no âmbito da organização espacial, relatando que o mesmo pode evitar consequências ambientais.

Palavras-Chave: Êxodo Rural, Impactos ambientais, Crescimento Desordenado, Planejamento Urbano.

DISORDERLY OCCUPATION OF URBAN SPACES AND ITS SOCIO-ENVIRONMENTAL
CONSEQUENCES

ABSTRACT

This article is part of the line of research on urbanism and urban planning, in which it addresses the

consequences of the rural exodus process for the environmental aspect. In the theoretical framework, approaches are presented, which discard this process, along with the process of disorderly growth of cities, the environmental impacts and finally addresses urban planning. Subsequently, it was presented to analyzes and discussions, in which they showed the importance of urban planning within the scope of spatial organization, reporting that it can avoid environmental consequences.

KEYWORDS: Rural Exodus, Environmental Impacts, Disorganized Growth, Urban Planning.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa identificar a relação das vulnerabilidades socioambientais com a deficiência na abordagem das políticas públicas e da gestão referentes ao planejamento urbano e cumprimento das leis e diretrizes já estabelecidas na cidade. De forma geral, considera-se que estas resultam de uma sobreposição histórico-geográfica de intervenções e que não consideraram as características ambientais, o que explica a precária utilização de instrumentos de planejamento e gestão territorial. Os problemas oriundos a serem citados são: inundações e alagamentos, processos erosivos agressivos, assoreamento e movimentos gravitacionais de massa.

Este artigo está inserido na linha de pesquisa de urbanismo e planejamento urbano, no qual aborda o assunto relacionado a migração das pessoas do campo para as cidades, contextualizando os impactos gerados a partir do êxodo rural, para o meio ambiente. Fator que foi gerado devido, ao lento processo de planejamento urbano das cidades, no qual não acompanhou o ritmo acelerado da urbanização. O crescimento rápido das grandes metrópoles, ocasionou grandes problemas para o meio ambiente, causando desta forma riscos para a habitação humana. Fator que é agravado devido a preocupante ocupação irregular do uso e solo. Deste modo, o problema desta pesquisa baseia-se em: Como o crescimento populacional urbano pode vir a acarretar uma depredação no aspecto socioambiental da cidade? Com isso, as hipóteses sugerem que, com o estudo sobre o crescimento populacional das grandes metrópoles, será possível entender quais os aspectos contribuíram para a depredação ambiental, podendo ser enfatizado de maneira teórica. O objetivo geral deste trabalho, é analisar o contexto teórico de como a ocupação irregular causada pelo crescimento desordenado, causou consequências para o meio ambiente. Os objetivos específicos condizem em: buscar o entendimento sobre o processo do êxodo rural; mostrar como a falta de planejamento pode contribuir com o crescimento desordenado das cidades; exemplificar os impactos ambientais causado pela desordem urbana; contextualizar planejamento urbano; e analisar a importância do planejamento urbano para o meio ambiente.

2. REFERENCIAL TEÓRICO OU REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ÊXODO RURAL

Êxodo rural é entendido como para diversos autores como um processo de migração de pessoas do campo para a cidade. Dentre muitos fatores surgem e assim podem ser associadas a ele, como a

modernização da produção agrícola, a concentração fundiária, a busca por melhores condições de vida e melhores empregos, entre outros fatores nos grandes centros urbanos (JUNIOR E SANTOS, 2014). Desde a colonização pelos portugueses, o Brasil teve ciclo de exploração da cana-de-açúcar, mineração e café, com extrema influência de exploração de novos territórios em busca de lucro, e, já no Século XX, até o início da década de 1940, o Brasil era um País agrário que exercia exportação de café, que com a expansão da Revolução Industrial surge o chamado êxodo rural, onde a população migrava do campo para as cidades, em busca de melhores condições de vida, empregos, escolas, onde até então havia núcleos familiares no campo urbanos (JUNIOR E SANTOS, 2014).

O processo do êxodo rural, pode ser entendido como o deslocamento das pessoas que residiam no campo, para as cidades. Este processo ocorreu desde a antiguidade, com o início da história dos povos. Pode-se usar como exemplo, a Roma antiga, na qual ocorreu uma grande migração para as cidades Romanas. Já na idade média, o fato que fez com que as pessoas saíssem do campo para a zona urbano, foi o surgimento das atividades comerciais, nas quais impulsionam o desenvolvimento das cidades, e que deram início a divisão das classes sociais. Portanto, com o início do processo de industrialização no século XVII, os camponeses se sentiram atraídos pelas grandes cidades, buscando melhorias na qualidade de vida e melhores salários (MARTINS, s/d).

No Brasil, este processo se destacou no mandato do presidente Juscelino Kubitschek, no qual houve um grande investimento no desenvolvimento industrial, principalmente na região Sudeste. Com isso, em 1970 e 1980, as pessoas migraram da região Nordeste para a região Sudoeste do país, trazendo desta forma, o despreparo das cidades para receber estas pessoas. Através deste processo migratório, o índice de desemprego, aumento das favelas e violência veio a aumentar. Um grande exemplo da falta de infraestrutura das cidades, para acolher os migrantes, ocorreu no Brasil com a construção de Brasília, muitos habitantes foram até lá para tentar emprego na construção civil. O resultado disto, foi o crescimento desordenado das cidades, formando muitos problemas sociais, e deixando mais evidente a segregação socioespacial (GAGGERO e MANTIÑAN, 2001).

2.2 CRESCIMENTO DESORDENADO DAS CIDADES

Martins (2012), diz que o crescimento urbano desordenado teve origem após a década de 1950, devido aos grandes avanços tecnológicos que ocorreram naquela época. Esses avanços surgiram na agricultura devido à grande demanda de alimentos, com isso o campo acabou sofrendo uma grande modernização, o que acarretou a migração do campo para as cidades. Nesta fase iniciou-se a relocação da população, que até o devido momento vivia no campo e trabalhava em fazendas de pequenas propriedades.

As cidades não estavam preparadas para receber tamanha demanda e em muitas delas, foram selecionadas quem poderia viver em determinados bairros com infraestrutura básica na época, gerando desta forma a supervalorização em terrenos de bairros para uma classe mais elevada. Com isso, as pessoas que não tinham condições financeiras, passaram a morar em locais mais afastados, ou até mesmo invadindo locais inapropriados, como encostas, áreas de preservação e campos. Desta forma, sugere então, as periferias, que não provém de infraestrutura básica e nem de serviços públicos.

Desta maneira, o processo de urbanização das cidades provocou um crescimento desordenado, eis que o desenvolvimento industrial amparado na reunião de capital por parte das empresas e bancos, onde o crescimento do capitalismo era intenso fez com que houvesse uma migração desordenada da população do campo para a cidade.

E devido ao grande fluxo de pessoas migrando, percebe-se que as cidades tiveram transformações em seu espaço decorrentes do rápido aumento de habitantes decorrentes do êxodo rural e guiados pela força da revolução industrial, trazendo consigo inúmeros problemas, como a separação espacial das cidades por classes sociais, onde a classe alta concentra em torno dos centros urbanos e as demais em uma zona periférica.

Figura 01 ? Ocupação Irregular, Nova Friburgo - RJ.

Fonte: Gazeta do Povo 2016.

A ocupação desordenada nos grandes centros urbanos, foi provocada por todos os tipos de classes sociais, rompendo com alguns mitos urbanos, que diziam que a ocupação de encostas era um problema normalmente associado à população carente de recursos financeiros. É notório que a própria paisagem natural atrai também as camadas mais abastadas da população para a ocupação de áreas, que se beneficiam de privilégios facilitando a realização de seus projetos e interesses pessoais, alterando o ambiente com obras e edificações sem planejamento, ocupando áreas de preservação permanente, que deveriam estar protegidas por leis ambientais ou áreas, que pelo seu natural topografia, representa risco à habitação humana (DOMINGOS, 2010).

As áreas naturais resultantes desta competição refletem a desigualdade social, ambas vistas como sendo impossíveis de serem abolidas por resultarem da própria natureza humana. Consideradas como expressão de um estado de equilíbrio desfeito e refeito a cada momento da evolução as áreas naturais constituem importante base teórica para os membros da Escola de Ecologia Humana. E foi com base neste conceito que as pesquisas sobre segregação residencial foram inicialmente sistematizadas, possibilitando grande avanço no conhecimento a respeito do espaço social da cidade (CORRÊA, 2013, p .53).

De maneira geral, as cidades se desenvolveram mais rapidamente do que o ato de planejar o meio urbano, o que resultou em impactos negativos no meio ambiental e social. A falta de moradias, gerou o processo de favelização e carência na infraestrutura urbana, contribuindo para o aumento da poluição, periferação, aumento do fluxo no trânsito, população pobre e ocupações irregulares. A modernização no processo econômico do Brasil, não influenciou para que estes problemas fossem resolvidos, pois a mesma deu ênfase para as desigualdades já existentes, sempre apoiando a concentração de renda. Contudo, a diferença no poder aquisitivo entre os ricos e os pobres, é hoje muito maior no que no início da modernização (JUNIOR s/d).

As cidades no Brasil desempenharam historicamente funções importantes no processo de ocupação do território, servindo como sítios de suporte ao povoamento, centros de controle político e de armazenamento da produção agroextrativa, núcleos de conexão com os circuitos mercantis, polos de crescimento industrial e nós das redes financeira e informacional. Desde o século XVI até os dias atuais, podem-se distinguir diversas formações territoriais, que expressam as distintas relações entre cidade e campo e das cidades entre si no processo de desenvolvimento brasileiro. (IPEA, 2001, p.85).

De certa maneira, nota-se que as desigualdades originadas ainda no período colonial se manifestam nas

idades brasileiras até a atualidade. Com efeito, os setores mais abastados desfrutam de melhores acessos à vida urbana, ao passo que a população carente, desprovida de recursos privados, fica refém da precariedade. É visto também que esse quadro se torna ainda mais dramático quando os dados de estudos e de pesquisas mostram que, majoritariamente, a população mais pobre é composta por negros ou descendentes de negros.

2.2.1 Impactos Ambientais

Em um planeta que se torna todos os dias mais urbanizado, e nas regiões mais pobres o processo de ocupação se torna ainda mais acelerado, grande parte dos impactos ambientais mais significativos vem sendo gerado nas cidades. Especialmente em países que estão se desenvolvendo, a urbanização vem sendo associada a mais degradação ambiental e social (JATOBÁ, 2011).

No século XXI, os problemas ambientais começaram a se destacar. Os primeiros indícios, foram através da exploração dos recursos minerais, e posteriormente com o crescimento desordenado das cidades, ocasionando o aumento da demanda dos recursos básicos. Contudo, enfatiza-se também neste contexto, o desmatamento de encostas e rios, o que provoca um grande volume de água a ser escoada, provocando grandes inundações e enchentes, influenciando desta forma, o ciclo hidrológico (OLIVA JUNIOR, s/d).

Com o grande aumento populacional, e o crescimento das cidades sem o devido planejamento urbano, as perdas ambientais vem acontecendo nas últimas décadas, que são: destruição e contaminação de nascentes, a extinção de espécies de animais geradas através da ocupação irregular de lugares, sendo destruídos o habitat natural da fauna, ocasionando desta forma outros problemas, como: erosão, alagamentos e alterações climáticas. (NETO COELHO, 2001).

Figura 02: Poluição dos Rios.

Fonte: Ariene Studio / Shutterstock.com (s.d).

Contudo Silva (1997), ressalta que este processo motivou a elaboração de novos loteamentos sem preocupação com o meio ambiente, e com a organização socioespacial das cidades, causando à carência de habitação, desemprego e carências na infraestrutura básica. O autor enfatiza também sobre as mudanças climáticas que foram ocasionadas pelo impacto da urbanização, porém nem todo espaço urbano foi agredido por esses fatores, sendo desta forma a população menos favorecida os mais atingidos por estes fatores negativos.

A exposição a risco pode ocorrer pelas condições ambientais e sociais. Situações nas quais existe a possibilidade de ocorrência de eventos perigosos pela ocupação humana de áreas² sujeitas a desabamentos, inundações, poluição hídrica, poluição atmosférica, poluição dos solos, contaminação por resíduos ou produtos perigosos, e desastres naturais, como terremotos, furações, maremotos, entre outros, são exemplos de exposição a risco por condições ambientais (JATOBÁ, 2011, p.144).

É importante ressaltar, a necessidade de um planejamento urbano que lide com todos os espaços, incluindo as dimensões sociais. O mesmo tem por objetivo a qualidade de vida da população, promovendo o bem-estar social, e viabilizando a integração do contexto urbano com o meio ambiente de forma que, ambos sejam preservados (SILVA, 1997).

2.3 PLANEJAMENTO URBANO

O urbanismo pode ser definido como uma atividade, na qual é relacionada com o controle e planejamento das cidades, possuindo um caráter multidisciplinar, podendo ser classificado com uma ciência humana. O urbanismo é inserido no processo de crescimento demográfico, no qual enfrenta os problemas relacionados com a urbanidade e civilização. Já o Planejamento Urbano, lida com aspectos políticos e técnicos relacionado com a utilização do espaço, qualidade de vida, desenho ambiental e desenho urbano, sendo uma parte desta multidisciplinariedade do urbanismo (CHOAY, 2001).

No Brasil, o processo que se deu o urbanismo ficou evidenciado alguns estágios. O primeiro estágio destacou-se pela intenção de melhoramentos no contexto urbano em determinados locais das cidades. Tentavam melhorar o município com profissionais qualificados principalmente que atuavam no curso de engenharia. O segundo estágio ocorreu em meados de 1930 a 1950 e foi marcado pela elaboração de planos, tendo por objetivo planejar a extensão das cidades através de sistemas viários e articulação dos bairros da área urbana da época. Foi neste período que foram elaborados os primeiros planos e propostas de zoneamento. O terceiro estágio aconteceu nas décadas de 50 e 60, no qual evidenciou-se o início dos planos regionais, iniciando desta forma uma nova fase do urbanismo no Brasil: A migração do campo para a cidade, aumentando a área urbana, trazendo desta forma a conturbação e crescimento desordenado como consequência (LEME, 1999).

As relações sociais de hoje são resultado de ações produzidas ao longo de séculos. Ao olhar o passado, é possível compreender as contradições do Brasil atual. O passado passou, e só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isso de singular: ela é formada de momentos que foram estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais? (SANTOS, 1982, p.10).

Foi desenvolvido em 1950 no Brasil, um discurso que discorria sobre a necessidade de ligar os planos urbanos com outros objetos. Tal discurso atingiu grande importância na imagem do plano diretor e passou a ser chamado de ?Planejamento Urbano? ou ?Planejamento Urbano Integrado? (CSABA et al SCHIFFER, 2004).

Para Del Rio (1990), as atividades permanentes relacionadas com o planejamento urbano, tem o objetivo de alcançar parâmetros sociais e econômicos, podendo ser alcançados apenas através do planejamento. Contudo, esta ferramenta passou a ser uma ferramenta indispensável para a tomada de decisões para atividades permanentes.

Desta maneira, após o crescimento das cidades forte nas razões do capitalismo, é visto a necessidade sobre a relação com a ocupação do uso do solo, e assim diretrizes de ordem constitucional foram criadas para possibilitar a gestão urbana ? administração do espaço urbano ? a exemplo da instituição do plano diretor para as cidades com população superior a 20 (vinte) mil habitantes, visando abrangência ambiental, institucional, social, mobilidade, urbanístico e econômico, e também, o Estatuto da Cidade, regulamentando os artigos da Constituição Federal no que se referem a reforma urbana, estipulando metas de gestão democrática, cooperação governamental, planejamento e desenvolvimento de cidades sustentáveis, com uso correto do solo, qualidade do meio ambiente, bem como a regularização

fundiária e urbanização de parte de terras ocupadas por cidadãos (JUNIOR E SANTOS, 2014).

O planejamento urbano seria um processo contínuo do qual o plano diretor constituiria um momento; o processo seria uma atividade multidisciplinar e envolveria uma pesquisa prévia ? o diagnóstico técnico ? que revelaria e fundamentaria os ?problemas urbanos? e seus desdobramentos futuros, cujas soluções seria objeto de proposições que integram os aspectos econômicos, físicos, sociais e políticos das cidades e cuja execução tocara a um órgão central coordenador e acompanhador da sua execução e contínuas revisões (CSABA apud SCHIFFER, 2004, p. 188).

Surgiram em 1960, os primeiros protestos e críticas sobre a qualidade de vida no meio urbano que vinha sendo construído pela iniciativa privada e pelo poder público. Tais críticas evidenciavam a falta de qualidade dos espaços urbanos na arquitetura e os impactos ambientais que os empreendimentos causavam no meio ambiente. No entanto, as cidades eram vistas como potencialização de problemas e ferramenta de aumento de investimentos para acumulação do capital. Portanto, foi através dessas críticas de valores, que o Desenho Urbano se consolidou como uma profissão e campo de conhecimento. Com a II Guerra Mundial, o **Planejamento Urbano e Regional** passou a ter uma posição e destaque no processo de desenvolvimento, objetivando desta forma, a implementação de novos projetos e objetivos (Del Rio, 1990).

Lamas (2004) assegura que, a produção da cidade pode ser entendida como um mecanismo de partilhar edifícios no território, podendo desta forma resolver problemas funcionais e elaborar condições para o investimento econômico. Já Acioly (1998), diz que o crescimento das cidades está ligado com a capacidade que ela tem de se alto sustentar pelos recursos que são gerados e necessários para mantes os processos de produtividade sustentável e com a eficiência em que elas conseguem aumentar investimentos públicos e privado.

3. METODOLOGIA

Para o embasamento dessa pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico, que de acordo com os conceitos de Fonseca (2002, p. 32) ?a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites? e que pesquisas apenas baseadas em referências bibliográficas têm ?o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta? (FONSECA, 2002, p. 32).

Já a pesquisa documental, pode ser caracteriza através de levantamentos encontrados em documentos, podendo ser escritos ou não, como por exemplo, as fotografias (LAKATOS E MARCONI, 2002).

Na aplicação dos métodos será considerada a relação entre o problema da pesquisa e a revisão teórica. E para assim prosseguindo será elencado e retirado do texto conceitos para com que, posteriormente, sirvam de indicadores na análise dos dados e assim chegue a conclusão da pesquisa.

4. ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS



O crescimento desordenado no Brasil, foi desencadeado por uma série de mudanças, com isso, destaca-se a produção da visão do mundo que surgiu a partir da mecanização na agricultura e industrialização das cidades. Porém, a política de desenvolvimento econômico, não visou o desenvolvimento social e ambiental, o que resultou numa série de problemas socioambientais e socioespaciais (MARTINS, 2012).

Com base no que foi apresentado no referencial teórico, pode-se analisar que o grande fator que estabelece a degradação ambiental, foi o crescimento desordenado das cidades. O crescimento do Brasil, nos últimos 50 anos se deu de forma muito acelerada no âmbito urbanístico, e em muitas cidades, os problemas ambientais encontrados, são resultados da falta de utilização de fatores adequados no meio físico. Contudo, na maioria dos casos não foi considerado o planejamento urbano da cidade e a sua capacidade de suporte para receber as migrantes, fazendo com que a natureza se modificasse por meio das construções de estradas, casas e indústrias. O meio ambiente foi agredido de forma direta, e logo, a população também, pois com isso, é visível a diminuição da qualidade de vida da humanidade.

As cidades são consideradas reflexo da modificação do espaço natural, sendo propriedade da organização da sociedade e das formas físicas. Com a degradação ambiental, resulta em devolver para o meio ambiente esses espaços ocupados irregularmente, sendo assim, podendo ser utilizado o paisagismo das cidades. Muitos problemas como a erosão, assoreamento de cursos d'água, poluição do ar, falta de áreas verdes, uso de áreas para deposição do lixo e outros que já foram citados no referencial teórico, são consequências da falta de organização **entre as cidades**, e o meio ambiente (MARTINS, 2012).

Com isso, destaca-se a utilização do planejamento urbano para as cidades, pois o mesmo tem por finalidade analisar os aspectos essenciais pra qualidade de vida, organiza-los e integra-los com o meio ambiente, afim de que o contexto urbano e ambiental seja preservado de maneira adequada e saudável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir, que este trabalho foi de grande valia para o entendimento sobre o processo de urbanização no Brasil, de maneira desordenada e posteriormente entender as causas deste processo para o meio ambiente, o que resulta na qualidade de vida humana, atingindo desta maneira, o objetivo geral desta pesquisa.

O problema desta pesquisa baseava-se em como o crescimento populacional urbano pode vir a acarretar uma depredação no aspecto socioambiental da cidade, com as abordagens do referencial teórico foi possível resolver este problema, pois com o estudo sobre o crescimento populacional das grandes metrópoles, foi possível entender quais os aspectos contribuíram para a depredação ambiental, como viabilizava as hipóteses.

A pesquisa abordou o processo histórico de aglomerações de pessoas, na passagem dos anos, onde foram surgindo os personagens de cada época, ciclos de exploração de territórios, sendo os fatores de deslocamento de grande número de pessoas de uma região para outro, com o objetivo único do lucro. Objetivou-se nesta pesquisa entender o processo de urbanização das cidades brasileiras, iniciado com a revolução industrial e desencadeando o êxodo rural, e, após o processo de crescimento das cidades, a

preocupação das políticas públicas em tentar conservar o meio ambiente, regular o aspecto econômico, político, social das populações que se encontram em níveis de desigualdades com as demais. Fatores estes desencadearam o chamado êxodo rural, ou seja, a mudança do homem do campo para a cidade, onde a mecanização do campo também teve sua parcela de resultado para o inchaço das cidades decorrentes da urbanização acelerada no início da década de 1940, em especial na macrorregião sudeste do Brasil, em especial pela movimentação que a Revolução Industrial fazia no País. Os planejadores responsáveis pelo desenvolvimento urbano, trabalham juntamente com as autoridades do local, entendendo quais as necessidades que a população e o espaço requerem, e posteriormente apresentando planos. Contudo, é importante frisar, que o resultado de qualquer ação precisa de um planejamento antes da execução, para que possíveis danos sejam evitados. No contexto urbano não é diferente, é necessário projetos e planejamentos de infraestrutura básica, aspectos ambientais, socioeconômicos, socioespaciais, regionais, entre outros; para que problemas futuros não sejam causados por falta de organização espacial. Com isso, destaca-se a importância do planejamento urbano, pois o mesmo contribui para que casos como estes, de degradação ambiental, podem ser evitados.

REFERÊNCIAS

- CHOAY, Françoise. O Urbanismo. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2003. ____ 37 3.9 OBRA: HAROUEL, Jean-Louis. História do Urbanismo. 3.ed. Campinas: Papirus, 2001.
- COELHO NETO, A. L. Hidrologia de encosta na interface com a geomorfologia. In: GURRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. Geomorfologia: Uma atualização de bases e conceitos. 4. ed. **Rio de Janeiro**, Bertrand Brasil, 2001. p. 93-148.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. (Org.). A cidade contemporânea: segregação socioespacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 39-60.
- CSABA, D.; SCHIFFER, S. R. O Processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Editora da **Universidade de São Paulo**, 2004.
- DEL RIO, Vicente. Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento: São Paulo, Pini, 1990.
- DOMINGOS, Thiago Augusto. ? São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. GAGGERO, H.; GARRO, A. F.; MANTIÑAN, S. C. Historia de la América en los siglos XIX e XX. Buenos Aires: Aique, 2001.
- FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila__METODOLOGIA_DA_PESQUISA%281%29.pdf>; Acesso em: 26 de nov. de 2021;
- IPEA? INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: estudos básicos para a caracterização da rede urbana. Brasília, DF, 2001.p. 85-86. V.1
- JATOBÁ, Sérgio Ulisses, Urbanização, Meio Ambiente e Vulnerabilidade Social. Ipa Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5567/1/BRU_n05_urbanizacao.pdf>; Acesso em: 27 Nov

de 2021.

JUNIOR, José Carlos Ugeda. Urbanização Brasileira, **Planejamento Urbano e** Planejamento Da Paisagem . s/d. Disponível em: < <http://www.ambiente-augm.ufscar.br/uploads/A2-151.pdf>> . Acesso em: 12 de Nov de 2021.

JUNIOR, Rui Ferreira Barbosa; SANTOS, Moacir José. A Urbanização das Cidades. Taubaté, SP, 2014. Disponível, em: <http://www.unitau.br/files/arquivos/category_154/MPH1081_1427392152.pdf>,. Acesso em: 12 de Nov de 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2002.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LEME, Maria Cristina da Silva. Urbanismo no Brasil ? 1985-1965. São Paulo: Estudio Nobel; FAUSP, FUPAM, 1999.

MARTINS, Cecilia Maria Pereira. Êxodo Rural, s/d. Disponível em: <http://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/14353018122013Geografia_Rural_aula_06.pdf>,. Acesso em: 13 de nov de 2021.

MARTINS, Karla Gonçalves. Expansão Urbana desordenada e aumento dos riscos ambientais à saúde humana: O caso Brasileiro. 2012. Disponível em: < http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4135/1/2012_KarlaGoncalvesMartins.pdf>,. Acesso em: 13 de nov de 2021.

OLIVA JUNIOR, Elenaldo Fonseca de. Os Impactos Ambientais Decorrentes Da Ação Antrópica Na Nascente Do Rio Piauí - Riachão Do Dantas/Se, s/d.

SILVA, J. A. da. Direito Urbanístico Brasileiro. 2ª ed. rev. At. 2ª tiragem. São Paulo MALHEIROS EDITORES, 1997, 421p.

8 Revista Thêma et Scientia ? Vol. 11, no 2E, jul/dez 2021
20 Revista Thêma et Scientia ? Vol. 11, no 2E, jul/dez 2021
Revista Thêma et Scientia ? Vol. 11, no 2E, jul/dez



=====

Arquivo 1: [Template - Thêma et Scientia - Edição Especial Rodrigo - sol.docx](#) (3951 termos)
Arquivo 2: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2090447920301088> (791 termos)

Termos comuns: 2

Similaridade: 0,04%

O texto abaixo é o conteúdo do documento [Template - Thêma et Scientia - Edição Especial Rodrigo - sol.docx](#) (3951 termos)

Os termos em vermelho foram encontrados no documento

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2090447920301088> (791 termos)

=====

Rodrigo José de Campos, Priscila Branco

Ocupação desordenada dos espaços urbanos e suas consequências socioambientais.

OCUPAÇÃO DESORDENADA DOS ESPAÇOS URBANOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS
SOCIOAMBIENTAIS.

CAMPOS, Rodrigo José de

[1: Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro universitário Assis Gurgacz. Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: rodrigo.campos544@hotmail.com.]

BRANCO, Priscila

[2: Bacharel em Direito pelo Centro universitário Univel. E-mail: priscilaabranco@hotmail.com]

Resumo

Este artigo está inserido na linha de pesquisa de urbanismo e planejamento urbano, no qual aborda sobre as consequências do processo do êxodo rural, para o aspecto ambiental. No referencial teórico apresenta-se abordagens, nas quais descartam este processo, juntamente com o processo do crescimento desordenado das cidades, os impactos ambientais e por último aborda sobre planejamento urbano. Posteriormente apresentou-se a análises e discussões, nas quais mostraram a importância do planejamento urbano no âmbito da organização espacial, relatando que o mesmo pode evitar consequências ambientais.

Palavras-Chave: Êxodo Rural, Impactos ambientais, Crescimento Desordenado, Planejamento Urbano.

DISORDERLY OCCUPATION OF URBAN SPACES AND ITS SOCIO-ENVIRONMENTAL
CONSEQUENCES

ABSTRACT

This article is part of the line of research on urbanism **and urban planning**, in which **it addresses the**

consequences of the rural exodus process for the environmental aspect. In the theoretical framework, approaches are presented, which discard this process, along with the process of disorderly growth of cities, the environmental impacts and finally addresses urban planning. Subsequently, it was presented to analyzes and discussions, in which they showed the importance of urban planning within the scope of spatial organization, reporting that it can avoid environmental consequences.

KEYWORDS: Rural Exodus, Environmental Impacts, Disorganized Growth, Urban Planning.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa identificar a relação das vulnerabilidades socioambientais com a deficiência na abordagem das políticas públicas e da gestão referentes ao planejamento urbano e cumprimento das leis e diretrizes já estabelecidas na cidade. De forma geral, considera-se que estas resultam de uma sobreposição histórico-geográfica de intervenções e que não consideraram as características ambientais, o que explica a precária utilização de instrumentos de planejamento e gestão territorial. Os problemas oriundos a serem citados são: inundações e alagamentos, processos erosivos agressivos, assoreamento e movimentos gravitacionais de massa.

Este artigo está inserido na linha de pesquisa de urbanismo e planejamento urbano, no qual aborda o assunto relacionado a migração das pessoas do campo para as cidades, contextualizando os impactos gerados a partir do êxodo rural, para o meio ambiente. Fator que foi gerado devido, ao lento processo de planejamento urbano das cidades, no qual não acompanhou o ritmo acelerado da urbanização. O crescimento rápido das grandes metrópoles, ocasionou grandes problemas para o meio ambiente, causando desta forma riscos para a habitação humana. Fator que é agravado devido a preocupante ocupação irregular do uso e solo. Deste modo, o problema desta pesquisa baseia-se em: Como o crescimento populacional urbano pode vir a acarretar uma depredação no aspecto socioambiental da cidade? Com isso, as hipóteses sugerem que, com o estudo sobre o crescimento populacional das grandes metrópoles, será possível entender quais os aspectos contribuíram para a depredação ambiental, podendo ser enfatizado de maneira teórica. O objetivo geral deste trabalho, é analisar o contexto teórico de como a ocupação irregular causada pelo crescimento desordenado, causou consequências para o meio ambiente. Os objetivos específicos condizem em: buscar o entendimento sobre o processo do êxodo rural; mostrar como a falta de planejamento pode contribuir com o crescimento desordenado das cidades; exemplificar os impactos ambientais causado pela desordem urbana; contextualizar planejamento urbano; e analisar a importância do planejamento urbano para o meio ambiente.

2. REFERENCIAL TEÓRICO OU REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ÊXODO RURAL

Êxodo rural é entendido como para diversos autores como um processo de migração de pessoas do campo para a cidade. Dentre muitos fatores surgem e assim podem ser associadas a ele, como a



modernização da produção agrícola, a concentração fundiária, a busca por melhores condições de vida e melhores empregos, entre outros fatores nos grandes centros urbanos (JUNIOR E SANTOS, 2014). Desde a colonização pelos portugueses, o Brasil teve ciclo de exploração da cana-de-açúcar, mineração e café, com extrema influência de exploração de novos territórios em busca de lucro, e, já no Século XX, até o início da década de 1940, o Brasil era um País agrário que exercia exportação de café, que com a expansão da Revolução Industrial surge o chamado êxodo rural, onde a população migrava do campo para as cidades, em busca de melhores condições de vida, empregos, escolas, onde até então havia núcleos familiares no campo urbanos (JUNIOR E SANTOS, 2014).

O processo do êxodo rural, pode ser entendido como o deslocamento das pessoas que residiam no campo, para as cidades. Este processo ocorreu desde a antiguidade, com o início da história dos povos. Pode-se usar como exemplo, a Roma antiga, na qual ocorreu uma grande migração para as cidades Romanas. Já na idade média, o fato que fez com que as pessoas saíssem do campo para a zona urbano, foi o surgimento das atividades comerciais, nas quais impulsionam o desenvolvimento das cidades, e que deram início a divisão das classes sociais. Portanto, com o início do processo de industrialização no século XVII, os camponeses se sentiram atraídos pelas grandes cidades, buscando melhorias na qualidade de vida e melhores salários (MARTINS, s/d).

No Brasil, este processo se destacou no mandato do presidente Juscelino Kubitschek, no qual houve um grande investimento no desenvolvimento industrial, principalmente na região Sudeste. Com isso, em 1970 e 1980, as pessoas migraram da região Nordeste para a região Sudoeste do país, trazendo desta forma, o despreparo das cidades para receber estas pessoas. Através deste processo migratório, o índice de desemprego, aumento das favelas e violência veio a aumentar. Um grande exemplo da falta de infraestrutura das cidades, para acolher os migrantes, ocorreu no Brasil com a construção de Brasília, muitos habitantes foram até lá para tentar emprego na construção civil. O resultado disto, foi o crescimento desordenado das cidades, formando muitos problemas sociais, e deixando mais evidente a segregação socioespacial (GAGGERO e MANTIÑAN, 2001).

2.2 CRESCIMENTO DESORDENADO DAS CIDADES

Martins (2012), diz que o crescimento urbano desordenado teve origem após a década de 1950, devido aos grandes avanços tecnológicos que ocorreram naquela época. Esses avanços surgiram na agricultura devido à grande demanda de alimentos, com isso o campo acabou sofrendo uma grande modernização, o que acarretou a migração do campo para as cidades. Nesta fase iniciou-se a relocação da população, que até o devido momento vivia no campo e trabalhava em fazendas de pequenas propriedades.

As cidades não estavam preparadas para receber tamanha demanda e em muitas delas, foram selecionadas quem poderia viver em determinados bairros com infraestrutura básica na época, gerando desta forma a supervalorização em terrenos de bairros para uma classe mais elevada. Com isso, as pessoas que não tinham condições financeiras, passaram a morar em locais mais afastados, ou até mesmo invadindo locais inapropriados, como encostas, áreas de preservação e campos. Desta forma, sugere então, as periferias, que não provém de infraestrutura básica e nem de serviços públicos.

Desta maneira, o processo de urbanização das cidades provocou um crescimento desordenado, eis que o desenvolvimento industrial amparado na reunião de capital por parte das empresas e bancos, onde o crescimento do capitalismo era intenso fez com que houvesse uma migração desordenada da população do campo para a cidade.

E devido ao grande fluxo de pessoas migrando, percebe-se que as cidades tiveram transformações em seu espaço decorrentes do rápido aumento de habitantes decorrentes do êxodo rural e guiados pela força da revolução industrial, trazendo consigo inúmeros problemas, como a separação espacial das cidades por classes sociais, onde a classe alta concentra em torno dos centros urbanos e as demais em uma zona periférica.

Figura 01 ? Ocupação Irregular, Nova Friburgo - RJ.

Fonte: Gazeta do Povo 2016.

A ocupação desordenada nos grandes centros urbanos, foi provocada por todos os tipos de classes sociais, rompendo com alguns mitos urbanos, que diziam que a ocupação de encostas era um problema normalmente associado à população carente de recursos financeiros. É notório que a própria paisagem natural atrai também as camadas mais abastadas da população para a ocupação de áreas, que se beneficiam de privilégios facilitando a realização de seus projetos e interesses pessoais, alterando o ambiente com obras e edificações sem planejamento, ocupando áreas de preservação permanente, que deveriam estar protegidas por leis ambientais ou áreas, que pelo seu natural topografia, representa risco à habitação humana (DOMINGOS, 2010).

As áreas naturais resultantes desta competição refletem a desigualdade social, ambas vistas como sendo impossíveis de serem abolidas por resultarem da própria natureza humana. Consideradas como expressão de um estado de equilíbrio desfeito e refeito a cada momento da evolução as áreas naturais constituem importante base teórica para os membros da Escola de Ecologia Humana. E foi com base neste conceito que as pesquisas sobre segregação residencial foram inicialmente sistematizadas, possibilitando grande avanço no conhecimento a respeito do espaço social da cidade (CORRÊA, 2013, p .53).

De maneira geral, as cidades se desenvolveram mais rapidamente do que o ato de planejar o meio urbano, o que resultou em impactos negativos no meio ambiental e social. A falta de moradias, gerou o processo de favelização e carência na infraestrutura urbana, contribuindo para o aumento da poluição, periferação, aumento do fluxo no trânsito, população pobre e ocupações irregulares. A modernização no processo econômico do Brasil, não influenciou para que estes problemas fossem resolvidos, pois a mesma deu ênfase para as desigualdades já existentes, sempre apoiando a concentração de renda. Contudo, a diferença no poder aquisitivo entre os ricos e os pobres, é hoje muito maior no que no início da modernização (JUNIOR s/d).

As cidades no Brasil desempenharam historicamente funções importantes no processo de ocupação do território, servindo como sítios de suporte ao povoamento, centros de controle político e de armazenamento da produção agroextrativa, núcleos de conexão com os circuitos mercantis, polos de crescimento industrial e nós das redes financeira e informacional. Desde o século XVI até os dias atuais, podem-se distinguir diversas formações territoriais, que expressam as distintas relações entre cidade e campo e das cidades entre si no processo de desenvolvimento brasileiro. (IPEA, 2001, p.85).

De certa maneira, nota-se que as desigualdades originadas ainda no período colonial se manifestam nas

idades brasileiras até a atualidade. Com efeito, os setores mais abastados desfrutam de melhores acessos à vida urbana, ao passo que a população carente, desprovida de recursos privados, fica refém da precariedade. É visto também que esse quadro se torna ainda mais dramático quando os dados de estudos e de pesquisas mostram que, majoritariamente, a população mais pobre é composta por negros ou descendentes de negros.

2.2.1 Impactos Ambientais

Em um planeta que se torna todos os dias mais urbanizado, e nas regiões mais pobres o processo de ocupação se torna ainda mais acelerado, grande parte dos impactos ambientais mais significativos vem sendo gerado nas cidades. Especialmente em países que estão se desenvolvendo, a urbanização vem sendo associada a mais degradação ambiental e social (JATOBÁ, 2011).

No século XXI, os problemas ambientais começaram a se destacar. Os primeiros indícios, foram através da exploração dos recursos minerais, e posteriormente com o crescimento desordenado das cidades, ocasionando o aumento da demanda dos recursos básicos. Contudo, enfatiza-se também neste contexto, o desmatamento de encostas e rios, o que provoca um grande volume de água a ser escoada, provocando grandes inundações e enchentes, influenciando desta forma, o ciclo hidrológico (OLIVA JUNIOR, s/d).

Com o grande aumento populacional, e o crescimento das cidades sem o devido planejamento urbano, as perdas ambientais vem acontecendo nas últimas décadas, que são: destruição e contaminação de nascentes, a extinção de espécies de animais geradas através da ocupação irregular de lugares, sendo destruídos o habitat natural da fauna, ocasionando desta forma outros problemas, como: erosão, alagamentos e alterações climáticas. (NETO COELHO, 2001).

Figura 02: Poluição dos Rios.

Fonte: Ariene Studio / Shutterstock.com (s.d).

Contudo Silva (1997), ressalta que este processo motivou a elaboração de novos loteamentos sem preocupação com o meio ambiente, e com a organização socioespacial das cidades, causando à carência de habitação, desemprego e carências na infraestrutura básica. O autor enfatiza também sobre as mudanças climáticas que foram ocasionadas pelo impacto da urbanização, porém nem todo espaço urbano foi agredido por esses fatores, sendo desta forma a população menos favorecida os mais atingidos por estes fatores negativos.

A exposição a risco pode ocorrer pelas condições ambientais e sociais. Situações nas quais existe a possibilidade de ocorrência de eventos perigosos pela ocupação humana de áreas² sujeitas a desabamentos, inundações, poluição hídrica, poluição atmosférica, poluição dos solos, contaminação por resíduos ou produtos perigosos, e desastres naturais, como terremotos, furações, maremotos, entre outros, são exemplos de exposição a risco por condições ambientais (JATOBÁ, 2011, p.144).

É importante ressaltar, a necessidade de um planejamento urbano que lide com todos os espaços, incluindo as dimensões sociais. O mesmo tem por objetivo a qualidade de vida da população, promovendo o bem-estar social, e viabilizando a integração do contexto urbano com o meio ambiente de forma que, ambos sejam preservados (SILVA, 1997).

2.3 PLANEJAMENTO URBANO

O urbanismo pode ser definido como uma atividade, na qual é relacionada com o controle e planejamento das cidades, possuindo um caráter multidisciplinar, podendo ser classificado com uma ciência humana. O urbanismo é inserido no processo de crescimento demográfico, no qual enfrenta os problemas relacionados com a urbanidade e civilização. Já o Planejamento Urbano, lida com aspectos políticos e técnicos relacionado com a utilização do espaço, qualidade de vida, desenho ambiental e desenho urbano, sendo uma parte desta multidisciplinariedade do urbanismo (CHOAY, 2001).

No Brasil, o processo que se deu o urbanismo ficou evidenciado alguns estágios. O primeiro estágio destacou-se pela intenção de melhoramentos no contexto urbano em determinados locais das cidades. Tentavam melhorar o município com profissionais qualificados principalmente que atuavam no curso de engenharia. O segundo estágio ocorreu em meados de 1930 a 1950 e foi marcado pela elaboração de planos, tendo por objetivo planejar a extensão das cidades através de sistemas viários e articulação dos bairros da área urbana da época. Foi neste período que foram elaborados os primeiros planos e propostas de zoneamento. O terceiro estágio aconteceu nas décadas de 50 e 60, no qual evidenciou-se o início dos planos regionais, iniciando desta forma uma nova fase do urbanismo no Brasil: A migração do campo para a cidade, aumentando a área urbana, trazendo desta forma a conturbação e crescimento desordenado como consequência (LEME, 1999).

As relações sociais de hoje são resultado de ações produzidas ao longo de séculos. Ao olhar o passado, é possível compreender as contradições do Brasil atual. O passado passou, e só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isso de singular: ela é formada de momentos que foram estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais? (SANTOS, 1982, p.10).

Foi desenvolvido em 1950 no Brasil, um discurso que discorria sobre a necessidade de ligar os planos urbanos com outros objetos. Tal discurso atingiu grande importância na imagem do plano diretor e passou a ser chamado de ?Planejamento Urbano? ou ?Planejamento Urbano Integrado? (CSABA et al SCHIFFER, 2004).

Para Del Rio (1990), as atividades permanentes relacionadas com o planejamento urbano, tem o objetivo de alcançar parâmetros sociais e econômicos, podendo ser alcançados apenas através do planejamento. Contudo, esta ferramenta passou a ser uma ferramenta indispensável para a tomada de decisões para atividades permanentes.

Desta maneira, após o crescimento das cidades forte nas razões do capitalismo, é visto a necessidade sobre a relação com a ocupação do uso do solo, e assim diretrizes de ordem constitucional foram criadas para possibilitar a gestão urbana ? administração do espaço urbano ? a exemplo da instituição do plano diretor para as cidades com população superior a 20 (vinte) mil habitantes, visando abrangência ambiental, institucional, social, mobilidade, urbanístico e econômico, e também, o Estatuto da Cidade, regulamentando os artigos da Constituição Federal no que se referem a reforma urbana, estipulando metas de gestão democrática, cooperação governamental, planejamento e desenvolvimento de cidades sustentáveis, com uso correto do solo, qualidade do meio ambiente, bem como a regularização

fundiária e urbanização de parte de terras ocupadas por cidadãos (JUNIOR E SANTOS, 2014).

O planejamento urbano seria um processo contínuo do qual o plano diretor constituiria um momento; o processo seria uma atividade multidisciplinar e envolveria uma pesquisa prévia ? o diagnóstico técnico ? que revelaria e fundamentaria os ?problemas urbanos? e seus desdobramentos futuros, cujas soluções seria objeto de proposições que integram os aspectos econômicos, físicos, sociais e políticos das cidades e cuja execução tocara a um órgão central coordenador e acompanhador da sua execução e contínuas revisões (CSABA apud SCHIFFER, 2004, p. 188).

Surgiram em 1960, os primeiros protestos e críticas sobre a qualidade de vida no meio urbano que vinha sendo construído pela iniciativa privada e pelo poder público. Tais críticas evidenciavam a falta de qualidade dos espaços urbanos na arquitetura e os impactos ambientais que os empreendimentos causavam no meio ambiente. No entanto, as cidades eram vistas como potencialização de problemas e ferramenta de aumento de investimentos para acumulação do capital. Portanto, foi através dessas críticas de valores, que o Desenho Urbano se consolidou como uma profissão e campo de conhecimento. Com a II Guerra Mundial, o Planejamento Urbano e Regional passou a ter uma posição e destaque no processo de desenvolvimento, objetivando desta forma, a implementação de novos projetos e objetivos (Del Rio, 1990).

Lamas (2004) assegura que, a produção da cidade pode ser entendida como um mecanismo de partilhar edifícios no território, podendo desta forma resolver problemas funcionais e elaborar condições para o investimento econômico. Já Acioly (1998), diz que o crescimento das cidades está ligado com a capacidade que ela tem de se alto sustentar pelos recursos que são gerados e necessários para manter os processos de produtividade sustentável e com a eficiência em que elas conseguem aumentar investimentos públicos e privado.

3. METODOLOGIA

Para o embasamento dessa pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico, que de acordo com os conceitos de Fonseca (2002, p. 32) ?a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites? e que pesquisas apenas baseadas em referências bibliográficas têm ?o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta? (FONSECA, 2002, p. 32).

Já a pesquisa documental, pode ser caracteriza através de levantamentos encontrados em documentos, podendo ser escritos ou não, como por exemplo, as fotografias (LAKATOS E MARCONI, 2002).

Na aplicação dos métodos será considerada a relação entre o problema da pesquisa e a revisão teórica. E para assim prosseguindo será elencado e retirado do texto conceitos para com que, posteriormente, sirvam de indicadores na análise dos dados e assim chegue a conclusão da pesquisa.

4. ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O crescimento desordenado no Brasil, foi desencadeado por uma série de mudanças, com isso, destaca-se a produção da visão do mundo que surgiu a partir da mecanização na agricultura e industrialização das cidades. Porém, a política de desenvolvimento econômico, não visou o desenvolvimento social e ambiental, o que resultou numa série de problemas socioambientais e socioespaciais (MARTINS, 2012).

Com base no que foi apresentado no referencial teórico, pode-se analisar que o grande fator que estabelece a degradação ambiental, foi o crescimento desordenado das cidades. O crescimento do Brasil, nos últimos 50 anos se deu de forma muito acelerada no âmbito urbanístico, e em muitas cidades, os problemas ambientais encontrados, são resultados da falta de utilização de fatores adequados no meio físico. Contudo, na maioria dos casos não foi considerado o planejamento urbano da cidade e a sua capacidade de suporte para receber as migrantes, fazendo com que a natureza se modificasse por meio das construções de estradas, casas e indústrias. O meio ambiente foi agredido de forma direta, e logo, a população também, pois com isso, é visível a diminuição da qualidade de vida da humanidade.

As cidades são consideradas reflexo da modificação do espaço natural, sendo propriedade da organização da sociedade e das formas físicas. Com a degradação ambiental, resulta em devolver para o meio ambiente esses espaços ocupados irregularmente, sendo assim, podendo ser utilizado o paisagismo das cidades. Muitos problemas como a erosão, assoreamento de cursos d'água, poluição do ar, falta de áreas verdes, uso de áreas para deposição do lixo e outros que já foram citados no referencial teórico, são consequências da falta de organização entre as cidades, e o meio ambiente (MARTINS, 2012).

Com isso, destaca-se a utilização do planejamento urbano para as cidades, pois o mesmo tem por finalidade analisar os aspectos essenciais pra qualidade de vida, organiza-los e integra-los com o meio ambiente, afim de que o contexto urbano e ambiental seja preservado de maneira adequada e saudável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir, que este trabalho foi de grande valia para o entendimento sobre o processo de urbanização no Brasil, de maneira desordenada e posteriormente entender as causas deste processo para o meio ambiente, o que resulta na qualidade de vida humana, atingindo desta maneira, o objetivo geral desta pesquisa.

O problema desta pesquisa baseava-se em como o crescimento populacional urbano pode vir a acarretar uma depredação no aspecto socioambiental da cidade, com as abordagens do referencial teórico foi possível resolver este problema, pois com o estudo sobre o crescimento populacional das grandes metrópoles, foi possível entender quais os aspectos contribuíram para a depredação ambiental, como viabilizava as hipóteses.

A pesquisa abordou o processo histórico de aglomerações de pessoas, na passagem dos anos, onde foram surgindo os personagens de cada época, ciclos de exploração de territórios, sendo os fatores de deslocamento de grande número de pessoas de uma região para outro, com o objetivo único do lucro. Objetivou-se nesta pesquisa entender o processo de urbanização das cidades brasileiras, iniciado com a revolução industrial e desencadeando o êxodo rural, e, após o processo de crescimento das cidades, a

preocupação das políticas públicas em tentar conservar o meio ambiente, regular o aspecto econômico, político, social das populações que se encontram em níveis de desigualdades com as demais. Fatores estes desencadearam o chamado êxodo rural, ou seja, a mudança do homem do campo para a cidade, onde a mecanização do campo também teve sua parcela de resultado para o inchaço das cidades decorrentes da urbanização acelerada no início da década de 1940, em especial na macrorregião sudeste do Brasil, em especial pela movimentação que a Revolução Industrial fazia no País. Os planejadores responsáveis pelo desenvolvimento urbano, trabalham juntamente com as autoridades do local, entendendo quais as necessidades que a população e o espaço requerem, e posteriormente apresentando planos. Contudo, é importante frisar, que o resultado de qualquer ação precisa de um planejamento antes da execução, para que possíveis danos sejam evitados. No contexto urbano não é diferente, é necessário projetos e planejamentos de infraestrutura básica, aspectos ambientais, socioeconômicos, socioespaciais, regionais, entre outros; para que problemas futuros não sejam causados por falta de organização espacial. Com isso, destaca-se a importância do planejamento urbano, pois o mesmo contribui para que casos como estes, de degradação ambiental, podem ser evitados.

REFERÊNCIAS

- CHOAY, Françoise. O Urbanismo. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2003. ____ 37 3.9 OBRA: HAROUEL, Jean-Louis. História do Urbanismo. 3.ed. Campinas: Papirus, 2001.
- COELHO NETO, A. L. Hidrologia de encosta na interface com a geomorfologia. In: GURRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. Geomorfologia: Uma atualização de bases e conceitos. 4. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001. p. 93-148.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. (Org.). A cidade contemporânea: segregação socioespacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 39-60.
- CSABA, D.; SCHIFFER, S. R. O Processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- DEL RIO, Vicente. Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento: São Paulo, Pini, 1990.
- DOMINGOS, Thiago Augusto. ? São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. GAGGERO, H.; GARRO, A. F.; MANTIÑAN, S. C. Historia de la América en los siglos XIX e XX. Buenos Aires: Aique, 2001.
- FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila__METODOLOGIA_DA_PESQUISA%281%29.pdf>; Acesso em: 26 de nov. de 2021;
- IPEA? INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: estudos básicos para a caracterização da rede urbana. Brasília, DF, 2001.p. 85-86. V.1
- JATOBÁ, Sérgio Ulisses, Urbanização, Meio Ambiente e Vulnerabilidade Social. Ipa Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5567/1/BRU_n05_urbanizacao.pdf>; Acesso em: 27 Nov



de 2021.

JUNIOR, José Carlos Ugeda. Urbanização Brasileira, Planejamento Urbano e Planejamento Da Paisagem . s/d. Disponível em: <http://www.ambiente-augm.ufscar.br/uploads/A2-151.pdf>. Acesso em: 12 de Nov de 2021.

JUNIOR, Rui Ferreira Barbosa; SANTOS, Moacir José. A Urbanização das Cidades. Taubaté, SP, 2014. Disponível, em: <http://www.unitau.br/files/arquivos/category_154/MPH1081_1427392152.pdf>. Acesso em: 12 de Nov de 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2002.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LEME, Maria Cristina da Silva. Urbanismo no Brasil ? 1985-1965. São Paulo: Estudio Nobel; FAUSP, FUPAM, 1999.

MARTINS, Cecilia Maria Pereira. Êxodo Rural, s/d. Disponível em: <http://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/14353018122013Geografia_Rural_aula_06.pdf>. Acesso em: 13 de nov de 2021.

MARTINS, Karla Gonçalves. Expansão Urbana desordenada e aumento dos riscos ambientais à saúde humana: O caso Brasileiro. 2012. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4135/1/2012_KarlaGoncalvesMartins.pdf>. Acesso em: 13 de nov de 2021.

OLIVA JUNIOR, Elenaldo Fonseca de. Os Impactos Ambientais Decorrentes Da Ação Antrópica Na Nascente Do Rio Piauí - Riachão Do Dantas/Se, s/d.

SILVA, J. A. da. Direito Urbanístico Brasileiro. 2ª ed. rev. At. 2ª tiragem. São Paulo MALHEIROS EDITORES, 1997, 421p.

8 Revista Thêma et Scientia ? Vol. 11, no 2E, jul/dez 2021
20 Revista Thêma et Scientia ? Vol. 11, no 2E, jul/dez 2021
Revista Thêma et Scientia ? Vol. 11, no 2E, jul/dez



=====

Arquivo 1: [Template - Thêma et Scientia - Edição Especial Rodrigo - sol.docx](#) (3951 termos)

Arquivo 2: <https://www.unccd.int/news-events/land-restoration-solution-west-africas-rural-exodus> (621 termos)

Termos comuns: 1

Similaridade: 0,02%

O texto abaixo é o conteúdo do documento [Template - Thêma et Scientia - Edição Especial Rodrigo - sol.docx](#) (3951 termos)

Os termos em vermelho foram encontrados no documento <https://www.unccd.int/news-events/land-restoration-solution-west-africas-rural-exodus> (621 termos)

=====

Rodrigo José de Campos, Priscila Branco
Ocupação desordenada dos espaços urbanos e suas consequências socioambientais.
OCUPAÇÃO DESORDENADA DOS ESPAÇOS URBANOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS
SOCIOAMBIENTAIS.

CAMPOS, Rodrigo José de

[1: Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro universitário Assis Gurgacz. Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: rodrigo.campos544@hotmail.com.]

BRANCO, Priscila

[2: Bacharel em Direito pelo Centro universitário Univel. E-mail: priscilaabranco@hotmail.com]

Resumo

Este artigo está inserido na linha de pesquisa de urbanismo e planejamento urbano, no qual aborda sobre as consequências do processo do êxodo rural, para o aspecto ambiental. No referencial teórico apresenta-se abordagens, nas quais descartam este processo, juntamente com o processo do crescimento desordenado das cidades, os impactos ambientais e por último aborda sobre planejamento urbano. Posteriormente apresentou-se a análises e discussões, nas quais mostraram a importância do planejamento urbano no âmbito da organização espacial, relatando que o mesmo pode evitar consequências ambientais.

Palavras-Chave: Êxodo Rural, Impactos ambientais, Crescimento Desordenado, Planejamento Urbano.

DISORDERLY OCCUPATION OF URBAN SPACES AND ITS SOCIO-ENVIRONMENTAL
CONSEQUENCES

ABSTRACT

This article is **part of the** line of research on urbanism and urban planning, in which it addresses the consequences of the rural exodus process for the environmental aspect. In the theoretical framework, approaches are presented, which discard this process, along with the process of disorderly growth of cities, the environmental impacts and finally addresses urban planning. Subsequently, it was presented to analyzes and discussions, in which they showed the importance of urban planning within the scope of spatial organization, reporting that it can avoid environmental consequences.

KEYWORDS: Rural Exodus, Environmental Impacts, Disorganized Growth, Urban Planning.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa identificar a relação das vulnerabilidades socioambientais com a deficiência na abordagem das políticas públicas e da gestão referentes ao planejamento urbano e cumprimento das leis e diretrizes já estabelecidas na cidade. De forma geral, considera-se que estas resultam de uma sobreposição histórico-geográfica de intervenções e que não consideraram as características ambientais, o que explica a precária utilização de instrumentos de planejamento e gestão territorial. Os problemas oriundos a serem citados são: inundações e alagamentos, processos erosivos agressivos, assoreamento e movimentos gravitacionais de massa.

Este artigo está inserido na linha de pesquisa de urbanismo e planejamento urbano, no qual aborda o assunto relacionado a migração das pessoas do campo para as cidades, contextualizando os impactos gerados a partir do êxodo rural, para o meio ambiente. Fator que foi gerado devido, ao lento processo de planejamento urbano das cidades, no qual não acompanhou o ritmo acelerado da urbanização. O crescimento rápido das grandes metrópoles, ocasionou grandes problemas para o meio ambiente, causando desta forma riscos para a habitação humana. Fator que é agravado devido a preocupante ocupação irregular do uso e solo. Deste modo, o problema desta pesquisa baseia-se em: Como o crescimento populacional urbano pode vir a acarretar uma depredação no aspecto socioambiental da cidade? Com isso, as hipóteses sugerem que, com o estudo sobre o crescimento populacional das grandes metrópoles, será possível entender quais os aspectos contribuíram para a depredação ambiental, podendo ser enfatizado de maneira teórica. O objetivo geral deste trabalho, é analisar o contexto teórico de como a ocupação irregular causada pelo crescimento desordenado, causou consequências para o meio ambiente. Os objetivos específicos condizem em: buscar o entendimento sobre o processo do êxodo rural; mostrar como a falta de planejamento pode contribuir com o crescimento desordenado das cidades; exemplificar os impactos ambientais causado pela desordem urbana; contextualizar planejamento urbano; e analisar a importância do planejamento urbano para o meio ambiente.

2. REFERENCIAL TEÓRICO OU REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ÊXODO RURAL

Êxodo rural é entendido como para diversos autores como um processo de migração de pessoas do

campo para a cidade. Dentre muitos fatores surgem e assim podem ser associadas a ele, como a modernização da produção agrícola, a concentração fundiária, a busca por melhores condições de vida e melhores empregos, entre outros fatores nos grandes centros urbanos (JUNIOR E SANTOS, 2014). Desde a colonização pelos portugueses, o Brasil teve ciclo de exploração da cana-de-açúcar, mineração e café, com extrema influência de exploração de novos territórios em busca de lucro, e, já no Século XX, até o início da década de 1940, o Brasil era um País agrário que exercia exportação de café, que com a expansão da Revolução Industrial surge o chamado êxodo rural, onde a população migrava do campo para as cidades, em busca de melhores condições de vida, empregos, escolas, onde até então havia núcleos familiares no campo urbanos (JUNIOR E SANTOS, 2014).

O processo do êxodo rural, pode ser entendido como o deslocamento das pessoas que residiam no campo, para as cidades. Este processo ocorreu desde a antiguidade, com o início da história dos povos. Pode-se usar como exemplo, a Roma antiga, na qual ocorreu uma grande migração para as cidades Romanas. Já na idade média, o fato que fez com que as pessoas saíssem do campo para a zona urbano, foi o surgimento das atividades comerciais, nas quais impulsionam o desenvolvimento das cidades, e que deram início a divisão das classes sociais. Portanto, com o início do processo de industrialização no século XVII, os camponeses se sentiram atraídos pelas grandes cidades, buscando melhorias na qualidade de vida e melhores salários (MARTINS, s/d).

No Brasil, este processo se destacou no mandato do presidente Juscelino Kubitschek, no qual houve um grande investimento no desenvolvimento industrial, principalmente na região Sudeste. Com isso, em 1970 e 1980, as pessoas migraram da região Nordeste para a região Sudoeste do país, trazendo desta forma, o despreparo das cidades para receber estas pessoas. Através deste processo migratório, o índice de desemprego, aumento das favelas e violência veio a aumentar. Um grande exemplo da falta de infraestrutura das cidades, para acolher os migrantes, ocorreu no Brasil com a construção de Brasília, muitos habitantes foram até lá para tentar emprego na construção civil. O resultado disto, foi o crescimento desordenado das cidades, formando muitos problemas sociais, e deixando mais evidente a segregação socioespacial (GAGGERO e MANTIÑAN, 2001).

2.2 CRESCIMENTO DESORDENADO DAS CIDADES

Martins (2012), diz que o crescimento urbano desordenado teve origem após a década de 1950, devido aos grandes avanços tecnológicos que ocorreram naquela época. Esses avanços surgiram na agricultura devido à grande demanda de alimentos, com isso o campo acabou sofrendo uma grande modernização, o que acarretou a migração do campo para as cidades. Nesta fase iniciou-se a relocação da população, que até o devido momento vivia no campo e trabalhava em fazendas de pequenas propriedades.

As cidades não estavam preparadas para receber tamanha demanda e em muitas delas, foram selecionadas quem poderia viver em determinados bairros com infraestrutura básica na época, gerando desta forma a supervalorização em terrenos de bairros para uma classe mais elevada. Com isso, as pessoas que não tinham condições financeiras, passaram a morar em locais mais afastados, ou até mesmo invadindo locais inapropriados, como encostas, áreas de preservação e campos. Desta forma, sugere então, as periferias, que não provém de infraestrutura básica e nem de serviços públicos.

Desta maneira, o processo de urbanização das cidades provocou um crescimento desordenado, eis que o desenvolvimento industrial amparado na reunião de capital por parte das empresas e bancos, onde o crescimento do capitalismo era intenso fez com que houvesse uma migração desordenada da população

do campo para a cidade.

E devido ao grande fluxo de pessoas migrando, percebe-se que as cidades tiveram transformações em seu espaço decorrentes do rápido aumento de habitantes decorrentes do êxodo rural e guiados pela força da revolução industrial, trazendo consigo inúmeros problemas, como a separação espacial das cidades por classes sociais, onde a classe alta concentra em torno dos centros urbanos e as demais em uma zona periférica.

Figura 01 ? Ocupação Irregular, Nova Friburgo - RJ.

Fonte: Gazeta do Povo 2016.

A ocupação desordenada nos grandes centros urbanos, foi provocada por todos os tipos de classes sociais, rompendo com alguns mitos urbanos, que diziam que a ocupação de encostas era um problema normalmente associado à população carente de recursos financeiros. É notório que a própria paisagem natural atrai também as camadas mais abastadas da população para a ocupação de áreas, que se beneficiam de privilégios facilitando a realização de seus projetos e interesses pessoais, alterando o ambiente com obras e edificações sem planejamento, ocupando áreas de preservação permanente, que deveriam ser estar protegidas por leis ambientais ou áreas, que pelo seu natural topografia, representa risco à habitação humana (DOMINGOS, 2010).

As áreas naturais resultantes desta competição refletem a desigualdade social, ambas vistas como sendo impossíveis de serem abolidas por resultarem da própria natureza humana. Consideradas como expressão de um estado de equilíbrio desfeito e refeito a cada momento da evolução as áreas naturais constituem importante base teórica para os membros da Escola de Ecologia Humana. E foi com base neste conceito que as pesquisas sobre segregação residencial foram inicialmente sistematizadas, possibilitando grande avanço no conhecimento a respeito do espaço social da cidade (CORRÊA, 2013, p .53).

De maneira geral, as cidades se desenvolveram mais rapidamente do que o ato de planejar o meio urbano , o que resultou em impactos negativos no meio ambiental e social. A falta de moradias, gerou o processo de favelização e carência na infraestrutura urbano, contribuindo para o aumento da poluição, periferização , aumento do fluxo no trânsito, população pobre e ocupações irregulares. A modernização no processo econômico do Brasil, não influenciou para que estes problemas fossem resolvidos, pois a mesma deu ênfase para as desigualdades já existentes, sempre apoiando a concentração de renda. Contudo, a diferença no poder aquisitivo entre os ricos e os pobres, é hoje muito maior no que no início da modernização (JUNIOR s/d).

As cidades no Brasil desempenharam historicamente funções importantes no processo de ocupação do território, servindo como sítios de suporte ao povoamento, centros de controle político e de armazenamento da produção agroextrativa, núcleos de conexão com os circuitos mercantis, polos de crescimento industrial e nós das redes financeira e informacional. Desde o século XVI até os dias atuais, podem-se distinguir diversas formações territoriais, que expressam as distintas relações entre cidade e campo e das cidades entre si no processo de desenvolvimento brasileiro. (IPEA, 2001, p.85).

De certa maneira, nota-se que as desigualdades originadas ainda no período colonial se manifestam nas cidades brasileiras até a atualidade. Com efeito, os setores mais abastados desfrutam de melhores acessos à vida urbana, ao passo que a população carente, desprovida de recursos privados, fica refém da precariedade. É visto também que esse quadro se torna ainda mais dramático quando os dados de estudos e de pesquisas mostram que, majoritariamente, a população mais pobre é composta por negros ou descendentes de negros.

2.2.1 Impactos Ambientais

Em um planeta que se torna todos os dias mais urbanizado, e nas regiões mais pobres o processo de ocupação se torna ainda mais acelerado, grande parte dos impactos ambientais mais significativos vem sendo gerado nas cidades. Especialmente em países que estão se desenvolvendo, a urbanização vem sendo associada a mais degradação ambiental e social (JATOBÁ, 2011).

No século XXI, os problemas ambientais começaram a se destacar. Os primeiros indícios, foram através da exploração dos recursos minerais, e posteriormente com o crescimento desordenado das cidades, ocasionando o aumento da demanda dos recursos básicos. Contudo, enfatiza-se também neste contexto, o desmatamento de encostas e rios, o que provoca um grande volume de água a ser escoada, provocando grandes inundações e enchentes, influenciando desta forma, o ciclo hidrológico (OLIVA JUNIOR, s/d).

Com o grande aumento populacional, e o crescimento das cidades sem o devido planejamento urbano, as perdas ambientais vem acontecendo nas últimas décadas, que são: destruição e contaminação de nascentes, a extinção de espécies de animais geradas através da ocupação irregular de lugares, sendo destruídos o habitat natural da fauna, ocasionando desta forma outros problemas, como: erosão, alagamentos e alterações climáticas. (NETO COELHO, 2001).

Figura 02: Poluição dos Rios.

Fonte: Ariene Studio / Shutterstock.com (s.d).

Contudo Silva (1997), ressalta que este processo motivou a elaboração de novos loteamentos sem preocupação com o meio ambiente, e com a organização socioespacial das cidades, causando à carência de habitação, desemprego e carências na infraestrutura básica. O autor enfatiza também sobre as mudanças climáticas que foram ocasionadas pelo impacto da urbanização, porém nem todo espaço urbano foi agredido por esses fatores, sendo desta forma a população menos favorecida os mais atingidos por estes fatores negativos.

A exposição a risco pode ocorrer pelas condições ambientais e sociais. Situações nas quais existe a possibilidade de ocorrência de eventos perigosos pela ocupação humana de áreas² sujeitas a desabamentos, inundações, poluição hídrica, poluição atmosférica, poluição dos solos, contaminação por resíduos ou produtos perigosos, e desastres naturais, como terremotos, furações, maremotos, entre outros, são exemplos de exposição a risco por condições ambientais (JATOBÁ, 2011, p.144).

É importante ressaltar, a necessidade de um planejamento urbano que lide com todos os espaços, incluindo as dimensões sociais. O mesmo tem por objetivo a qualidade de vida da população, promovendo o bem-estar social, e viabilizando a integração do contexto urbano com o meio ambiente de forma que, ambos sejam preservados (SILVA, 1997).

2.3 PLANEJAMENTO URBANO

O urbanismo pode ser definido como uma atividade, na qual é relacionada com o controle e planejamento das cidades, possuindo um caráter multidisciplinar, podendo ser classificado com uma ciência humana. O urbanismo é inserido no processo de crescimento demográfico, no qual enfrenta os problemas relacionados com a urbanidade e civilização. Já o Planejamento Urbano, lida com aspectos políticos e técnicos relacionado com a utilização do espaço, qualidade de vida, desenho ambiental e desenho urbano, sendo uma parte desta multidisciplinariedade do urbanismo (CHOAY, 2001).

No Brasil, o processo que se deu o urbanismo ficou evidenciado alguns estágios. O primeiro estágio destacou-se pela intenção de melhoramentos no contexto urbano em determinados locais das cidades. Tentavam melhorar o município com profissionais qualificados principalmente que atuavam no curso de engenharia. O segundo estágio ocorreu em meados de 1930 a 1950 e foi marcado pela elaboração de planos, tendo por objetivo planejar a extensão das cidades através de sistemas viários e articulação dos bairros da área urbana da época. Foi neste período que foram elaborados os primeiros planos e propostas de zoneamento. O terceiro estágio aconteceu nas décadas de 50 e 60, no qual evidenciou-se o início dos planos regionais, iniciando desta forma uma nova fase do urbanismo no Brasil: A migração do campo para a cidade, aumentando a área urbana, trazendo desta forma a conturbação e crescimento desordenado como consequência (LEME, 1999).

As relações sociais de hoje são resultado de ações produzidas ao longo de séculos. Ao olhar o passado, é possível compreender as contradições do Brasil atual. O passado passou, e só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isso de singular: ela é formada de momentos que foram estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais? (SANTOS, 1982, p.10).

Foi desenvolvido em 1950 no Brasil, um discurso que discorria sobre a necessidade de ligar os planos urbanos com outros objetos. Tal discurso atingiu grande importância na imagem do plano diretor e passou a ser chamado de ?Planejamento Urbano? ou ?Planejamento Urbano Integrado? (CSABA et al SCHIFFER, 2004).

Para Del Rio (1990), as atividades permanentes relacionadas com o planejamento urbano, tem o objetivo de alcançar parâmetros sociais e econômicos, podendo ser alcançados apenas através do planejamento. Contudo, esta ferramenta passou a ser uma ferramenta indispensável para a tomada de decisões para atividades permanentes.

Desta maneira, após o crescimento das cidades forte nas razões do capitalismo, é visto a necessidade sobre a relação com a ocupação do uso do solo, e assim diretrizes de ordem constitucional foram criadas para possibilitar a gestão urbana ? administração do espaço urbano ? a exemplo da instituição do plano diretor para as cidades com população superior a 20 (vinte) mil habitantes, visando abrangência ambiental, institucional, social, mobilidade, urbanístico e econômico, e também, o Estatuto da Cidade, regulamentando os artigos da Constituição Federal no que se referem a reforma urbana, estipulando metas de gestão democrática, cooperação governamental, planejamento e desenvolvimento

de cidades sustentáveis, com uso correto do solo, qualidade do meio ambiente, bem como a regularização fundiária e urbanização de parte de terras ocupadas por cidadãos (JUNIOR E SANTOS, 2014).

O planejamento urbano seria um processo contínuo do qual o plano diretor constituiria um momento; o processo seria uma atividade multidisciplinar e envolveria uma pesquisa prévia ? o diagnóstico técnico ? que revelaria e fundamentaria os ?problemas urbanos? e seus desdobramentos futuros, cujas soluções seria objeto de proposições que integram os aspectos econômicos, físicos, sociais e políticos das cidades e cuja execução tocara a um órgão central coordenador e acompanhador da sua execução e contínuas revisões (CSABA apud SCHIFFER, 2004, p. 188).

Surgiram em 1960, os primeiros protestos e críticas sobre a qualidade de vida no meio urbano que vinha sendo construído pela iniciativa privada e pelo poder público. Tais críticas evidenciavam a falta de qualidade dos espaços urbanos na arquitetura e os impactos ambientais que os empreendimentos causavam no meio ambiente. No entanto, as cidades eram vistas como potencialização de problemas e ferramenta de aumento de investimentos para acumulação do capital. Portanto, foi através dessas críticas de valores, que o Desenho Urbano se consolidou como uma profissão e campo de conhecimento. Com a II Guerra Mundial, o Planejamento Urbano e Regional passou a ter uma posição e destaque no processo de desenvolvimento, objetivando desta forma, a implementação de novos projetos e objetivos (Del Rio, 1990).

Lamas (2004) assegura que, a produção da cidade pode ser entendida como um mecanismo de partilhar edifícios no território, podendo desta forma resolver problemas funcionais e elaborar condições para o investimento econômico. Já Acioly (1998), diz que o crescimento das cidades está ligado com a capacidade que ela tem de se alto sustentar pelos recursos que são gerados e necessários para mantes os processos de produtividade sustentável e com a eficiência em que elas conseguem aumentar investimentos públicos e privado.

3. METODOLOGIA

Para o embasamento dessa pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico, que de acordo com os conceitos de Fonseca (2002, p. 32) ?a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites? e que pesquisas apenas baseadas em referências bibliográficas têm ?o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta? (FONSECA, 2002, p. 32).

Já a pesquisa documental, pode ser caracteriza através de levantamentos encontrados em documentos, podendo ser escritos ou não, como por exemplo, as fotografias (LAKATOS E MARCONI, 2002).

Na aplicação dos métodos será considerada a relação entre o problema da pesquisa e a revisão teórica. E para assim prosseguindo será elencado e retirado do texto conceitos para com que, posteriormente, sirvam de indicadores na análise dos dados e assim chegue a conclusão da pesquisa.

4. ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS



O crescimento desordenado no Brasil, foi desencadeado por uma série de mudanças, com isso, destaca-se a produção da visão do mundo que surgiu a partir da mecanização na agricultura e industrialização das cidades. Porém, a política de desenvolvimento econômico, não visou o desenvolvimento social e ambiental, o que resultou numa série de problemas socioambientais e socioespaciais (MARTINS, 2012).

Com base no que foi apresentado no referencial teórico, pode-se analisar que o grande fator que estabelece a degradação ambiental, foi o crescimento desordenado das cidades. O crescimento do Brasil, nos últimos 50 anos se deu de forma muito acelerada no âmbito urbanístico, e em muitas cidades, os problemas ambientais encontrados, são resultados da falta de utilização de fatores adequados no meio físico. Contudo, na maioria dos casos não foi considerado o planejamento urbano da cidade e a sua capacidade de suporte para receber as migrantes, fazendo com que a natureza se modificasse por meio das construções de estradas, casas e indústrias. O meio ambiente foi agredido de forma direta, e logo, a população também, pois com isso, é visível a diminuição da qualidade de vida da humanidade.

As cidades são consideradas reflexo da modificação do espaço natural, sendo propriedade da organização da sociedade e das formas físicas. Com a degradação ambiental, resulta em devolver para o meio ambiente esses espaços ocupados irregularmente, sendo assim, podendo ser utilizado o paisagismo das cidades. Muitos problemas como a erosão, assoreamento de cursos d'água, poluição do ar, falta de áreas verdes, uso de áreas para deposição do lixo e outros que já foram citados no referencial teórico, são consequências da falta de organização entre as cidades, e o meio ambiente (MARTINS, 2012).

Com isso, destaca-se a utilização do planejamento urbano para as cidades, pois o mesmo tem por finalidade analisar os aspectos essenciais pra qualidade de vida, organiza-los e integra-los com o meio ambiente, afim de que o contexto urbano e ambiental seja preservado de maneira adequada e saudável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir, que este trabalho foi de grande valia para o entendimento sobre o processo de urbanização no Brasil, de maneira desordenada e posteriormente entender as causas deste processo para o meio ambiente, o que resulta na qualidade de vida humana, atingindo desta maneira, o objetivo geral desta pesquisa.

O problema desta pesquisa baseava-se em como o crescimento populacional urbano pode vir a acarretar uma depredação no aspecto socioambiental da cidade, com as abordagens do referencial teórico foi possível resolver este problema, pois com o estudo sobre o crescimento populacional das grandes metrópoles, foi possível entender quais os aspectos contribuíram para a depredação ambiental, como viabilizava as hipóteses.

A pesquisa abordou o processo histórico de aglomerações de pessoas, na passagem dos anos, onde foram surgindo os personagens de cada época, ciclos de exploração de territórios, sendo os fatores de deslocamento de grande número de pessoas de uma região para outro, com o objetivo único do lucro. Objetivou-se nesta pesquisa entender o processo de urbanização das cidades brasileiras, iniciado com a

revolução industrial e desencadeando o êxodo rural, e, após o processo de crescimento das cidades, a preocupação das políticas públicas em tentar conservar o meio ambiente, regular o aspecto econômico, político, social das populações que se encontram em níveis de desigualdades com as demais.

Fatores estes desencadearam o chamado êxodo rural, ou seja, a mudança do homem do campo para a cidade, onde a mecanização do campo também teve sua parcela de resultado para o inchaço das cidades decorrentes da urbanização acelerada no início da década de 1940, em especial na macrorregião sudeste do Brasil, em especial pela movimentação que a Revolução Industrial fazia no País

Os planejadores responsáveis pelo desenvolvimento urbano, trabalham juntamente com as autoridades do local, entendendo quais as necessidades que a população e o espaço requerem, e posteriormente apresentando planos. Contudo, é importante frisar, que o resultado de qualquer ação precisa de um planejamento antes da execução, para que possíveis danos sejam evitados. No contexto urbano não é diferente, é necessário projetos e planejamentos de infraestrutura básica, aspectos ambientais, socioeconômicos, socioespaciais, regionais, entre outros; para que problemas futuros não sejam causados por falta de organização espacial. Com isso, destaca-se a importância do planejamento urbano, pois o mesmo contribui para que casos como estes, de degradação ambiental, podem ser evitados.

REFERÊNCIAS

CHOAY, Françoise. O Urbanismo. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2003. ____ 37 3.9 OBRA: HAROUEL, Jean-Louis. História do Urbanismo. 3.ed. Campinas: Papirus, 2001.

COELHO NETO, A. L. Hidrologia de encosta na interface com a geomorfologia. In: GURRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. Geomorfologia: Uma atualização de bases e conceitos. 4. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001. p. 93-148.

CORREIA, Roberto Lobato. A segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. (Org.). A cidade contemporânea: segregação socioespacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 39-60.

CSABA, D.; SCHIFFER, S. R. O Processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

DEL RIO, Vicente. Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento: São Paulo, Pini, 1990.

DOMINGOS, Thiago Augusto. ? São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. GAGGERO, H.; GARRO, A. F.; MANTIÑAN, S. C. Historia de la América en los siglos XIX e XX. Buenos Aires: Aique, 2001.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila__METODOLOGIA_DA_PESQUISA%281%29.pdf>; Acesso em: 26 de nov. de 2021;

IPEA? INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: estudos básicos para a caracterização da rede urbana. Brasília, DF, 2001.p. 85-86. V.1

JATOBÁ, Sérgio Ulisses, Urbanização, Meio Ambiente e Vulnerabilidade Social. Ipa Disponível em: <

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5567/1/BRU_n05_urbanizacao.pdf>. Acesso em: 27 Nov de 2021.

JUNIOR, José Carlos Ugeda. Urbanização Brasileira, Planejamento Urbano e Planejamento Da Paisagem . s/d. Disponível em: < <http://www.ambiente-augm.ufscar.br/uploads/A2-151.pdf>> . Acesso em: 12 de Nov de 2021.

JUNIOR, Rui Ferreira Barbosa; SANTOS, Moacir José. A Urbanização das Cidades. Taubaté, SP, 2014. Disponível, em: <http://www.unitau.br/files/arquivos/category_154/MPH1081_1427392152.pdf>. Acesso em: 12 de Nov de 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2002.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LEME, Maria Cristina da Silva. Urbanismo no Brasil ? 1985-1965. São Paulo: Estudio Nobel; FAUSP, FUPAM, 1999.

MARTINS, Cecília Maria Pereira. Êxodo Rural, s/d. Disponível em: <http://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/14353018122013Geografia_Rural_aula_06.pdf>. Acesso em: 13 de nov de 2021.

MARTINS, Karla Gonçalves. Expansão Urbana desordenada e aumento dos riscos ambientais à saúde humana: O caso Brasileiro. 2012. Disponível em: < http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4135/1/2012_KarlaGoncalvesMartins.pdf>. Acesso em: 13 de nov de 2021.

OLIVA JUNIOR, Elenaldo Fonseca de. Os Impactos Ambientais Decorrentes Da Ação Antrópica Na Nascente Do Rio Piauí - Riachão Do Dantas/Se, s/d.

SILVA, J. A. da. Direito Urbanístico Brasileiro. 2ª ed. rev. At. 2ª tiragem. São Paulo MALHEIROS EDITORES, 1997, 421p.

8 Revista Thêma et Scientia ? Vol. 11, no 2E, jul/dez 2021
20 Revista Thêma et Scientia ? Vol. 11, no 2E, jul/dez 2021
Revista Thêma et Scientia ? Vol. 11, no 2E, jul/dez



=====

Arquivo 1: [Template - Thêma et Scientia - Edição Especial Rodrigo - sol.docx](#) (3951 termos)

Arquivo 2: <https://www.nationalgeographic.org/article/urban-planning> (3025 termos)

Termos comuns: 0

Similaridade: 0,00%

O texto abaixo é o conteúdo do documento [Template - Thêma et Scientia - Edição Especial Rodrigo - sol.docx](#) (3951 termos)

Os termos em vermelho foram encontrados no documento

<https://www.nationalgeographic.org/article/urban-planning> (3025 termos)

=====

Rodrigo José de Campos, Priscila Branco

Ocupação desordenada dos espaços urbanos e suas consequências socioambientais.

OCUPAÇÃO DESORDENADA DOS ESPAÇOS URBANOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS
SOCIOAMBIENTAIS.

CAMPOS, Rodrigo José de

[1: Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro universitário Assis Gurgacz. Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: rodrigo.campos544@hotmail.com.]

BRANCO, Priscila

[2: Bacharel em Direito pelo Centro universitário Univel. E-mail: priscilaabranco@hotmail.com]

Resumo

Este artigo está inserido na linha de pesquisa de urbanismo e planejamento urbano, no qual aborda sobre as consequências do processo do êxodo rural, para o aspecto ambiental. No referencial teórico apresenta-se abordagens, nas quais descartam este processo, juntamente com o processo do crescimento desordenado das cidades, os impactos ambientais e por último aborda sobre planejamento urbano. Posteriormente apresentou-se a análises e discussões, nas quais mostraram a importância do planejamento urbano no âmbito da organização espacial, relatando que o mesmo pode evitar consequências ambientais.

Palavras-Chave: Êxodo Rural, Impactos ambientais, Crescimento Desordenado, Planejamento Urbano.

DISORDERLY OCCUPATION OF URBAN SPACES AND ITS SOCIO-ENVIRONMENTAL
CONSEQUENCES

ABSTRACT

This article is part of the line of research on urbanism and urban planning, in which it addresses the

consequences of the rural exodus process for the environmental aspect. In the theoretical framework, approaches are presented, which discard this process, along with the process of disorderly growth of cities, the environmental impacts and finally addresses urban planning. Subsequently, it was presented to analyzes and discussions, in which they showed the importance of urban planning within the scope of spatial organization, reporting that it can avoid environmental consequences.

KEYWORDS: Rural Exodus, Environmental Impacts, Disorganized Growth, Urban Planning.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa identificar a relação das vulnerabilidades socioambientais com a deficiência na abordagem das políticas públicas e da gestão referentes ao planejamento urbano e cumprimento das leis e diretrizes já estabelecidas na cidade. De forma geral, considera-se que estas resultam de uma sobreposição histórico-geográfica de intervenções e que não consideraram as características ambientais, o que explica a precária utilização de instrumentos de planejamento e gestão territorial. Os problemas oriundos a serem citados são: inundações e alagamentos, processos erosivos agressivos, assoreamento e movimentos gravitacionais de massa.

Este artigo está inserido na linha de pesquisa de urbanismo e planejamento urbano, no qual aborda o assunto relacionado a migração das pessoas do campo para as cidades, contextualizando os impactos gerados a partir do êxodo rural, para o meio ambiente. Fator que foi gerado devido, ao lento processo de planejamento urbano das cidades, no qual não acompanhou o ritmo acelerado da urbanização. O crescimento rápido das grandes metrópoles, ocasionou grandes problemas para o meio ambiente, causando desta forma riscos para a habitação humana. Fator que é agravado devido a preocupante ocupação irregular do uso e solo. Deste modo, o problema desta pesquisa baseia-se em: Como o crescimento populacional urbano pode vir a acarretar uma depredação no aspecto socioambiental da cidade? Com isso, as hipóteses sugerem que, com o estudo sobre o crescimento populacional das grandes metrópoles, será possível entender quais os aspectos contribuíram para a depredação ambiental, podendo ser enfatizado de maneira teórica. O objetivo geral deste trabalho, é analisar o contexto teórico de como a ocupação irregular causada pelo crescimento desordenado, causou consequências para o meio ambiente. Os objetivos específicos condizem em: buscar o entendimento sobre o processo do êxodo rural; mostrar como a falta de planejamento pode contribuir com o crescimento desordenado das cidades; exemplificar os impactos ambientais causado pela desordem urbana; contextualizar planejamento urbano; e analisar a importância do planejamento urbano para o meio ambiente.

2. REFERENCIAL TEÓRICO OU REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ÊXODO RURAL

Êxodo rural é entendido como para diversos autores como um processo de migração de pessoas do campo para a cidade. Dentre muitos fatores surgem e assim podem ser associadas a ele, como a



modernização da produção agrícola, a concentração fundiária, a busca por melhores condições de vida e melhores empregos, entre outros fatores nos grandes centros urbanos (JUNIOR E SANTOS, 2014). Desde a colonização pelos portugueses, o Brasil teve ciclo de exploração da cana-de-açúcar, mineração e café, com extrema influência de exploração de novos territórios em busca de lucro, e, já no Século XX, até o início da década de 1940, o Brasil era um País agrário que exercia exportação de café, que com a expansão da Revolução Industrial surge o chamado êxodo rural, onde a população migrava do campo para as cidades, em busca de melhores condições de vida, empregos, escolas, onde até então havia núcleos familiares no campo urbanos (JUNIOR E SANTOS, 2014).

O processo do êxodo rural, pode ser entendido como o deslocamento das pessoas que residiam no campo, para as cidades. Este processo ocorreu desde a antiguidade, com o início da história dos povos. Pode-se usar como exemplo, a Roma antiga, na qual ocorreu uma grande migração para as cidades Romanas. Já na idade média, o fato que fez com que as pessoas saíssem do campo para a zona urbano, foi o surgimento das atividades comerciais, nas quais impulsionam o desenvolvimento das cidades, e que deram início a divisão das classes sociais. Portanto, com o início do processo de industrialização no século XVII, os camponeses se sentiram atraídos pelas grandes cidades, buscando melhorias na qualidade de vida e melhores salários (MARTINS, s/d).

No Brasil, este processo se destacou no mandato do presidente Juscelino Kubitschek, no qual houve um grande investimento no desenvolvimento industrial, principalmente na região Sudeste. Com isso, em 1970 e 1980, as pessoas migraram da região Nordeste para a região Sudoeste do país, trazendo desta forma, o despreparo das cidades para receber estas pessoas. Através deste processo migratório, o índice de desemprego, aumento das favelas e violência veio a aumentar. Um grande exemplo da falta de infraestrutura das cidades, para acolher os migrantes, ocorreu no Brasil com a construção de Brasília, muitos habitantes foram até lá para tentar emprego na construção civil. O resultado disto, foi o crescimento desordenado das cidades, formando muitos problemas sociais, e deixando mais evidente a segregação socioespacial (GAGGERO e MANTIÑAN, 2001).

2.2 CRESCIMENTO DESORDENADO DAS CIDADES

Martins (2012), diz que o crescimento urbano desordenado teve origem após a década de 1950, devido aos grandes avanços tecnológicos que ocorreram naquela época. Esses avanços surgiram na agricultura devido à grande demanda de alimentos, com isso o campo acabou sofrendo uma grande modernização, o que acarretou a migração do campo para as cidades. Nesta fase iniciou-se a relocação da população, que até o devido momento vivia no campo e trabalhava em fazendas de pequenas propriedades.

As cidades não estavam preparadas para receber tamanha demanda e em muitas delas, foram selecionadas quem poderia viver em determinados bairros com infraestrutura básica na época, gerando desta forma a supervalorização em terrenos de bairros para uma classe mais elevada. Com isso, as pessoas que não tinham condições financeiras, passaram a morar em locais mais afastados, ou até mesmo invadindo locais inapropriados, como encostas, áreas de preservação e campos. Desta forma, sugere então, as periferias, que não provém de infraestrutura básica e nem de serviços públicos.

Desta maneira, o processo de urbanização das cidades provocou um crescimento desordenado, eis que o desenvolvimento industrial amparado na reunião de capital por parte das empresas e bancos, onde o crescimento do capitalismo era intenso fez com que houvesse uma migração desordenada da população do campo para a cidade.



E devido ao grande fluxo de pessoas migrando, percebe-se que as cidades tiveram transformações em seu espaço decorrentes do rápido aumento de habitantes decorrentes do êxodo rural e guiados pela força da revolução industrial, trazendo consigo inúmeros problemas, como a separação espacial das cidades por classes sociais, onde a classe alta concentra em torno dos centros urbanos e as demais em uma zona periférica.

Figura 01 ? Ocupação Irregular, Nova Friburgo - RJ.

Fonte: Gazeta do Povo 2016.

A ocupação desordenada nos grandes centros urbanos, foi provocada por todos os tipos de classes sociais, rompendo com alguns mitos urbanos, que diziam que a ocupação de encostas era um problema normalmente associado à população carente de recursos financeiros. É notório que a própria paisagem natural atrai também as camadas mais abastadas da população para a ocupação de áreas, que se beneficiam de privilégios facilitando a realização de seus projetos e interesses pessoais, alterando o ambiente com obras e edificações sem planejamento, ocupando áreas de preservação permanente, que deveriam estar protegidas por leis ambientais ou áreas, que pelo seu natural topografia, representa risco à habitação humana (DOMINGOS, 2010).

As áreas naturais resultantes desta competição refletem a desigualdade social, ambas vistas como sendo impossíveis de serem abolidas por resultarem da própria natureza humana. Consideradas como expressão de um estado de equilíbrio desfeito e refeito a cada momento da evolução as áreas naturais constituem importante base teórica para os membros da Escola de Ecologia Humana. E foi com base neste conceito que as pesquisas sobre segregação residencial foram inicialmente sistematizadas, possibilitando grande avanço no conhecimento a respeito do espaço social da cidade (CORRÊA, 2013, p .53).

De maneira geral, as cidades se desenvolveram mais rapidamente do que o ato de planejar o meio urbano , o que resultou em impactos negativos no meio ambiental e social. A falta de moradias, gerou o processo de favelização e carência na infraestrutura urbano, contribuindo para o aumento da poluição, periferação , aumento do fluxo no trânsito, população pobre e ocupações irregulares. A modernização no processo econômico do Brasil, não influenciou para que estes problemas fossem resolvidos, pois a mesma deu ênfase para as desigualdades já existentes, sempre apoiando a concentração de renda. Contudo, a diferença no poder aquisitivo entre os ricos e os pobres, é hoje muito maior no que no início da modernização (JUNIOR s/d).

As cidades no Brasil desempenharam historicamente funções importantes no processo de ocupação do território, servindo como sítios de suporte ao povoamento, centros de controle político e de armazenamento da produção agroextrativa, núcleos de conexão com os circuitos mercantis, polos de crescimento industrial e nós das redes financeira e informacional. Desde o século XVI até os dias atuais, podem-se distinguir diversas formações territoriais, que expressam as distintas relações entre cidade e campo e das cidades entre si no processo de desenvolvimento brasileiro. (IPEA, 2001, p.85).

De certa maneira, nota-se que as desigualdades originadas ainda no período colonial se manifestam nas

idades brasileiras até a atualidade. Com efeito, os setores mais abastados desfrutam de melhores acessos à vida urbana, ao passo que a população carente, desprovida de recursos privados, fica refém da precariedade. É visto também que esse quadro se torna ainda mais dramático quando os dados de estudos e de pesquisas mostram que, majoritariamente, a população mais pobre é composta por negros ou descendentes de negros.

2.2.1 Impactos Ambientais

Em um planeta que se torna todos os dias mais urbanizado, e nas regiões mais pobres o processo de ocupação se torna ainda mais acelerado, grande parte dos impactos ambientais mais significativos vem sendo gerado nas cidades. Especialmente em países que estão se desenvolvendo, a urbanização vem sendo associada a mais degradação ambiental e social (JATOBÁ, 2011).

No século XXI, os problemas ambientais começaram a se destacar. Os primeiros indícios, foram através da exploração dos recursos minerais, e posteriormente com o crescimento desordenado das cidades, ocasionando o aumento da demanda dos recursos básicos. Contudo, enfatiza-se também neste contexto, o desmatamento de encostas e rios, o que provoca um grande volume de água a ser escoada, provocando grandes inundações e enchentes, influenciando desta forma, o ciclo hidrológico (OLIVA JUNIOR, s/d).

Com o grande aumento populacional, e o crescimento das cidades sem o devido planejamento urbano, as perdas ambientais vem acontecendo nas últimas décadas, que são: destruição e contaminação de nascentes, a extinção de espécies de animais geradas através da ocupação irregular de lugares, sendo destruídos o habitat natural da fauna, ocasionando desta forma outros problemas, como: erosão, alagamentos e alterações climáticas. (NETO COELHO, 2001).

Figura 02: Poluição dos Rios.

Fonte: Ariene Studio / Shutterstock.com (s.d).

Contudo Silva (1997), ressalta que este processo motivou a elaboração de novos loteamentos sem preocupação com o meio ambiente, e com a organização socioespacial das cidades, causando à carência de habitação, desemprego e carências na infraestrutura básica. O autor enfatiza também sobre as mudanças climáticas que foram ocasionadas pelo impacto da urbanização, porém nem todo espaço urbano foi agredido por esses fatores, sendo desta forma a população menos favorecida os mais atingidos por estes fatores negativos.

A exposição a risco pode ocorrer pelas condições ambientais e sociais. Situações nas quais existe a possibilidade de ocorrência de eventos perigosos pela ocupação humana de áreas² sujeitas a desabamentos, inundações, poluição hídrica, poluição atmosférica, poluição dos solos, contaminação por resíduos ou produtos perigosos, e desastres naturais, como terremotos, furações, maremotos, entre outros, são exemplos de exposição a risco por condições ambientais (JATOBÁ, 2011, p.144).

É importante ressaltar, a necessidade de um planejamento urbano que lide com todos os espaços, incluindo as dimensões sociais. O mesmo tem por objetivo a qualidade de vida da população, promovendo o bem-estar social, e viabilizando a integração do contexto urbano com o meio ambiente de forma que, ambos sejam preservados (SILVA, 1997).

2.3 PLANEJAMENTO URBANO

O urbanismo pode ser definido como uma atividade, na qual é relacionada com o controle e planejamento das cidades, possuindo um caráter multidisciplinar, podendo ser classificado com uma ciência humana. O urbanismo é inserido no processo de crescimento demográfico, no qual enfrenta os problemas relacionados com a urbanidade e civilização. Já o Planejamento Urbano, lida com aspectos políticos e técnicos relacionado com a utilização do espaço, qualidade de vida, desenho ambiental e desenho urbano, sendo uma parte desta multidisciplinariedade do urbanismo (CHOAY, 2001).

No Brasil, o processo que se deu o urbanismo ficou evidenciado alguns estágios. O primeiro estágio destacou-se pela intenção de melhoramentos no contexto urbano em determinados locais das cidades. Tentavam melhorar o município com profissionais qualificados principalmente que atuavam no curso de engenharia. O segundo estágio ocorreu em meados de 1930 a 1950 e foi marcado pela elaboração de planos, tendo por objetivo planejar a extensão das cidades através de sistemas viários e articulação dos bairros da área urbana da época. Foi neste período que foram elaborados os primeiros planos e propostas de zoneamento. O terceiro estágio aconteceu nas décadas de 50 e 60, no qual evidenciou-se o início dos planos regionais, iniciando desta forma uma nova fase do urbanismo no Brasil: A migração do campo para a cidade, aumentando a área urbana, trazendo desta forma a conturbação e crescimento desordenado como consequência (LEME, 1999).

As relações sociais de hoje são resultado de ações produzidas ao longo de séculos. Ao olhar o passado, é possível compreender as contradições do Brasil atual. O passado passou, e só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isso de singular: ela é formada de momentos que foram estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais? (SANTOS, 1982, p.10).

Foi desenvolvido em 1950 no Brasil, um discurso que discorria sobre a necessidade de ligar os planos urbanos com outros objetos. Tal discurso atingiu grande importância na imagem do plano diretor e passou a ser chamado de ?Planejamento Urbano? ou ?Planejamento Urbano Integrado? (CSABA et al SCHIFFER, 2004).

Para Del Rio (1990), as atividades permanentes relacionadas com o planejamento urbano, tem o objetivo de alcançar parâmetros sociais e econômicos, podendo ser alcançados apenas através do planejamento. Contudo, esta ferramenta passou a ser uma ferramenta indispensável para a tomada de decisões para atividades permanentes.

Desta maneira, após o crescimento das cidades forte nas razões do capitalismo, é visto a necessidade sobre a relação com a ocupação do uso do solo, e assim diretrizes de ordem constitucional foram criadas para possibilitar a gestão urbana ? administração do espaço urbano ? a exemplo da instituição do plano diretor para as cidades com população superior a 20 (vinte) mil habitantes, visando abrangência ambiental, institucional, social, mobilidade, urbanístico e econômico, e também, o Estatuto da Cidade, regulamentando os artigos da Constituição Federal no que se referem a reforma urbana, estipulando metas de gestão democrática, cooperação governamental, planejamento e desenvolvimento de cidades sustentáveis, com uso correto do solo, qualidade do meio ambiente, bem como a regularização

fundiária e urbanização de parte de terras ocupadas por cidadãos (JUNIOR E SANTOS, 2014).

O planejamento urbano seria um processo contínuo do qual o plano diretor constituiria um momento; o processo seria uma atividade multidisciplinar e envolveria uma pesquisa prévia ? o diagnóstico técnico ? que revelaria e fundamentaria os ?problemas urbanos? e seus desdobramentos futuros, cujas soluções seria objeto de proposições que integram os aspectos econômicos, físicos, sociais e políticos das cidades e cuja execução tocara a um órgão central coordenador e acompanhador da sua execução e contínuas revisões (CSABA apud SCHIFFER, 2004, p. 188).

Surgiram em 1960, os primeiros protestos e críticas sobre a qualidade de vida no meio urbano que vinha sendo construído pela iniciativa privada e pelo poder público. Tais críticas evidenciavam a falta de qualidade dos espaços urbanos na arquitetura e os impactos ambientais que os empreendimentos causavam no meio ambiente. No entanto, as cidades eram vistas como potencialização de problemas e ferramenta de aumento de investimentos para acumulação do capital. Portanto, foi através dessas críticas de valores, que o Desenho Urbano se consolidou como uma profissão e campo de conhecimento. Com a II Guerra Mundial, o Planejamento Urbano e Regional passou a ter uma posição e destaque no processo de desenvolvimento, objetivando desta forma, a implementação de novos projetos e objetivos (Del Rio, 1990).

Lamas (2004) assegura que, a produção da cidade pode ser entendida como um mecanismo de partilhar edifícios no território, podendo desta forma resolver problemas funcionais e elaborar condições para o investimento econômico. Já Acioly (1998), diz que o crescimento das cidades está ligado com a capacidade que ela tem de se alto sustentar pelos recursos que são gerados e necessários para manter os processos de produtividade sustentável e com a eficiência em que elas conseguem aumentar investimentos públicos e privado.

3. METODOLOGIA

Para o embasamento dessa pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico, que de acordo com os conceitos de Fonseca (2002, p. 32) ?a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites? e que pesquisas apenas baseadas em referências bibliográficas têm ?o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta? (FONSECA, 2002, p. 32).

Já a pesquisa documental, pode ser caracteriza através de levantamentos encontrados em documentos, podendo ser escritos ou não, como por exemplo, as fotografias (LAKATOS E MARCONI, 2002).

Na aplicação dos métodos será considerada a relação entre o problema da pesquisa e a revisão teórica. E para assim prosseguindo será elencado e retirado do texto conceitos para com que, posteriormente, sirvam de indicadores na análise dos dados e assim chegue a conclusão da pesquisa.

4. ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O crescimento desordenado no Brasil, foi desencadeado por uma série de mudanças, com isso, destaca-se a produção da visão do mundo que surgiu a partir da mecanização na agricultura e industrialização das cidades. Porém, a política de desenvolvimento econômico, não visou o desenvolvimento social e ambiental, o que resultou numa série de problemas socioambientais e socioespaciais (MARTINS, 2012).

Com base no que foi apresentado no referencial teórico, pode-se analisar que o grande fator que estabelece a degradação ambiental, foi o crescimento desordenado das cidades. O crescimento do Brasil, nos últimos 50 anos se deu de forma muito acelerada no âmbito urbanístico, e em muitas cidades, os problemas ambientais encontrados, são resultados da falta de utilização de fatores adequados no meio físico. Contudo, na maioria dos casos não foi considerado o planejamento urbano da cidade e a sua capacidade de suporte para receber as migrantes, fazendo com que a natureza se modificasse por meio das construções de estradas, casas e indústrias. O meio ambiente foi agredido de forma direta, e logo, a população também, pois com isso, é visível a diminuição da qualidade de vida da humanidade.

As cidades são consideradas reflexo da modificação do espaço natural, sendo propriedade da organização da sociedade e das formas físicas. Com a degradação ambiental, resulta em devolver para o meio ambiente esses espaços ocupados irregularmente, sendo assim, podendo ser utilizado o paisagismo das cidades. Muitos problemas como a erosão, assoreamento de cursos d'água, poluição do ar, falta de áreas verdes, uso de áreas para deposição do lixo e outros que já foram citados no referencial teórico, são consequências da falta de organização entre as cidades, e o meio ambiente (MARTINS, 2012).

Com isso, destaca-se a utilização do planejamento urbano para as cidades, pois o mesmo tem por finalidade analisar os aspectos essenciais pra qualidade de vida, organiza-los e integra-los com o meio ambiente, afim de que o contexto urbano e ambiental seja preservado de maneira adequada e saudável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir, que este trabalho foi de grande valia para o entendimento sobre o processo de urbanização no Brasil, de maneira desordenada e posteriormente entender as causas deste processo para o meio ambiente, o que resulta na qualidade de vida humana, atingindo desta maneira, o objetivo geral desta pesquisa.

O problema desta pesquisa baseava-se em como o crescimento populacional urbano pode vir a acarretar uma depredação no aspecto socioambiental da cidade, com as abordagens do referencial teórico foi possível resolver este problema, pois com o estudo sobre o crescimento populacional das grandes metrópoles, foi possível entender quais os aspectos contribuíram para a depredação ambiental, como viabilizava as hipóteses.

A pesquisa abordou o processo histórico de aglomerações de pessoas, na passagem dos anos, onde foram surgindo os personagens de cada época, ciclos de exploração de territórios, sendo os fatores de deslocamento de grande número de pessoas de uma região para outro, com o objetivo único do lucro. Objetivou-se nesta pesquisa entender o processo de urbanização das cidades brasileiras, iniciado com a revolução industrial e desencadeando o êxodo rural, e, após o processo de crescimento das cidades, a

preocupação das políticas públicas em tentar conservar o meio ambiente, regular o aspecto econômico, político, social das populações que se encontram em níveis de desigualdades com as demais. Fatores estes desencadearam o chamado êxodo rural, ou seja, a mudança do homem do campo para a cidade, onde a mecanização do campo também teve sua parcela de resultado para o inchaço das cidades decorrentes da urbanização acelerada no início da década de 1940, em especial na macrorregião sudeste do Brasil, em especial pela movimentação que a Revolução Industrial fazia no País. Os planejadores responsáveis pelo desenvolvimento urbano, trabalham juntamente com as autoridades do local, entendendo quais as necessidades que a população e o espaço requerem, e posteriormente apresentando planos. Contudo, é importante frisar, que o resultado de qualquer ação precisa de um planejamento antes da execução, para que possíveis danos sejam evitados. No contexto urbano não é diferente, é necessário projetos e planejamentos de infraestrutura básica, aspectos ambientais, socioeconômicos, socioespaciais, regionais, entre outros; para que problemas futuros não sejam causados por falta de organização espacial. Com isso, destaca-se a importância do planejamento urbano, pois o mesmo contribui para que casos como estes, de degradação ambiental, podem ser evitados.

REFERÊNCIAS

- CHOAY, Françoise. O Urbanismo. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2003. ____ 37 3.9 OBRA: HAROUEL, Jean-Louis. História do Urbanismo. 3.ed. Campinas: Papirus, 2001.
- COELHO NETO, A. L. Hidrologia de encosta na interface com a geomorfologia. In: GURRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. Geomorfologia: Uma atualização de bases e conceitos. 4. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001. p. 93-148.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. (Org.). A cidade contemporânea: segregação socioespacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 39-60.
- CSABA, D.; SCHIFFER, S. R. O Processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- DEL RIO, Vicente. Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento: São Paulo, Pini, 1990.
- DOMINGOS, Thiago Augusto. ? São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. GAGGERO, H.; GARRO, A. F.; MANTIÑAN, S. C. Historia de la América en los siglos XIX e XX. Buenos Aires: Aique, 2001.
- FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila__METODOLOGIA_DA_PESQUISA%281%29.pdf>; Acesso em: 26 de nov. de 2021;
- IPEA? INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: estudos básicos para a caracterização da rede urbana. Brasília, DF, 2001.p. 85-86. V.1
- JATOBÁ, Sérgio Ulisses, Urbanização, Meio Ambiente e Vulnerabilidade Social. Ipa Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5567/1/BRU_n05_urbanizacao.pdf>; Acesso em: 27 Nov

de 2021.

JUNIOR, José Carlos Ugeda. Urbanização Brasileira, Planejamento Urbano e Planejamento Da Paisagem . s/d. Disponível em: <http://www.ambiente-augm.ufscar.br/uploads/A2-151.pdf>. Acesso em: 12 de Nov de 2021.

JUNIOR, Rui Ferreira Barbosa; SANTOS, Moacir José. A Urbanização das Cidades. Taubaté, SP, 2014. Disponível, em: <http://www.unitau.br/files/arquivos/category_154/MPH1081_1427392152.pdf>. Acesso em: 12 de Nov de 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2002.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LEME, Maria Cristina da Silva. Urbanismo no Brasil ? 1985-1965. São Paulo: Estudio Nobel; FAUSP, FUPAM, 1999.

MARTINS, Cecilia Maria Pereira. Êxodo Rural, s/d. Disponível em: <http://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/14353018122013Geografia_Rural_aula_06.pdf>. Acesso em: 13 de nov de 2021.

MARTINS, Karla Gonçalves. Expansão Urbana desordenada e aumento dos riscos ambientais à saúde humana: O caso Brasileiro. 2012. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4135/1/2012_KarlaGoncalvesMartins.pdf>. Acesso em: 13 de nov de 2021.

OLIVA JUNIOR, Elenaldo Fonseca de. Os Impactos Ambientais Decorrentes Da Ação Antrópica Na Nascente Do Rio Piauí - Riachão Do Dantas/Se, s/d.

SILVA, J. A. da. Direito Urbanístico Brasileiro. 2ª ed. rev. At. 2ª tiragem. São Paulo MALHEIROS EDITORES, 1997, 421p.

8 Revista Thêma et Scientia ? Vol. 11, no 2E, jul/dez 2021
20 Revista Thêma et Scientia ? Vol. 11, no 2E, jul/dez 2021
Revista Thêma et Scientia ? Vol. 11, no 2E, jul/dez